

Universidade Estadual de Campinas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Departamento de Estudos do Lazer
Política e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer

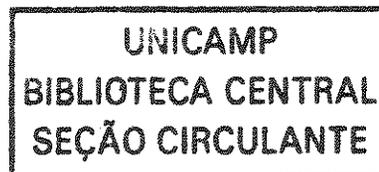
200205921

**MANEJANDO O LAZER EM ÁREAS DE POTENCIAL ECOTURÍSTICO: O CASO
DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ/RN**

Discente: Cheng Hsin Nery Chao

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

Campinas, setembro de 2001



Universidade Estadual de Campinas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Departamento de Estudos do Lazer
Política e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer

**MANEJANDO O LAZER EM ÁREAS DE POTENCIAL ECOTURÍSTICO: O CASO
DO COLÉGIO AGRÍCOLO DE JUNDIAÍ/RN**

Este exemplar corresponde à redação final de Mestrado
Defendida por Cheng Hsin Nery Chao e aprovada pela
Comissão Julgadora em 29 de agosto de 2001.



Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

Orientador

Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

UNIDADE	DU
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	C 364m
V.	Ex
TOMBO BC/	47423
PROC.	837/02
PREÇOS	R\$ 11,00
DATA	04-02-02
N.º CPD	

CM00162931-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Chao, Cheng Hsin Nery

C364m

Manejando o lazer em áreas de potencial ecoturístico: o caso do Colégio Agrícola de Jundiá/RN / Cheng Hsin Nery Chao. -- Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Antonio Carlos Bramante

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física

1. Lazer. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Ecoturismo. 4. Políticas públicas. I. Bramante, Antonio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Dedicatória

*Ao Pai supremo que tem me guiado, dado forças, sucesso
e proteção em toda a minha vida.*

*Aos pesquisadores que procuram novas possibilidades de
harmonizar o estilo de vida contemporâneo,
extremamente destrutivo ao meio ambiente, sem
necessariamente condená-lo à destruição.*

*Aos meus pais, familiares, e amigos que tanto me
apoiaram nesta caminhada.*

Agradecimentos

*Ao professor **Antonio Carlos Bramante**, que através de suas sábias orientações, incentivou a independência, a iniciativa e a auto confiança. Seu exemplo de ser humano, amigo e compreensivo nas horas de dificuldade, foi essencial para a harmonia no desenvolvimento e na conclusão do curso de mestrado.*

*Ao professor **Daniel Joseph Hogan**, pelos conhecimentos passados em sua disciplina, pela contribuição essencial no exame de qualificação e no exame final dessa dissertação. Não posso esquecer a compreensão no momento de dificuldade em que tive que me ausentar por algum tempo de Campinas.*

*Ao professor **Lino Castellani Filho**, pela valorosa contribuição no exame final.*

*À professora **Heloisa Turini Bruhns**, pelas importantes contribuições na disciplina cursada, nas discussões do grupo de estudos e no exame de qualificação.*

*À professora **Silvana Venâncio**, suplente na Banca Examinadora, pela solicitude.*

*À professora **Katia Brandão Cavalcanti**, pelo incentivo em buscar novos horizontes acadêmicos.*

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento deste projeto, pelos incentivadores pareceres e pela solicitude em todo o decorrer do processo.

À Universidade Estadual de Campinas, em especial à Faculdade de Educação Física, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Instituto de Estudos da Linguagem.

*À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por acolher minhas idéias e apoiar minhas pesquisas. Em especial ao professor **Adalberto Antônio Varela Freire**, pela disposição e conhecimentos passados no levantamento de flora e fauna do CAJ. Ao professor **José Willington Germano**, Pró-Reitor de Extensão, e toda sua equipe, pelo apoio e entusiasmo.*

*Ao professor **Júlio César de Andrade Neto**, Diretor do CAJ, que abriu as portas de sua instituição para nossa pesquisa.*

Aos técnicos e funcionários do IBAMA, IDEMA, EMBRATUR, Secretarias de Turismo, Prefeituras e demais órgãos que direta ou indiretamente contribuíram para esta pesquisa.

À todos os professores que participaram da minha formação acadêmica e aos funcionários que exemplarmente desempenham suas funções, César, Carmem, Tânia, Cleber, Rita, Sinval, Beeroth, Michele, que acabam tornando-se uma família.

Aos amigos Buca e Glácia, pelo vídeo que montamos sobre o CAJ e as alegrias que já vivenciamos. Gileno Diógenes Macêdo, Flávio Pio de Albuquerque, pelo empenho e disposição nas “andâncias” pelo CAJ e Sávio Cristian Gomes de Araújo, pelo apoio nas últimas visitas à campo.

Ao Sr. Mário, Dona Aurora, José Mário, Milena, Marcela, Davi, pessoas inesquecíveis que marcaram meus primeiros passos em Campinas e se tornaram amigos eternos.

Aos grandiosos companheiros de república, Sandoval, Giuliano, Giovani, Edgar, a família campineira que compartilhou as dores, angústias, felicidades e sucessos desse período de crescimento acadêmico e pessoal em Campinas.

Aos fantásticos companheiros do “Clube do Glinche”, Wilson Lino, Uvinha, novamente Sandoval e Giuliano, cuja alegria e amizade são imensuráveis.

À todos que de alguma forma participaram da minha vida em Campinas, Daniel, Smurf, Patrícia, Edinho, Márcia Mitie, Ali, Maurício, Larissa, Sandra, Wilson, Ieda, Elaine, Sílvio, Andrea, Alcyane, Ana de Pelegrin, Silvia, Roberto Liao, Bolinha ..., que transformaram o dia-a-dia numa divertida festa.

Enfim, às pessoas mais especiais de minha vida, Maria Zioneide Nery Chao, Chao Ming Yu, Manary Nery Chao, Marcello Rocha Resende, Ícaro, Iago, tio Wagner, uma família fora de série, não havendo palavras suficientes para expressar o meu amor por eles. Não posso esquecer Mércia Angélica, cuja doçura e sinceridade me encantaram.

Resumo

O lazer é reconhecido como um dos muitos fatores que tem influenciado no desenvolvimento social da humanidade. Tendo em vista o reconhecimento e o desenvolvimento do lazer, tornou-se necessária a formulação de “políticas de lazer” nos setores público e privado, que servirão de guias para uma determinada ação (Bramante, 1997). Procurando demonstrar que as atividades de lazer podem atuar como um meio viável para as pessoas compreenderem a necessidade de preservar o meio ambiente, este trabalho analisa conceitos e visões de importantes estudiosos do lazer, da administração e do meio ambiente. Adentrando em uma discussão que a cada dia se torna mais necessária - “desenvolvimento sustentável” – elegeu-se uma área pública de 1259 hectares, que abriga uma comunidade carente de 190 pessoas e um Colégio Federal Agrícola de 850 alunos. Todo esse universo ambiental, inicialmente não concebido para o lazer, exibe um potencial turístico a ser estruturado e dinamizado. O objetivo do projeto foi a criação de um programa gerencial-administrativo para o desenvolvimento de atividades de lazer no Colégio Agrícola de Jundiá/RN, colégio este pertencente a UFRN. A metodologia utilizada no estudo caracterizou-se pela combinação da pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, na qual se fez um diagnóstico de necessidades do local. Conforme levantamento de fauna e flora realizado em fevereiro e março do ano de 2000, chegou-se a conclusão de que a área está em crescente processo de degradação devido à ação antrópica predatória, como o consumo de madeira para carvoaria. Os resquícios de Mata Atlântica vêm ainda sofrendo as consequências de uma agricultura baseada na limpeza pelo fogo. Quanto à fauna, anfíbios, insetos e répteis ainda são encontrados com boa diversidade das diferentes ordens e famílias. Porém quanto a aves e mamíferos sua ocorrência é rara, sendo os mamíferos silvestres praticamente extintos na área. O colégio conta ainda com toda uma infra-estrutura com avicultura, piscicultura, suinocultura, pecuária, cunicultura e caprinocultura. A partir do diagnóstico de necessidades, foi elaborada uma proposta de Política de Lazer para a área, em harmonia com a legislação vigente a nível municipal, estadual e federal.

Abstract

Leisure is recognized as one of the many factors that has influenced the social development of humankind. Considering the acknowledgment and development in the field of leisure, the formulation of “leisure policies” became necessary both in public and private sectors. These policies will serve as a guide for any specific action (Bramante, 1997). Trying to demonstrate that activities of leisure may serve as viable ways for people to understand the need to preserve the environment, this work analyzes relevant concepts and views of important experts on leisure, management and environment. Going deeper to an issue the demands an increasing importance – sustainable development – a public area of 1.259 hectares was chosen as physical basis for this work field. In this place is located a needy community of 190 people and a Federal Agricultural Boarding School with 850 students. This environmental context, initially not thought for leisure purposes, has tourist potential to be structured and activated. The objective of this research was the creation of a management-administrative strategy for leisure activities in the Agricultural School of Jundiaí/Rio Grande do Norte, which belongs to the UFRN (Federal University). The methodology used in this study was characterized by the combination of bibliographical, documentary and exploratory researches in which a diagnosis of necessities was made. According to a survey on fauna and flora carried out through April and March in 2000, it was concluded that the area, to a large extent, is in a state of degradation due to the anthropic predatory action of burning wood in coal bunker. Remaining areas of the Atlantic Forest is suffering from an agriculture style still based on cleanness by fire. Regarding to its fauna, amphibians, insects and reptiles were found with good diversity of different orders and families. The presence of birds and mammals is rare. The wild mammals are practically extinct in the area. The school still counts on an infrastructure with poultry keeping, pig breeding, cattle, pisciculture, rabbit raising and goat breeding. From the diagnosis of necessities, it was elaborated a proposal of “Leisure Policy” for the area in harmony with current laws at local, state and federal levels.

Sumário

	páginas
Introdução	1
Capítulos	
I - O nascimento de um ideal educativo	4
1.1 - Caracterização do objeto de estudo: o contexto do Colégio Agrícola de Jundiaí	4
1.2 - Problemática para revitalizar uma área inicialmente não projetada para o lazer	9
1.2.1- Lazer e qualidade de vida	13
II- Ambientalismo e sustentabilidade	18
2.1- Ambientalismo	18
2.2- Sustentabilidade	27
III - Interligações promissoras para o plano turístico do Colégio Agrícola de Jundiaí	42
3.1 - Abordagem metodológica	42
3.2 - Relações do CAJ com municípios vizinhos e com a comunidade de Jundiaí	49
IV- Elementos básicos em administração para a gestão de um ambiente sustentável	63
4.1 - Diretrizes para a Política de Lazer do CAJ	69
4.2 - Programa " <i>Viaje nas Belezas do Colégio Agrícola de Jundiaí</i> "....	82
4.3 - Considerações finais	90
V- Referências bibliográficas	94
VI- Bibliografia Complementar	100
VII- Catálogo da pesquisa documental	104
VIII- Anexos	110
Anexo 1 - Roteiros das entrevistas e questionário	111
Anexo 2 - Entrevistas	116
Anexo 3 - Tabulação dos questionários	134
Anexo 4 - Levantamento de flora e fauna do CAJ	143

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização do Colégio Agrícola de Jundiáí	8
Mapa 2 – Classificação Geral dos Municípios Segundo Algumas Variáveis de Desenvolvimento Sócio-econômico	53
Mapa 3 – Sugestões de Trilhas para o CAJ	89

Lista de Quadros

Quadro 1 – Imaginário sobre o nordeste brasileiro	60
Quadro 2 - Demonstrativo de semelhanças de itens das Constituições Federal e Estadual no quesito lazer	71

Lista de Fotos

Foto 1 - Vista da Via Costeira e Morro do Careca ao fundo	58
Foto 2 - Turistas ao saírem da mata e contemplarem a visão para o mar	58
Foto 3 - Pedreira em pleno funcionamento no leito do rio Jundiáí, área de preservação da Mata Atlântica do CAJ	72
Foto 4 - Pedreira em pleno funcionamento no leito do rio Jundiáí, área de preservação da Mata Atlântica do CAJ	72
Foto 5 - Açude principal – A1	85
Foto 6 – Nascente ameaçada	85
Foto 7 - Hortas irrigadas do CAJ	85
Foto 8 - Açude Menor – A2	85
Foto 9 – Possilga	86
Foto 10 – Usina de beneficiamento de grãos	86
Foto 11 – Caprinocultura	86
Foto 12 – Baobá	87
Foto 13 – Ponte caída sobre o Rio Jundiáí	87

Introdução

O atual momento histórico revela a necessidade de uma responsabilidade maior da humanidade em relação ao ambiente em que vive. A poluição de estuários por diversos elementos químicos, a desertificação dos solos e o aumento da temperatura global devido à poluição do ar são apenas alguns dos problemas que podem vir a influir, ou que já comprometem a qualidade de vida do planeta.

Durante a Segunda Guerra Mundial, um fato veio mudar a visão de mundo em relação à capacidade de recuperação da natureza ante os ataques destrutivos da tecnologia desenvolvida pela humanidade. Foi em agosto de 1945, quando duas bombas atômicas foram atiradas contra Hiroshima e Nagasaki. Para Worster (1992), a partir dessa data, foi dado início ao processo de conscientização ecológica, tamanha a repercussão dos efeitos causados pelas explosões.

A necessidade de conscientização ecológica é assunto discutido desde o fim dos anos 60 e início dos anos 70. Porém, só a partir de 1972, com a *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo, é que a educação ambiental se torna assunto oficial na pauta dos organismos internacionais. Essa conferência é tida como um marco para a questão ambiental, onde se traçou diretrizes e metas no âmbito internacional para a educação ambiental.

Procurando demonstrar que as atividades de lazer podem atuar como um meio viável para as pessoas compreenderem a necessidade de preservar o meio ambiente, este trabalho analisa conceitos e visões de importantes estudiosos do lazer, da administração e do meio ambiente. Adentrando em uma discussão que a cada dia se torna mais necessária - “desenvolvimento sustentável” – elege-se uma área pública, inicialmente não concebida para o lazer, em uma comunidade local carente e um ambiente com potencial turístico a ser estruturado e dinamizado.

A pesquisa abordou conceitos ligados a “sustentabilidade”, analisando a questão da preservação ambiental versus desenvolvimento econômico, tema enfatizado em todo o mundo, visto a necessidade imediata de uma mudança na forma de exploração dos recursos naturais, antes do esgotamento e destruição de tais riquezas. Aqui talvez esteja a problemática básica de todo o projeto: será possível elaborar uma política de lazer condizente com a

questão de sustentabilidade de uma região com potencial ecoturístico, que viabilize, ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e social dos moradores da região?

A metodologia utilizada no estudo caracterizou-se pela combinação da pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, onde se fez um diagnóstico de necessidades do local. O referencial teórico que norteou o levantamento bibliográfico está ligado às palavras chaves, *ecoturismo, sustentabilidade e políticas de lazer*. A pesquisa documental utilizou informações obtidas de documentos oficiais, reportagens de jornal, relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas, etc. O início da pesquisa de campo deu-se através de visitas técnicas ao IBAMA/RN, IDEMA/RN, às Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa, à Reitoria da UFRN, às secretarias de turismo, prefeituras e ao Colégio Agrícola de Jundiá. Em todos esses órgãos e departamentos, foi possível manter diálogos enriquecedores no que se referia à questão de meio ambiente, e às diretrizes de ação do serviço público no tocante aos projetos de desenvolvimento como o que propusemos, além de, nesses locais, obtermos diversos documentos de relevância para o estudo.

O trabalho tem início com a caracterização da área em questão, levantando fatos históricos, assim como descrevendo os aspectos físico-geográficos da região. Tem-se, assim, uma dimensão maior da realidade local, facilitando e enriquecendo a análise para a intervenção pretendida. Nesse capítulo inicial, é estudada a problemática de se revitalizar uma área inicialmente não projetada para o lazer e, abordada a evolução desse tema enquanto fenômeno historicamente construído e espaço para o desenvolvimento pessoal.

O segundo capítulo enfoca o ambientalismo, mostrando, de forma sucinta, sua evolução desde o advento do industrialismo até o momento atual, com a discussão da sustentabilidade. A poluição e a devastação das riquezas naturais foram fatores incentivadores deste movimento social no seu início, quando as lutas eram pouco fundamentadas e, de certa forma, rodeadas por um certo romantismo. Ao consolidar-se como um movimento progressista e, de certa forma, politicamente independente, aglutinando pessoas dos mais diversos estratos sociais, passa a se emancipar e influenciar várias decisões governamentais em âmbito internacional. Atualmente discute-se questões mais amplas e de maior enfoque nas sociedades contemporâneas como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, alternativa que pode contribuir para a qualidade de vida e mesmo sua perpetuação no planeta. Ainda no segundo capítulo, são abordados conceitos e dimensões do tema

“sustentabilidade”, complementada por uma reflexão sobre desenvolvimento humano, corpo e natureza, explorando o aspecto “qualidade de vida”, parte integrante da elaboração conceitual que o presente trabalho se propõe a realizar. Outros enfoques, como o econômico e o político poderiam ser explorados, porém, entendeu-se que o referencial de corpo pudesse contemplar de forma mais adequada, a questão da qualidade de vida a qual se pretende destacar, mostrando novas possibilidades de uso da natureza sem necessariamente o consumismo exacerbado.

O terceiro capítulo aborda as relações existentes entre o Colégio Agrícola de Jundiá, os municípios de Natal, Macaíba e Parnamirim, enfocando aspectos urbanos, traçando as influências entre os três e que contribuições estas relações podem trazer para o programa que se propõe e para a comunidade de Jundiá. Nesse capítulo é também exposta a metodologia de pesquisa posta em prática para a obtenção dos dados essenciais à consecução deste estudo.

No quarto capítulo, discute-se a administração no lazer, com o intuito de fundamentar uma proposta de ação gerencial que viabilize o programa a ser elaborado, analisando alguns conceitos e tendências na área da gestão, tais como as parcerias estratégicas, terceirizações, atualização e requalificação profissional. Consta ainda desse capítulo uma proposta de Política de Lazer que servirá de base ao programa que se propõe como alternativa para o desenvolvimento do Colégio Agrícola de Jundiá em harmonia com os atuais parâmetros de sustentabilidade.

Nas considerações finais, enfocamos as principais conclusões do estudo e recomendações para a concretização da implantação no Colégio Agrícola de Jundiá, do programa de desenvolvimento da área através do turismo rural e ecoturismo, não tão somente como vivências no campo do lazer, como também, alternativa para geração de emprego e renda na região.

I- O nascimento de um ideal educacional

O Estado do Rio Grande do Norte possui grande diversidade de ecossistemas que vai desde o litoral até o sertão. Tais ambientes proporcionam uma riqueza incontestável no tocante ao desenvolvimento do lazer.

Intermediando o litoral e a região agreste, está situado o *Colégio Agrícola de Jundiáí*, localizado no município de Macaíba, medindo 1.209 hectares e 305 metros quadrados de área. Local com potencial natural, onde encontram-se açudes, matas, toda uma estrutura de aviários, cunicultura, suinocultura, pecuária. Atrativos que propiciam o desenvolvimento de diversas atividades de lazer turístico, dentre elas o ecoturismo e o turismo rural.

O *Colégio Agrícola de Jundiáí* é mantido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e conta com várias pesquisas e atividades desenvolvidas em sua área, principalmente no tocante à produção rural. Contudo, percebe-se o abandono e a má utilização de diversos espaços, o que despertou a curiosidade e vontade de estudar, visando desenvolver, com mais dinamismo, todo esse contexto ambiental.

É interesse da UFRN que se diversifique as atividades nessa área tão rica. Para isso, foi proposto um estudo sobre o potencial de lazer da área, e a criação de um programa que considere como uma alternativa viável, o fomento desse espaço através do seu uso com experiências do lazer turístico e educativo.

Início, portanto o capítulo fazendo um pequeno levantamento histórico do local, mostrando como surgiu o Colégio e, a partir desta caracterização, abordo as questões que nortearam o desenvolvimento deste estudo.

1.1 – Caracterização do objeto de estudo: o contexto do Colégio Agrícola de Jundiáí

É importante enfatizar que a caracterização que se segue foi obtida, em boa parte, da pesquisa de campo e da pesquisa documental realizadas, destacando-se um livro, em particular, de autoria do professor Rivaldo D'Oliveira, *Jundiáí no seu Cinquentenário*, o qual referencia toda a descrição a seguir.

Em 1909, o governador Alberto Maranhão, filho de Macaíba/RN, comprou o Engenho Jundiá, por dezoito contos de réis, para ser instalado um campo de demonstração agrícola. Esse engenho produzia muita rapadura e tinha uma plantação variada de fruteiras tropicais.

O governador Alberto Maranhão baixou o Decreto 249, de junho de 1911, cedendo ao Governo da União o domínio útil da propriedade Jundiá, onde o Dr. Nunzio Giannatário, funcionário designado pelo Ministério da Agricultura, aplicou a verba de 191.306\$058 contos de réis na construção de prédios, sobrado, casa das máquinas e galpões para ser instalado o Campo de Demonstração Agrícola. Esse Campo funcionou por vários anos, com produção e multiplicação de fruteiras, mas, por falta de verbas, foi extinto e restituído ao Estado.

O Colégio Agrícola de Jundiá foi criado pela lei nº 202 de 7 de dezembro de 1949, na época “Escola Prática de Agricultura”. Foi inaugurada, antes de ser oficialmente instituída, no dia 3 de abril de 1949. Através do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o então Ministério da Agricultura no dia 4 de abril de 1954, transformava a Escola Prática de Agricultura em Escola Agrotécnica de Jundiá. Com o Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964, muda para Colégio Agrícola de Jundiá e, posteriormente, através do Decreto Federal nº 61.162 de 19 de maio de 1967, o colégio foi vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sua situação atual.

Devido aos escassos recursos, uma verba de cento e cinquenta contos de réis, a Escola Prática de Agricultura demorou três anos para ser construída e, basicamente, possuía uma sala dividida para a diretoria e a secretaria, duas salas de aula, dormitório, refeitório, galpão de máquinas, casa residencial para o vice-diretor e o portal de entrada semi-arqueado (hoje modificado). A mão-de-obra contou com os presos da Colônia Penal João Chaves, que já existia na fazenda, hoje transferida para o bairro de Igapó, em Natal.

O crescimento da Escola se deu em 1950, quando recebeu uma verba de cem mil cruzeiros, negociada pelo deputado federal Aluizio Alves com o diretor geral do INEP (órgão que prestava assistência às populações rurais), Dr. Murilo Braga. Com essa verba, foram construídas novas salas de aula, capela, salão nobre e ainda adquiridos carteiras e material escolar. Posteriormente, com outras verbas, construiu-se os alojamentos, galpões, enfermaria, comprou-se equipamentos escolares e veículos.

A eletrificação do colégio só ocorreu em 1966, após a visita, no ano de 1965, do superintendente do ensino agrícola e veterinário, Dr. Walter W. Saur, que julgou como limitante para o crescimento do colégio a falta de energia. Apenas em 1982, na administração do professor Júlio César de Andrade Neto (hoje novamente diretor), o colégio instalou um serviço de telefonia com aquisição de equipamentos telefônicos e a posteação com recursos da UFRN.

Fato interessante ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial e enriquece a história do colégio. Naquela época, funcionava na área a Colônia Penal Dr. João Chaves, que serviu para confinamento de alemães e italianos acusados de espionagem, quando o Brasil aderiu aos aliados em 1942. Mesmo em estado de guerra, consta que o relacionamento entre as famílias dos presidiários e a do diretor do Campo Experimental era bastante tranqüilo. Cessada a 2ª Guerra e cumpridas as penas, alguns dos estrangeiros voltaram para Natal e outros foram para Recife.

O Colégio Agrícola de Jundiá possui uma localização privilegiada, tendo acesso pelas BR 101 e BR 304, distante a 4 km de Macaíba, 26 km de Natal e 15 km do Aeroporto Internacional Augusto Severo em Parnamirim, no Rio Grande do Norte¹.

Seu nome é um topônimo de origem indígena, deriva-se de IU – NDI – Á – I, que significa rio dos Jundiás, é nome do rio Jundiá, que banha a cidade de Macaíba, desaguando no Oceano Atlântico em Natal.

O colégio, atualmente, tem uma área de 1.209 hectares e 305 metros quadrados, onde o rio Jundiá e três açudes (um alimentado por olheiros de água potável) formam o conjunto hidrológico que banha sua mata preservada (mais ou menos 300 hectares) e suas plantações irrigadas.

Antigamente a área tinha uma cobertura vegetal rica em madeiras nobres, como a peroba, sucupira, massaranduba, o pau-ferro, entre outros. Atualmente, conforme levantamento de fauna e flora feito de janeiro a março de 2000, chegou-se à conclusão de que a área, em grande parte, já está degradada.

Isso se deu pela ação antrópica predatória, como o consumo de madeira para carvoaria. Os resquícios de Mata Atlântica vêm sofrendo ainda pelo mal uso de uma agricultura baseada na limpeza pelo fogo.

¹ Ver mapa na página 8.

A característica básica da área do colégio é de uma vegetação misturada, com elementos de floresta semicaducifolia (forma de vara delgada e lisa), característica da caatinga hipoxerófila (plantas adaptadas ao meio seco) que já se avizinha da região costeira, bem como de representantes da mata atlântica e do tabuleiro. Apesar de ser predominantemente arbóreo – arbustiva (árvores pequenas), há trechos com denso arvoredo (bosques), trechos equivalentes a um “campo sujo”, com árvores e arvoretas esparsas, e trechos com densa cobertura gramínea.

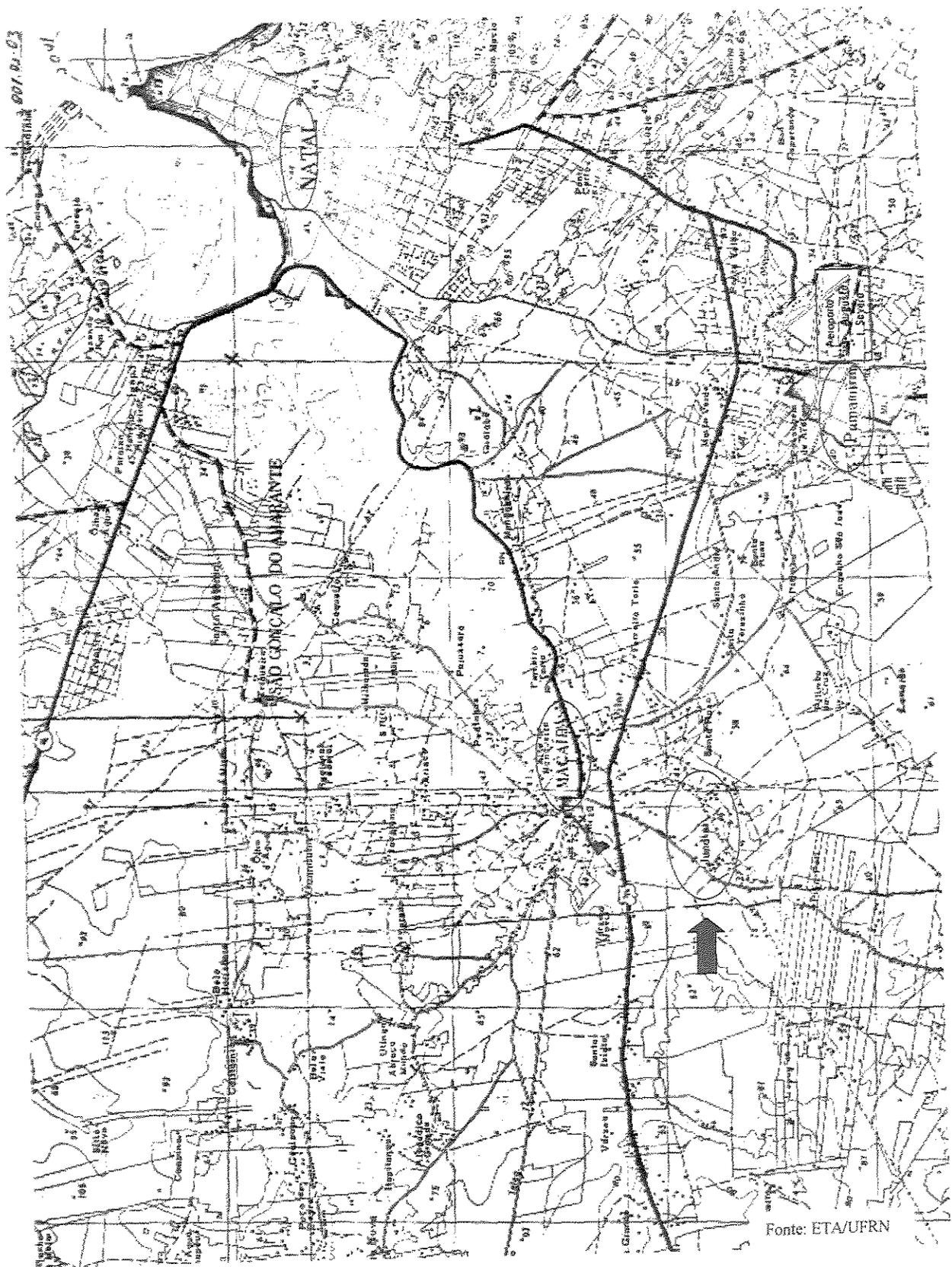
Quanto à fauna, anfíbios, insetos e répteis ainda são encontrados com boa diversidade das diferentes ordens e famílias, porém, quanto a aves e mamíferos é diferente. As onças, vermelha e pintada, bem como a capivara e a anta são consideradas extintas. Os demais mamíferos e aves da região estão rarefeitos por conta da caça e da destruição da mata original. O levantamento de fauna e flora com a descrição de todas as espécies da área encontra-se no anexo 4.

O relevo e o clima da região são promissores para o desenvolvimento turístico. No relevo, com exceção de áreas de pedreiras, o solo é suave, permitindo o seu aproveitamento para a mecanização agrícola. A zona é de boa salubridade, clima tropical com precipitação pluviométrica média anual de 1.000 mm (dados coletados entre 1962-1991). Isso representa uma boa quantidade de chuva, o suficiente para não causar secas e nem atrapalhar qualquer projeto turístico.

As condições climáticas, as características de relevo, a cobertura vegetal e a localização, são indícios da potencialidade turística da área. Junto a isto, descortina-se uma história ligada a Segunda Grande Guerra, e ainda a arquitetura colonial de diversos prédios que podem ser atrativos no plano de visitação que é elaborado no capítulo final desta dissertação.

Há, no entanto, dificuldades em revitalizar áreas voltadas para o lazer quando não foram, inicialmente, concebidas para tal, tema da próxima seção deste capítulo.

Mapa 1 - Localização do Colégio Agrícola de Jundiá



1.2 - Problemática para revitalizar uma área inicialmente não projetada para o lazer

Revitalizar uma área inicialmente não projetada para o lazer traz consigo um conjunto de desafios e dificuldades que devem ser superados. No caso do Colégio Agrícola de Jundiá - CAJ, a questão da infra-estrutura é a dificuldade principal, já que, devido ao interesse demonstrado pela administração em revitalizar a área, muitas dessas dificuldades, principalmente no tocante à inclusão de novas atividades, podem ser vencidas com certa facilidade.

Esse interesse em revitalizar a área pode ser certificado no discurso do Magnífico Reitor da UFRN e do Diretor do CAJ. Respondendo se era interessante a inclusão de novas atividades relacionadas ao turismo e lazer no local, disseram o seguinte:

“Eu considero uma idéia bastante interessante. Em primeiro lugar, porque nós estaríamos utilizando a área de uma forma mais ampla – a nossa fazenda de Jundiá. E, depois, porque estaríamos também possibilitando o maior contato da sociedade com um órgão da universidade, além do que, com um projeto dessa natureza, poderíamos integrar mais a fazenda de Jundiá a atividades de vários cursos da universidade, como o curso de Turismo, de Ciências Biológicas, de Educação Física, de Geografia, enfim, com um projeto dessa natureza, acredito que poderíamos levar muitos estudantes a desenvolver projetos naquela área e, conseqüentemente, dinamizar mais a fazenda de Jundiá, que é um objetivo que nós temos para os próximos anos: integrar a fazenda, de fato, à vida da universidade de forma mais intensa.” (Magnífico Reitor da UFRN).

“Claro. Inclusive era projeto nosso, infelizmente ainda não conseguimos viabilizar, a instalação, aqui no colégio, de uma piscicultura, um pesque-pague. O departamento de turismo da universidade tinha um grupo de alunos concluintes, que eu acredito esteja já em fase final de elaboração. Eles fizeram um levantamento do potencial turístico aqui do colégio. E eu acredito, como uma fonte de renda, de entrada de recursos para a escola bem razoável” (Diretor do CAJ).

A renda obtida com o projeto, no qual o turismo rural e o ecoturismo são as atividades básicas, certamente oferecerá oportunidade de estágios e empregos, tanto para os alunos como para a comunidade local. Assim, um possível conflito pode ser evitado, ou seja, a rejeição pelo projeto por parte dos moradores locais.

Na área do CAJ moram, atualmente, 25 famílias distribuídas em 50 casas, totalizando cerca de 190 moradores entre adultos e crianças. Estas pessoas fazem parte da

história do colégio, já que viviam na área antes da própria existência do mesmo. Boa parte destes moradores são ou foram funcionários do colégio. Essa comunidade inicia sua organização social e registra os Estatutos da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Jundiá – ACDJ – Macaíba/RN, em maio de 1996.

Conforme o Artigo 3º de seu Estatuto, a associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na Comunidade Jundiá, e tem por objetivos:

I – Contribuir para o desenvolvimento econômico social das famílias, através do apoio e participação, da realização de obras e melhoramentos comunitários de atividades que venham beneficiar diretamente as famílias, com recursos próprios, cedidos, doados ou emprestados;

II – Contribuir para a organização da pequena produção ou outros assuntos ligados a agropecuária;

III – Promover a auto-organização das famílias, através de trabalhos educativos, com vistas a melhoria dos níveis de consciência crítica, política e coletiva;

IV – Proporcionar a integração das famílias através do trabalho educativo e participativo;

V – Promover atividades sociais, culturais e desportivas para os seus associados e familiares;

VI – Buscar e gerenciar recursos a nível Municipal, Estadual, Federal e Internacional, nas áreas de agropecuária, social e cultural, que venham beneficiar as famílias, de forma grupal, coletiva e comunitária.

Trata-se de uma comunidade que obtém sua subsistência através de atividades agropecuárias, surgindo aí, algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito à exploração de uma área que pertence a UFRN. Eles são identificados como posseiros pelo Diretor do CAJ, que afirma não haver nenhum problema de relacionamento, segundo suas palavras:

“Não existe problema nenhum. Eu acredito, até pela tradição, que foi passando de pai para filho, de avô para bisavô. O colégio tem 50 anos, nós temos pessoas aqui com 70, 80 anos, e isso vem passando de geração para geração. Inclusive, há alguns anos, eu me recordo da universidade ter indenizado algumas pessoas,

algumas famílias. Mas não teve condições, na época, de indenizar a todos. Ficaram essas pessoas aqui. Na verdade, muitos dos funcionários nossos ou são netos ou são filhos dessas pessoas. Tem um laço de família forte.”

O Diretor do CAJ acredita que estes moradores teriam interesse de trabalhar num projeto como o que propomos, principalmente hoje, com a problemática do desemprego, oferecendo uma fonte de renda a mais e viabilizando emprego dentro de casa.

Uma importância especial deverá ser dada à possível inclusão dos moradores locais ao projeto, principalmente no tocante à preservação ambiental. No levantamento de fauna e flora, um dos instrumentos utilizados foi um questionário de biodiversidade. Ao conversar com os moradores, pudemos observar que boa parte da fauna extinta teve como caçadores eles próprios, que se utilizavam da caça para complementar a fonte de carne para a subsistência.

A capacitação de pessoal, no tocante à educação ambiental, poderá contar com alguns convênios e mesmo com professores do próprio CAJ. O Diretor, ao ser perguntado se o colégio teria condições de capacitar os possíveis participantes do projeto, expôs o seguinte:

“Sim. Tem uma colega nossa que, por sinal, está até saindo para o mestrado agora, professora Márcia. Ela tem especialização nessa área de meio ambiente, é bastante interessada nesse assunto. Não somente ela, mas alguns colegas aqui do colégio, agrônomos. E parcerias, a gente deve ter relacionamento com esse pessoal da Petrobrás, que dão esses treinamentos na questão de meio ambiente, e alguns outros assuntos que precisar, de uma formação mais abalizada, a gente traria aqui para dentro deste... que atendesse a realidade aqui da escola.”

Pode-se observar que desde a inclusão de novas atividades, até a capacitação dos profissionais, a Diretoria do CAJ se dispõe a contribuir no que for possível. Assim, acredita-se que as dificuldades a serem vencidas para implantar-se o projeto são contornáveis.

A adequação da infra-estrutura do CAJ certamente é a maior dificuldade a se vencer, principalmente pela falta de investimentos e recursos para construção, aquisição de material permanente e equipamentos.

A área física do CAJ tem atualmente uma constituição que possivelmente poderá, com pequenas adaptações, servir ao projeto. Abaixo relacionamos as áreas construídas, e posteriormente seus setores:

- Prédio da Direção – casarão antigo

- Capela de Santa Luzia
- Prédio do 1º grau – antiga penitenciária
- Cooperativa estudantil – antiga capela
- Direção do 1º grau – antiga residência de professores
- Laboratório de Informática – antiga secretaria escolar
- Prédio de aulas principal - com refeitório, sala dos professores, sala de vídeo, 10 salas de aula e auditório para 150 pessoas
- Prédio com garagem, oficina, carpintaria
- Setor de Educação Física
- Prédio da horta
- Alojamentos masculinos
- Alojamento feminino
- Depósito de materiais
- 2 casas de professores
- Prédio da psicultura
- Cunicultura
- Possilga
- Aviário
- Estábulo
- Galpão – usina de beneficiamento de grãos
- 50 casas dos moradores de Jundiá

Todos esses prédios estão divididos por setores, conforme segue:

- Área administrativa - 480 m²
- Alojamentos - 2.238 m²
- Instalações agropecuárias - 4.350 m²
- Instalações industriais - 680 m²
- Setor de informática - 210 m²
- Laboratórios - 144 m²
- Salas de aula - 756 m²

- Refeitório - 420 m²
- Biblioteca - 330 m²
- Setor esportivo - 7.200 m² (2 campos de futebol, 2 quadras poliesportivas, sendo uma coberta, 1 piscina e 1 cantina)
- Praça e jardins - 2.320 m²
- Ruas e avenidas de acesso - 23.200 m²

Com o intuito de preservar a área verde do CAJ, nos utilizaremos ao máximo possível das instalações já existentes, principalmente no tocante aos equipamentos de lazer. Podemos observar que já existe uma boa área construída, sendo necessários poucos ajustes nestes equipamentos para sua utilização pelo programa em implantação. Propomos a construção de mais um prédio, com um auditório para 150 pessoas, sala de coordenação, recepção, vestiários, enfermaria e almoxarifado.

Esse novo prédio tem o objetivo de receber os visitantes, onde ocorrerão palestras, nas quais serão enfocadas questões relacionadas à educação ambiental. Não utilizaremos o auditório já existente, pois atrapalharia as aulas em curso do ensino médio. É desejável que esse prédio seja construído próximo ao açude principal, talvez do lado da piscicultura, local este onde é possível seguir em três direções dentro do CAJ através de trilhas interpretativas. No capítulo final, segue um mapa com a localização das trilhas e dos prédios principais.

No intento de propor ao CAJ o desenvolvimento de atividades de lazer, é necessária uma discussão prévia acerca de nossa visão sobre este campo, contextualizando o lazer na sociedade contemporânea, discutindo alguns conceitos e suas características.

1.2.1- Lazer e qualidade de vida

A origem do lazer é um ponto de controvérsia que vem sendo discutido academicamente na contemporaneidade e ainda não está suficientemente claro. Certos autores dizem ser tão antigo quanto o trabalho, outros, afirmam que o lazer, propriamente dito, só é caracterizado com a distinção da jornada de trabalho, a partir das sociedades industriais. Assim, há a necessidade de se buscar um marco teórico que norteie futuras afirmações.

Segundo Camargo (1992), a primeira obra científica sobre o lazer foi publicada na virada do século, “*A teoria da Classe Ociosa*”, de T. H. Veblen, que deriva dos estudos da racionalização do tempo, instituída pelo capitalismo do século XVIII, tendo também origem nas lutas trabalhistas por melhores condições de trabalho e por uma jornada mais reduzida.

A partir do conceito de tempo linear, concretizado com a criação do relógio, novas formas de controle e manipulação passam a vigorar, principalmente sobre as classes trabalhadoras. Já que o tempo não se repete, não se pode “perder tempo”, sendo necessário aproveitá-lo melhor. O relógio torna-se, portanto, um agente regulador e delimitador. Conforme De Grazia (1966), sua cumplicidade com a fábrica cria a concepção do tempo como mercadoria, que pode ser vendido, investido, conquistado, contado.

Com esta evolução, principalmente nas cidades urbano industriais, passa o trabalhador a vender o tempo de trabalho e comprar seu tempo “livre”- termo questionado, vista sua ligação com o tempo de trabalho, daí não haver liberdade. De Grazia e Thompson diferem nesse sentido, uma vez que Thompson não vê o tempo livre dependente do tempo de trabalho (Thompson, 1991). Baudrillard argumenta que esse tempo não é livre, já que é regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção². Nesse sentido o lazer é o repouso imposto pela racionalização do tempo.

Partindo-se da idéia do tempo como dinheiro, mercadoria, De Grazia toma os pressupostos do ideal clássico de lazer, argumentando ser impossível como fato ou ideal encontrá-lo no mundo industrial. No sentido cultural, o lazer incorporou o sentido da palavra latina *otium*, a qual em português resultou ócio e ociosidade, porém o *otium*, na sua origem, não corresponde ao sentido atribuído ao ócio na linguagem contemporânea, uma vez que este adquiriu um sentido pejorativo.

Através dos vários estudos, desenvolvidos para explicar a questão do “tempo livre”, surge a Sociologia do Lazer, no qual Joffre Dumazedier figura como um de seus fundadores. A partir daí, começa-se a entender melhor a problemática da criação do lazer, da sua legalização e institucionalização.

Os conceitos de lazer vão ocupar um universo complexo de significados, por tratar-se de uma expressão cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal

²Bruhns (1997) cita Baudrillard e explora a questão de tempo no texto *Sobre o Ideal Clássico de Ócio e o Lazer Contemporâneo* no qual afirma não haver o “tempo livre”.

e social dos indivíduos. Em referência à imprecisão conceitual do lazer, Lanfant (1972) afirma que:

“A palavra lazer é empregada em diferentes níveis de inteligibilidade. Ora a noção faz referência à etimologia, ora à filosofia com suas diferentes conotações, ora o lazer é apresentado como categoria científica e operatória que permite compreender os fatos sociais que se realizam na esfera do não-trabalho, ainda que este conceito seja dos mais imprecisos. [...] A palavra lazer recobre um conjunto de fatos econômicos, sociais e culturais, ao mesmo tempo subjetivos e objetivos.” (p. 22).

Etimologicamente, o lazer tem raiz na palavra latina *licere*, ser lícito, ser permitido, dando a idéia de ausência de regras, de obrigações, de repressão.

A importância do lazer também é bastante discutida, onde o senso comum diz que tal tempo livre só servirá para aumentar o número de festividades e, assim, os problemas de violência e exacerbações produzidas pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, entre outras formas ditas “patológicas” do lazer (Marcellino, 1996, p.52-53).

Porém, em contrapartida, percebe-se que o lazer pode ser considerado em alto grau de obrigatoriedade ou necessidade para a manutenção da vida e como instrumento com fins em si mesmo. Cavalcanti (1984) mostra que:

“A idéia do lazer como condição de estar livre da necessidade de trabalho pode ser reinterpretada no contexto da civilização industrial como uma condição de estar livre dos desgastes físicos ou psíquicos impingidos pelo trabalho. Ou seja, o lazer, que pressupõe o trabalho, pressupõe também uma reação do indivíduo para recuperar-se das pressões impostas pelo próprio trabalho.” (p. 10).

São poucos os que conseguem se despir dos problemas e das preocupações e entregar-se à riqueza dos momentos de lazer. É muito significativo o devaneio, no qual deixar-se levar a si e às sensações de relaxamento, é um momento raro de inventividade no reencontro de si mesmo.

Três abordagens gerais sobre o lazer e o trabalho devem ser entendidas para poder se estudar mais a fundo tal temática. A primeira abordagem diz que o trabalho é a parte séria da vida e o lazer, um mero subsidiário ou algo não existente. Na segunda abordagem, vê-se o oposto, o lazer é considerado o grande objetivo da vida e o trabalho é apenas o meio de se

chegar a esse fim. A terceira abordagem procura integrar o lazer e o trabalho, sendo os dois reconciliáveis, e cada um deles é capaz de enriquecer o outro (Parker, 1978).

Não é preciso investigar muito para entender as relações entre trabalho e lazer. O horário de trabalho determina quanto tempo há disponível para o lazer e, muitas vezes, o tipo de trabalho influencia na quantidade e energia que se empregará para o lazer.

Dentre as afirmações consideradas desde a sistematização dos estudos sobre o lazer, pode-se dizer, atualmente, que o mesmo não é secundário, mas sim prioritário. O trabalho, desde que a renda individual dê condições razoáveis de sobrevivência, funcionará não como um fim, mas como um meio. O lazer ocorre de diversas maneiras, das férias aos trabalhos voluntários, do esporte ao estudo de uma obra-prima, da conversa fútil aos entretenimentos musicais, entre outros. O certo é que é realizado no tempo da não obrigação e sem caráter de necessidade, devendo proporcionar satisfação, entretenimento bem como o desenvolvimento pessoal e social.

Assim, o lazer pode assumir o significado de uma aspiração do ser humano, que procura uma nova vivacidade, relacionada a um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura. Nesse sentido, procura humanizar-se mais, quebrando várias *couraças* e barreiras do tecnicismo e da moral estabelecida.

Hoje, o lazer constitui-se em uma reivindicação social, necessária ao desenvolvimento do ser humano e visto não apenas como um meio para descansar ou abusar dos prazeres obtidos pelo uso de bebidas alcoólicas e demais drogas, que criam um paraíso artificial. Para Marcellino (1995):

“A ‘especificidade concreta’ do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. Portanto, seu significado é bastante diferente do entendimento da Antiguidade Clássica. É uma questão de cidadania, de participação cultural... Entendo, ainda a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura...” (p. 17)

Toda essa valorização que o lazer vem conquistando através dos anos, pelos diversos estudos que investigam sua necessidade e importância, lhe atribue cada vez mais ênfase, tanto na parte legal, no qual se criam novas leis para sua normatização, como na sua

influência social. O lazer é visto como uma demanda, fruto da sociedade urbano-industrial e, com sua evolução, gera novos valores e formas de utilização do tempo “livre”.

O conceito de lazer que se integra a este estudo é aquele em que se enfatiza a “qualidade de vida” e as diversas formas de experiências que são desempenhadas e oferecidas para desfrutá-la. Nesse sentido:

“A realidade é que a qualidade de vida não depende de forma direta daquilo que os outros pensam de nós ou do que possuímos. O essencial, ao contrário, é como nos sentimos a respeito de nós mesmos e do que nos acontece: para que a vida seja melhor, precisamos aprimorar a qualidade da vivência.” (Csikszentmihalyi, 1992, p. 73)

O lazer oferece condições e cria situações nas quais a pessoa pode obter prazer e satisfação, elementos básicos para a qualidade de vida. Uma viagem, por exemplo, pode agradar por tratar-se de uma novidade que estimula e recupera o senso de prazer, desgastado pelas rotinas da vida cotidiana.

A satisfação ocorre quando a pessoa não apenas cumpriu algumas expectativas anteriores, realizando um desejo, ou suprimindo uma necessidade, mas também quando ultrapassa aquilo que foi programada e vivencia algo inesperado, talvez nem sequer antes imaginado.

Uma explicação mais aprofundada de sentimentos como satisfação, felicidade e auto-realização percorre caminhos teóricos de vários aspectos do ser holístico que é o ser humano. Dentre eles o referencial de corpo, um dos pilares deste estudo, que será explorado no final do próximo capítulo.

II - Ambientalismo e Sustentabilidade

A presente reflexão é fruto de um debate amplo acerca do meio ambiente que, a partir da década de 1960, emerge no plano político e, nas décadas de 1970 e 1980, emancipa-se, institucionaliza-se e, definitivamente, entra na pauta das reuniões governamentais ao nível internacional. Tentando sanar dificuldades de compreensão da concepção de meio ambiente, procura-se, no início deste capítulo, discutir conceitos que venham nortear as idéias básicas a serem desenvolvidas. Dando continuidade, um pequeno histórico da evolução do movimento ambientalista é apresentado desde seu início, com o advento da industrialização, até aos anos recentes, com as novas questões que surgiram na década de 1990, contrastando o uso indiscriminado dos bens naturais em contraposição a um preservacionismo exarcebado e “insustentável”.

No segundo tópico, é abordada a questão da sustentabilidade, uma das possibilidades de desenvolvimento, sem necessariamente destruir o ambiente a sua volta. Adentrando na especificidade do CAJ, é elaborada uma reflexão acerca do turismo, principalmente o turismo ecológico e o turismo rural. Completando o raciocínio, fazemos uma ligação com o referencial de corpo, que fundamenta a necessidade de atentar para a qualidade de vida.

2.1- Ambientalismo

Desde os primórdios, o ser humano utiliza-se dos recursos do ambiente que o cerca para sobreviver e, a partir do domínio e da forma de utilização que fez desses recursos, acompanhou, em paralelo, sua evolução biológica e intelectual. Tal evolução proporcionou uma riqueza enorme no que se refere à abertura de novos horizontes, novas compreensões e delimitações acerca dos fenômenos naturais.

Compreendendo e apropriando-se das forças da natureza, passou a explorá-la e a dominá-la de forma a satisfazer suas necessidades e aspirações vigentes. O ser humano é o único ser vivo capaz de criar cultura, sendo ela que institui e determina a idéia do que seja natureza.

Partindo-se do pressuposto que o natural é tudo o que não é construído ou elaborado pelo ser humano, percebe-se que o próprio conceito de natureza não é natural, “*sendo na verdade criado e instituído pelos homens*”, e isso é um dos pilares através dos quais os homens erguem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (Gonçalves, 1996, p.23).

A problemática envolvida no tocante à má utilização e destruição do meio ambiente, é consequência de como interpretamos a natureza. Segundo Carvalho (1991):

“Evidentemente que a definição ou a conceituação do que seja a natureza depende da concepção de que temos dela, de nós próprios, e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa conveniência social. Que, sabemos, foram múltiplos nas várias sociedades que ao longo da história os homens constituíram” (p.13).

A partir da evolução dos meios de produção, inicialmente artesanais e passando à utilização de máquinas (aumentando a velocidade e quantidade da produção), as classes dominantes da sociedade conseguiram, ao longo dos anos, e mais especificamente no século XVIII, inculcar nas pessoas a idéia de que o progresso estava ligado aos valores de produção e de bens de consumo. Para Requião (1991), baseado nesse valor inculcado na sociedade, começou-se a exploração legitimada e sem limites dos recursos naturais e do próprio ser humano.

Por não haver uma unanimidade sobre uma possível definição de meio ambiente, procura-se avançar e enriquecer determinados entendimentos como o pressuposto conceitual elaborado por Jacobi (1995) de que: “*Por ‘meio ambiente’ se entende um habitat socialmente criado, ou seja, um meio físico modificado pela ação humana*” (p.134). A concepção elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, diz: “*Meio Ambiente é o sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos – um todo complexo com muitos componentes interagindo em seu interior*”. Segundo Rattner (1992), meio ambiente é o “*produto da interação entre os homens e a Natureza e de interação entre os próprios homens, em espaço e tempo concretos e com dimensões históricas e culturais específicas, que expressem também o significado político e econômico das mudanças que se pretendem induzir ou sustar*”. Tentando sintetizar essas visões, o meio ambiente pode ser entendido como o conjunto do habitat socialmente criado e

do ambiente natural. O habitat socialmente criado é dividido em duas categorias, a urbana e a rural, e o ambiente natural compreende as regiões intocadas, as áreas pouco exploradas e as unidades de conservação.

Os principais problemas relacionados ao meio ambiente urbano, de acordo com Jacobi (1995), são as poluições do ar, sonora, dos córregos e rios, a qualidade e quantidade de água potável, o lixo, o esgoto e as enchentes³. Considerando-se que o meio urbano, em síntese, depende da qualidade do ambiente natural que o cerca, é viável pensar que o meio ambiente tem uma capacidade de regeneração que, devido à exploração desenfreada de seus recursos e dos resíduos poluentes que nele são depositados, este não dá conta de suportar a pressão que lhe é imposta. Se a poluição alastrar-se para nossas fontes de água, de onde tiraremos esse elemento vital para a sobrevivência do planeta? A partir do momento que se percebeu o perigo do meio ambiente natural não mais suprir as necessidades de sobrevivência da humanidade, iniciou-se a luta pela proteção, conscientização e formulação de novas alternativas de desenvolvimento.

O meio rural (campo e florestas “modificadas”) sofre problemas, hoje, como a salinização, a desertificação e a erosão. Esse é um dos locais que mais tem recebido atenção pelos ambientalistas, visto sua proximidade com o ambiente natural (florestas, montanhas, nascentes de rios) e com as grandes possibilidades de, a partir desses locais, se criar novas formas de desenvolvimento econômico-social que não cause poluição ou transformação total deste ambiente.

Certamente as florestas naturais e modificadas são parte integrante dos sistemas de suporte da vida na biosfera, pois influem nos sistemas atmosféricos e hídricos, no controle de temperatura, protegendo o solo e regulando a estabilidade das encostas. São delas, também, as reservas de matérias primas essenciais para a economia contemporânea.

Apesar de toda a história de devastação das florestas naturais, ainda há remanescentes de extrema importância biológica e econômica. A ameaça de devastação se dá não só no patrimônio natural, mas atinge também o patrimônio cultural, visto que essas regiões abrigam indígenas, caiçaras, aborígenes, cuja sobrevivência é dependente da mata e de seus ecossistemas associados. Ambientalistas defendem que essas coletividades detêm

³ Resultados da pesquisa que se deu na cidade de São Paulo e é parte integrante de um projeto de avaliação das condições ambientais urbanas em cidades do Terceiro Mundo (Jacobi, 1995).

vasto conhecimento sobre a floresta, seus ciclos, o valor de seus produtos, além de ritos, mitos e manifestações simbólicas profundamente integradas com o ambiente natural.

Possíveis soluções para a conservação do meio ambiente, segundo Ferreira (1995), só serão eficazes se houver a maior coincidência possível entre o espaço de legitimação e o espaço de atuação das instâncias decisórias, isso porque:

“...a negação coletiva ao problema ambiental não pode ser analisada em si mesma, nem tampouco pode ser abandonado seu conteúdo ideológico, mas ressurgir exatamente como um dos pólos de um conflito peculiar. A tensão entre pólos aparentemente opostos – qualidade ambiental de um lado, bem estar social de outro – deve ser compreendida como um longo processo de politização de carências reais, cujos contornos foram sendo desenhados em uma situação de ausência de direitos...” (Ferreira, 1995, p.174).

A incorporação da questão ambiental faz parte de um processo evolutivo. Para melhor entendimento da evolução do movimento social que, a cada década, amadurece e percebe a necessidade de reestruturar seus objetivos e sua atuação, devido às novas formas de degradação ambiental, procuro apontar alguns fatos e datas que influíram no surgimento do ambientalismo.

A seguinte descrição cronológica é importante para situar a questão ambiental de forma mais fundamentada, fugindo do senso comum e dos modismos ecológicos criados pela mídia. Assim, utilizo o levantamento histórico de dois autores de renome na questão ambiental, Paehlke (1989) e McCormick (1995), fazendo uma interface nos fatos apontados pelos autores com discussões mais aprofundadas de ambientalistas e economistas contemporâneos.

Em 1775, Percivall Pott, físico britânico, fez uma grande descoberta, ligando o câncer genital à exposição de jovens limpadores de chaminé ao alcatrão, resíduo do carvão. Mas, naquela época, era difícil se entender os efeitos na saúde que a poluição ambiental poderia causar. Só duzentos anos depois de sua descoberta, com muitos trabalhadores inválidos por problemas dessa enfermidade, e com um grande número de óbitos, é que o trabalho de Percivall Potts passou a ser reconhecido (Paehlke, 1989).

Paehlke evidencia que no século XIX, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos começam a se preocupar com a poluição. Na Inglaterra, comitês parlamentares foram

estabelecidos, em 1819 e 1843, para estudar o problema e algumas leis foram aprovadas entre 1845 e 1875, porém nunca cumpridas.

Data de 1863 a primeira lei contra a poluição do ar no mundo, com a criação do primeiro órgão de controle da poluição na Grã-Bretanha. É neste mesmo país, em 1865 que surge o primeiro grupo ambientalista do mundo, segundo McCormick (1995). Este mesmo autor aponta o ano de 1886, como o ano em que foi assinado o primeiro acordo internacional sobre o meio ambiente.

Ainda no século XIX, Paehlke (1989), cita que a Inglaterra promoveu o início da poluição dos rios, transferindo para lá a sujeira que antes ia para as estradas e ruas. Com isso, várias doenças começam a incomodar, tal como a cólera (1866 – 1872). Foi montada, entre 1865 e 1868, a *Royal Comissions on River Polution* em resposta a inquietude da população, quando o governo aprovou o Ato Público de Saúde em 1875 e o Ato de Prevenção à Poluição dos Rios em 1876.

A primeira ação legal, sobre a poluição do ar nos Estados Unidos, aconteceu em St. Louis em 1876 e em Chicago em 1881. Foram definidos limites mínimos de 20 pés de altura para chaminés industriais e o refinamento da fumaça densa.

Observa-se que a poluição, juntamente com a conservação, são a base da construção da ideologia ambientalista. O movimento ambientalista teve suas origens no conservacionismo, que se iniciou na América do Norte em meados do século XIX.

O conservacionismo era tipicamente antropocêntrico, principalmente no tocante ao uso eficiente dos recursos naturais, particularmente os renováveis. Naquela época, os conservacionistas pouco falavam sobre poluição, procurando apenas formas mais eficientes de utilização dos recursos.

Paehlke (1989) cita autores como George Perkins Marsh (1801-1882), John Muir (1838-1914) e Aldo Leopold (1886-1946), que, neste período, implementaram a discussão da questão ecológica e influenciaram escritores como Rachel Carson e outros. Estes já afirmavam que a nossa prosperidade e saúde dependeriam da compreensão e respeito da natureza e seus processos.

Segundo Paehlke (1989), Marsh (1864) tinha uma visão bastante ampla sobre o problema de se cortar florestas e drenar rios e lagos, medidas que influenciavam no declínio das espécies e poderia certamente prejudicar a vida do homem. Através de sua sensibilidade,

deu informações atualizadas sobre a poluição e seus impactos sobre os sistemas ecológicos e a saúde humana. Muir (1911) enfatizou a importância de proteger o solo e as florestas das serras, pois estava ali a nascente das águas. Seu receio era que tudo se transformasse num deserto. Leopold (1948), discípulo de Marsh, mostrava a importância do relacionamento entre os organismos e todo o ambiente, defendendo que o sentimento deveria estar presente, contra balanceando a relação entre sentimento e ciência.

Além de problemas como a devastação de florestas, o problema com as fontes de água e outros males começam a entrar em debate. Em 1907, o governo Inglês publicou uma reportagem sobre os efeitos do amianto na saúde. No entanto, apenas em 1918 os trabalhadores dessa área passam a receber seguro de vida na América do Norte. No Canadá, não antes de 1975, tomou-se sérias providências para proteger a saúde dos trabalhadores na produção de amianto. Vale lembrar que o Canadá era o maior produtor de amianto do mundo e que os estudos epidemiológicos sobre a saúde dos trabalhadores, nesses ambientes, já haviam sido realizados em 1935.

Um dos grandes acontecimentos, que incontestavelmente marcou o início de toda uma reflexão acerca do meio ambiente e da sobrevivência no planeta, foi em 1945, com a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Percebeu-se, nesse momento, que o ser humano havia conquistado o poder de destruir não só a vida de outros seres humanos, mas de todas as espécies de vida existentes.

Na década de 60, a preocupação geral era o crescimento populacional versus aumento na demanda de alimento. Segundo Paehlke (1989), outro fato importante do ano de 1962, foi a publicação do livro *Silent Spring*, autoria de Rachel Carson, um livro de grande relevância, que trata da destruição do ambiente junto a áreas agrícolas, onde o uso de inseticidas, em especial o DDT, estava causando esterilidade nos pássaros, promovendo assim uma primavera silenciosa. Tal livro, despertou a atenção para um problema maior, a extinção das espécies que ocorria descontroladamente, assunto que entra em debate nos anos 80.

Nos anos 70, volta-se para problemas de poluição e energia. No ano de 1972, as Nações Unidas criaram um novo programa ambiental, foi na *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo. A partir desse momento, a educação ambiental se torna assunto oficial na pauta dos organismos internacionais. Essa conferência é tida como um marco para a questão ambiental, onde se traçou diretrizes e metas no âmbito

internacional para a educação ambiental. Ainda nesse ano, foi fundado o primeiro partido verde na Nova Zelândia.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, o ambientalismo passa a ser efetivamente politizado, pois observou-se que, apenas vivendo num estilo de vida pacato e simples, sem luta, e sem preservação do meio, poderia ser perdido o paraíso individual. Nessa época, predominava a questão nuclear, o industrialismo, a crise energética, debates nos quais os recursos naturais deveriam ser conservados para não haver um colapso na economia mundial. Esse momento é também considerado como aquele no qual ocorre a emancipação do ambientalismo, passando a ser mais oportunista e a se institucionalizar (Eckersley, 1995).

Nos anos 80, é importante destacar a grande política anti-ambientalista que ocorreu baseada no conservadorismo da América, Inglaterra e Canadá. Essa grande oposição levou os ambientalistas a fazerem uma aliança com as forças progressistas de esquerda. O ambientalismo surpreende, lutando contra as forças conservadoras, esboçando intenções mais amplas, ultrapassando suas discussões das classes médias para dialogar com outros segmentos sociais, revogando suas idéias estabelecidas inicialmente na oposição genérica a uma sociedade imediatista e predatória, para mostrar planos de constituir-se no que poderia ser um novo projeto de sociedade. (Ferreira, 1998).

A partir daí, o ambientalismo toma uma dimensão jamais vista. Ele passa a ser um dos mais importantes movimentos naqueles anos e sua característica torna-se coletivista, diferentemente de seu início individualista. Paehlke (1989) destaca a forte influência que o ambientalismo provocou na vida política da Europa e da América do Norte por vários anos. Praticamente o movimento não passava de uma coalizão de grupos com interesses similares, porém, a prática do ambientalismo evoluiu, para se tornar uma ideologia capaz de ver economias desenvolvidas através da difícil transição da sociedade industrial para a pós industrial.

Foi também nos anos oitenta que o movimento ambientalista tendo conquistado esse espaço, forçou diversas organizações internacionais, desde o Banco Mundial, Comunidade Comum Européia até a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica, há tomar posições relativas às políticas de meio ambiente.

Com a inclusão de informações ambientais em reuniões governamentais, e o globalismo nos anos 60 e 70, ocorre a integração dos pensamentos ambientalista e

desenvolvimentista que, influenciados por preocupações com a escassez de recursos e problemas de manejo ambiental, encaminhou formulações acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, tema em amplo debate nos anos 90. Para Almeida (1998):

“...o debate internacional sobre meio ambiente culminou com o reconhecimento da importância da noção de desenvolvimento sustentável, o qual compreende, em linhas gerais, a conciliação entre eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica.”(p.23)

Os anos 90 são marcados pela discussão acerca da “sustentabilidade”. Não é tarefa simples encontrar um equilíbrio entre interesses econômicos e desenvolvimento planejado com vistas à preservação ambiental, já que, no caso de uma política ambiental, os critérios e valores ainda são subjugados ao poder econômico em diversos países, particularmente nos países periféricos.

Vários programas começam a ser orientados para a satisfação das necessidades humanas, tendo em vista as potencialidades do suporte biofísico, ultrapassando a racionalidade econômica convencional, considerados os índices alarmantes de pobreza e os limites homeostáticos da biosfera. (Hogan e Vieira, 1992).

É difícil o diálogo entre interesses econômicos e conservação ambiental. A economista Luciana T. de Almeida, ao fazer uma análise econômica da Política Ambiental, adverte:

“As reivindicações ambientalistas e as análises de cientistas propondo a eliminação da poluição parecem ser completamente descabidas, uma vez que poluição zero equivale a nível zero de atividade econômica ou custos de controle nulos.” (1998, p.32)

Devido à limitada capacidade de ajustamento entre o natural e o econômico, novas prioridades do manejo ambiental são criadas, procurando direcioná-las para a preservação de ecossistemas naturais e da vida selvagem. Com o intuito de planificar e controlar o manejo dos recursos naturais, o poder público passa a expedir várias licenças para criação de Unidades de Conservação.

Tais unidades são vistas como uma das maneiras de preservar e valorizar o mundo selvagem, além de serem locais de reflexão e isolamento espiritual. Segundo Diegues (1994), o naturalismo da proteção da natureza do século passado, parecia ver a criação desses

parques com o sentido do valor estético, além de representarem verdadeiros ícones à natureza intocada. Um exemplo é o *Yellowstone*, nos Estados Unidos, o primeiro parque nacional do mundo, fruto da predominância das idéias preservacionistas do século XIX.

Os parques nacionais apareceram nos Estados Unidos 14 anos antes que no Canadá. Paehlke (1989) cita que o estabelecimento de parques nacionais e a proteção de florestas ocorreram pela pressão pública nos Estados Unidos. Já no Canadá, os parques surgiram pela vontade do próprio governo. No entanto, a questão da proteção das florestas chegou mais cedo no Canadá que nos Estados Unidos.

No Brasil todo o Sistema de Unidades de Conservação é baseado no documento *Objectives, criterias and categories for conservation areas*, da Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCA), que conceitua as unidades de conservação como “*áreas definidas pelo poder público, visando a proteção e a preservação de ecossistemas em seu estado natural e primitivo, onde os recursos naturais são passíveis de uso indireto, sem consumo*”. (Ibdf,1980; Ipt,1992).

É interesse nosso, fazer um estudo específico para determinar se a área do CAJ tem atributos suficientes para ser uma área protegida. Três fatos nos levam a crer que sim, um fato é a questão cultural, que envolve a área do CAJ com a Segunda Grande Guerra. O segundo, diz respeito à degradação ambiental que ainda ocorre na área, com a extração de areia e pedras do leito do rio Jundiá. O terceiro ponto é a possibilidade da área servir para pesquisas mais aprofundadas em termos ambientais, haja visto possuir resquícios da Mata Atlântica.

Os espaços protegidos, funcionam ainda, como alternativas de lazer, nos quais diversas pessoas, em seu “tempo livre”, das mais variadas classes sociais, procuram o contato com o ambiente natural. Várias atividades físicas de “aventura na natureza” são oferecidas como atrativos turístico-recreativos que tendem a aumentar a atividade econômica das regiões visitadas, colocando em risco a qualidade do meio ambiente.

Assim, é necessário adentrar em alguns conceitos de sustentabilidade, procurando definir formas de exploração que não determinem a destruição das áreas de interesse.

2.2- Sustentabilidade

Atualmente, a grande questão que envolve o ambientalismo e o desenvolvimento econômico-social é a sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento sustentável tomou vida em vários congressos, estudos e relatórios realizados por diversas entidades internacionais, como o Relatório Brundtland (1987), que forneceu base às ricas discussões no tocante ao uso dos recursos renováveis e não renováveis, ao problema do lixo, à explosão populacional, dentre outros.

Nesse relatório, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1987), definiu-se que uma sociedade de desenvolvimento sustentável é aquela que *“satisfaz as necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”*.

O conceito adotado no Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente (2000), é fruto do consenso de um processo interativo envolvendo representantes de diversos setores da sociedade, tendo uma natureza operacional para a questão temática da Infra-estrutura e Integração Regional, o qual se resume em:

“Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social dos indivíduos nos circuitos de produção, cidadania e consumo. Esse estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura econômica e social, mobilizando os recursos para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (p.11)

Este conceito é, sem dúvida, bastante plausível, porém sabe-se que em nosso país há a necessidade de se criar condições reais para a aplicação de legislações e instrumentos que viabilizem o desenvolvimento nos moldes propostos acima, para que não se perpetue o modelo de desenvolvimento predominante em toda a América Latina: insustentabilidade ecológica, social ou econômica, haja vista a degradação ambiental e social que vivenciamos.

A necessidade de uma nova era no crescimento econômico é enfocada por Goodland (1991) com relação às opções para o futuro. Segundo o autor, os limites para o crescimento já foram alcançados e os recursos não renováveis, como o petróleo e o gás, que

abastecem 60% da energia global, têm apenas 50 anos de reservas confirmadas. O lixo produzido já chega no limite de capacidade de absorção do ecossistema global: os oceanos recebem cerca de 20 bilhões de toneladas de lixo anualmente, PCBs (policlorinatos bifenis - encontrados em detergentes, desinfetantes, etc.), DDT (veneno – muito utilizado em inseticidas na agricultura) estão acumulando-se no ecossistema marinho. Várias evidências comprovam as transformações do ecossistema que levam à insustentabilidade: o aquecimento global dado o acúmulo de CO₂ na atmosfera, destruição da camada de ozônio pelos CFCs (gases a base de cloro flúor carbonos), degradação dos solos (erosão, salinização, desertificação), diminuição da biodiversidade (55% das espécies que habitavam as florestas tropicais já foram extintas).

Grande parte do atual desequilíbrio ambiental deu-se pela evolução da economia do capital, na qual a prioridade era o desenvolvimento econômico, já que havia recursos em abundância e não se discutia até quando eles durariam. Daly (1991) enfatiza que, atualmente, o remanejamento do capital natural passa a ser um fator de preocupação. Hoje, o fator determinante do limite da pesca de peixes não é o número de barcos e, sim, a capacidade de reprodução das populações de peixe. Assim, também o que define a quantidade de gasolina não é a capacidade de produção da refinaria, mas as reservas de petróleo. Novas perguntas são feitas, baseadas no aumento do capital produzido pelo homem em detrimento do capital natural, e uma fica em aberto: os recursos naturais podem ser substituídos pelo capital produzido pelo homem?

O conceito de sustentabilidade evoluiu e passa a fazer parte do rol de interesses das diversas ciências. Sua complexidade de fenômenos interligam-se numa teia enorme de discussões, que abrangem os diferentes escalões da sociedade. Isso leva à necessidade de um delineamento de dimensões e critérios operacionais de sustentabilidade. Guimarães (1997) afirma que tal procedimento permite diferenciar atores e interesses de um modo mais preciso. Sua enumeração combina distintos critérios, de natureza específica ou de nível de agregação. Segundo o autor, as dimensões de sustentabilidade são oito:

- Sustentabilidade planetária: guarda relação direta com os problemas que extrapolam as fronteiras do Estado-Nação, referindo-se especificamente à necessidade de reversão dos processos globais de degradação ecológica e ambiental;

- Sustentabilidade ecológica: refere-se à base física do processo de crescimento e objetiva a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas;
- Sustentabilidade ambiental: intimamente relacionada com a manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas, ou seja, da capacidade da natureza para absorver e recuperar-se das agressões antrópicas;
- Sustentabilidade demográfica: problematiza as sustentabilidades ecológica e ambiental ao incluir como um de seus critérios o de política pública para os impactos da dinâmica demográfica, tanto nos aspectos de gestão de base dos recursos naturais como nos de manutenção da capacidade de carga ou de recuperação dos ecossistemas;
- Sustentabilidade cultural: manutenção da diversidade em seu sentido mais amplo e dirige-se à integração nacional ao longo do tempo;
- Sustentabilidade social: objetiva a melhoria da qualidade de vida, tendo como critérios básicos os da justiça distributiva, para o caso de bens e de serviços, e os da universalização da cobertura, para as políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social;
- Sustentabilidade política: vincula-se estreitamente ao processo de construção da cidadania e busca garantir a incorporação plena de indivíduos ao processo de desenvolvimento;
- Sustentabilidade institucional: projeta, no próprio desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia, as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros.

Há outras classificações quanto às dimensões da sustentabilidade, como a de Goodland (1995). Para ele, a “sustentabilidade geral”, no futuro, vai ser baseada em três aspectos: ambiental, social e econômico. Não podemos dizer que a classificação proposta por Goodland não atenda aos critérios e às especificidades da sustentabilidade, porém podemos inferir que autores, como Guimarães (1997), avançam nessas discussões, propondo novos enfoques com relação ao consumo e à degradação, no que se refere ao Estado gestor e Estado parceiro, entre outros.

No marco conceitual, eleito pelo Ministério do Meio Ambiente (2000), são incorporados sete dimensões de sustentabilidade: i) ambiental e ecológica; ii) social; iii) política; iv) econômica; v) cultural; vi) espacial; vii) institucional.

Destacam-se os sentidos norteadores da sustentabilidade econômica, espacial e social elencados acima. No caso, a sustentabilidade econômica é baseada nas exigências de eficiência econômica e competitividade sistêmica necessárias à acumulação de capital para continuidade do processo de desenvolvimento que atenta, prioritariamente, às exigências econômicas e sociais da geração adequada de empregos, da melhoria na distribuição funcional, regional e interpessoal de renda.

O conceito de sustentabilidade social refere-se à promoção e melhoria da qualidade de vida e à redução dos níveis de exclusão social, por meio de políticas de justiça distributiva. É enfatizada a diferença, em termos econômicos, no que diz respeito à distribuição e redistribuição de renda. A distribuição ocorre no próprio processo de geração de renda e sua distribuição funcional pode favorecer os salários, os lucros, os aluguéis, entre outros. Já a redistribuição, refere-se primeiramente à política fiscal e às políticas de renda e emprego, de alcance social mais limitado que a distribuição funcional, regional e interpessoal da renda propriamente dita.

Já o conceito de sustentabilidade espacial é associado ao princípio da universalização do acesso equânime aos serviços de infra-estrutura, isto é, às oportunidades no espaço nacional e internacional.

Observa-se, nas leituras realizadas, que todas as dimensões da sustentabilidade estão firmemente interligadas, não podendo haver sustentabilidade ambiental sem haver sustentabilidade social, e assim sucessivamente. Todas as caracterizações e princípios devem ser levados em conta e, certamente, devem ser adaptados à realidade de cada ambiente, de cada cidade, enfim, de cada sociedade.

Várias atividades começaram a se desenvolver a partir do ideal de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente e uma nos interessa em particular, o turismo.

Um fator de fundamental importância, quando se fala em desenvolvimento sustentável do turismo, é a capacidade de absorção, ou seja, o número de visitantes que não provoque impactos negativos para aquele ambiente, inclui aspectos distintos: Bio-físico

(ecológico), referente ao ambiente natural; Sócio-cultural, que se relaciona principalmente com os impactos na comunidade anfitriã e respectiva cultura; Instalação, que se relaciona com a experiência do visitante (Organização Mundial de Turismo, 1993, pp. 25-26).

O fator de absorção torna-se bastante complexo quando levamos em conta que em cada época do ano há variações nesse contexto. Pensemos no caso de uma cidade litorânea como Natal/RN, com uma população de 709.422, área total de 169 km² e densidade populacional de 4197,76⁴. No verão, pode-se chegar a uma população com cerca de 900.000 habitantes⁵. Esse aumento vai ser sensível no que diz respeito ao abastecimento de água, alimentação disponível, leitos, esgotamento sanitário, capacidade da rede elétrica e de comunicações. Toda a infra-estrutura, planejada para esse momento de grande visitação à cidade, pode se tornar inviável durante os períodos de baixa estação. Daí surge a necessidade de um planejamento bastante coerente, que tome como meta a manutenção da qualidade do ambiente de toda área, pois os turistas não voltam a lugares onde haja poluição da água, do ar, ruas sujas, congestionamentos, criminalidade alta, etc. Assim, uma política de desenvolvimento deve estar integrada à um planejamento baseado no desenvolvimento ambiental sustentável, devendo contar com uma gestão adequada.

A Organização Mundial de Turismo defende o desenvolvimento do turismo sustentável e estabelece para isso normas e regras para a sua gestão. Para a OMT, o turismo, além de ajudar a justificar a conservação do ambiente, de fato pode subsidiar os esforços de preservação. Os benefícios sócio-econômicos incluem empregos, dividendos e impostos, que justificam o seu desenvolvimento. Quanto à conservação da herança cultural da área, a modernização generalizada pode descaracterizar o conteúdo cultural exclusivo da região. O turismo dá apoio a museus, teatros, além de outras instalações ou atividades culturais. Há ainda a renovação do orgulho por parte dos residentes, que observam o interesse dos turistas pela sua cultura, além do intercâmbio cultural entre os turistas e os habitantes que podem aprender acerca da vida de outras pessoas.

O turismo surge como uma atividade sócio-econômica com amplas possibilidades de desenvolvimento sustentável para diversas comunidades, desde que seja devidamente planejado e observe todas as possibilidades de impactos, tanto positivos quanto negativos.

⁴ Dados obtidos na página <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/perfil2.ph?codmun=240810>, resultado dos dados preliminares do Censo 2000, em 29/06/2001.

⁵ Reportagem exibida no RN/TV (Rede Globo em janeiro de 1998).

Para que haja um desenvolvimento consciente e em equilíbrio com os novos conceitos de sustentabilidade, principalmente no turismo, que depende essencialmente do valor intrínseco de diversos atrativos naturais ou da elaboração cultural, como a arquitetura e as artes, é primordial que, além de um levantamento detalhado de todos os fatores biológicos, geológicos, morfo-climáticos e culturais, haja um planejamento contextualizado condizente com a realidade local.

Assim, uma das atividades que certamente pode contribuir para a compreensão do meio ambiente do Colégio Agrícola de Jundiá e da necessidade de preservá-lo, é a “trilha interpretativa” ou “ecológica”. O levantamento de fauna e flora feito no local de janeiro a março de 2000, servirá como ponto de partida para o programa de educação ambiental a ser elaborado para o CAJ. A partir deste, pode-se fazer o cálculo da capacidade de visitação da área, com o intuito de impedir novas degradações.

A importância do CAJ em termos ambientais, está na qualidade de vida que pode proporcionar à população de Natal, de Macaíba e visitantes das cidades vizinhas. Os resquícios de matas são responsáveis pela realimentação e proteção do lençol de água subterrâneo que abastece parte da região. A vegetação ainda contribui para amenizar o clima da cidade. Também as belas paisagens que se sucedem por toda a área, com razoável diversidade de animais e plantas, proporcionam visuais de extrema beleza. Através da preservação deste ecossistema, as gerações presentes e futuras terão oportunidade de conhecer a fauna e a flora nativas, com algumas espécies já em processo de extinção.

Por ser um local de contemplação, uma possibilidade que pode ser desenvolvida com bastante propriedade é o tema do corpo visitando a natureza. O desenvolvimento humano, corpo e natureza complementam essa reflexão, explorando o aspecto “qualidade de vida”, parte integrante da elaboração conceitual que o presente trabalho se propõe a realizar. Poderíamos explorar outros enfoques, como o econômico, o político, porém, acreditamos que o referencial de corpo contemple de forma mais salutar, a questão da qualidade de vida a qual desejamos destacar.

É importante enfatizar que, no referencial conceitual de corpo, como vem sendo trabalhado, pode parecer defender-se a dicotomia corpo/mente, corpo/razão, corpo/alma. Na verdade, procura-se, exatamente o oposto, enfocando o corpo como o ser completo, no qual se compreende o inacabado, a procura da evolução como busca do mais humano, inventando sua

identidade cultural a partir de intervenções em si mesmo e na natureza. (Villaça e Góes, 1998).

O ser humano contemporâneo, que vive nos grandes centros urbanos, está sujeito a uma rotina cada dia mais conturbada, que lhe impõe horários e deveres estressantes e que o afasta dos momentos de descanso e de contato com o ambiente natural e consigo mesmo. A violência urbana é sinônimo da deterioração da qualidade e do significado da vida humana. É fruto da deterioração das relações sociais em um espaço onde, ao mesmo tempo em que une indivíduos para a produção, provoca o distanciamento de si mesmos, do contato com os outros e com a natureza. Segundo Marcellino (1983): *“só é dada importância ao que é produtivo, gerador de ‘bens e consumo’ ou mercadorias, e não se questiona em que medida essa ‘produtividade’ - valor supremo - amula a expressão do ser humano”* (p.11).

O ser humano sempre esteve em contato com o meio ambiente, porém, como demonstrado por vários estudos, (Jacobi, 1995), na vivência humana, a transformação do ambiente se deu de forma destrutiva, afetando vários ecossistemas e criando formas de produção, como indústrias, que causam um impacto ecológico negativo incalculável. Muitos conflitos têm origem na transição de valores e objetivos pela qual nossa sociedade passa. Na virada de mais um século, deparamo-nos com um novo paradigma que surge como uma mutação da revolução industrial, no qual convivemos, com a interatividade – virtual – biotecnologia – engenharia genética, os quais, passam a figurar como uma nova verdade. São legitimados por um processo que, mais que uma ideologia, representa a tradução de um mundo desmoronador da identidade do ser humano, corroendo valores e se firmando pelo poder da mídia.

As redes de comunicação transmitem informações em uma velocidade incrível; as idéias movem-se em múltiplas direções e, juntamente com o ser humano, perdem suas raízes. A globalização, no sentido negativo, cria uma desconexão brutal entre as pessoas. Esse processo vem destruindo a identidade do homem, num contexto em que a velocidade das transformações é supra-humana, abalando drasticamente os quadros sociais e mentais de referência dos indivíduos e das coletividades.

A evolução tecnológica, que facilita a comunicação nos mais distantes países, possibilita novas formas de relações, em um novo espaço/tempo, no envio de diversos dados. Hoje, já ocorrem reuniões virtuais entre executivos de grandes empresas que, de diferentes

locais do mundo, se encontram num escritório virtual e debatem os mais diversos assuntos, sem a necessidade de estarem presentes fisicamente.

Analisando sob a perspectiva filosófica, pode-se inferir que o homem vem distorcendo a visão do que é o “ser humano” desde o século IV aC, no qual Platão já defendia a idéia de que o corpo, organismo, opunha-se ao espírito, alma. Esse pensamento dualista influenciou diversas culturas até os dias de hoje.

Aristóteles, discípulo de Platão, reagiu contra o dualismo corpo-mente, insistindo sobre a união substancial corpo-alma. Para ele, o ser humano é um composto substancial unificado: tudo que o espírito conhece passa pelo sentido do corpo. Mas não descarta a idéia de que, após a morte, o intelecto humano sobrevive, deixando o corpo perecível, para reintegrar o intelecto eterno, unificado, que alimenta a vida universal (Lepargneur, 1994).

Para esse autor, a partir do cartesianismo, volta-se a pensar conforme o dualismo platônico, no qual o método analítico opõe, exageradamente, a “coisa pensante” (espírito ou alma) da “coisa estendida” (matéria, o corpo). O cartesianismo passa a influenciar decisivamente o pensamento científico e vários outros segmentos da sociedade, inclusive o cristianismo, que já celebrava o espírito e denegria o corpo. Haraway (1994) tem, como uma de suas premissas, que grande parte dos socialistas americanos, e das feministas, vêem dualismos profundos entre corpo e mente, animal e máquina, idealismo e materialismo nas práticas sociais.

A visão dualista do ser humano evoluiu para uma recusa da matéria (não há mais contato físico) e até mesmo do espírito, no qual ser sensível, amável, passa a ser visto como fraqueza, motivo de exclusão social. Virilio (1998) reporta-se à questão da recusa da matéria enfatizando que a tecnologia é fator condicionante e gerador desse fato. Segundo ele:

“(...) a miniaturização das técnicas permite equipar o corpo do homem. A roupa utilizada para fazer amor à distância é feita de fibras óticas e de um sistema de captadores.(...) Aliás, nas pesquisas que estão sendo feitas sobre a cibersexualidade se busca uma pele artificial.(...) Busca-se uma pele artificial capaz de registrar todas as sensações e de transmiti-las à distância: uma pele virtual. Como se a partir dela eu pudesse dar um tapa ou beijar uma mulher e sentir tudo na pele, mesmo estando longe, a dois mil quilômetros de distância”.(p.144-145)

Todo esse emaranhado de tecnologia, de desconexões, leva-nos a perceber a importância de entendermos que concepção de natureza e de corpo é adotada em nossa

sociedade, pois isso vai influir profundamente nos conceitos e usos que se darão sobre o meio ambiente, a ecologia e sobre a própria sociedade.

A cultura, indubitavelmente atua, permeia, inscreve-se sobre os corpos. Bruhns⁶ explora autores, como Featherstone e Baudrillard, que mostram como a construção da nossa identidade depende da construção das imagens do corpo. Tais imagens dão ênfase na aparência física – um processo exacerbado em nossa sociedade e incentivador da cultura de consumo.

A esta estigmatização social, que nos força a cuidados excessivos com a aparência, investindo horas em tratamentos de pele e cirurgias plásticas, Turner (1989) indica como uma das ameaças à importância da corporeidade como sentido do ser. O autor expõe:

“O corpo é ao mesmo tempo a coisa mais sólida, mais efusiva, mais ilusória, concreta, metafórica, sempre presente e sempre distante: um sítio, um instrumento, um contorno, uma singularidade e uma multiplicidade. O corpo é a característica mais próxima e imediata do eu social, um referencial necessário da minha situação social e da minha identidade pessoal, e por vezes um aspecto de minha alienação no ambiente natural.” (p.33)

Como todos os autores aqui abordados, Turner concorda com a visão de que a natureza do corpo humano é um efeito da atividade cultural e histórica. O corpo é natural e cultural. Muitos dos controles (dietas) e reações corpóreas (enfermidades) podem entrar no debate entre natureza e cultura. Abordando como essa relação ocorre, Turner faz uma análise evolutiva desde o dualismo platônico e mostra como, nas sociedades patriarcais, a natureza era inferiorizada em relação a cultura. As mulheres, em tais sociedades, eram classificadas na categoria natural, sendo inferiores.

Assim, percebemos outra dicotomia, a separação entre o corpo e a natureza. Nas entrelinhas deste texto, expõe-se a necessidade da compreensão de que o ser humano é parte integrante e, quanto mais tenta se separar da natureza, mais dependente fica da mesma. Acredita-se que uma das formas de se alertar para esta problemática é através do contato direto com o ambiente natural, onde, como alternativa viável, as experiências de lazer figuram como uma importante interface.

⁶ Mais especificamente, no item intitulado **As imagens do corpo**, observa-se a influência das imagens na construção de nossa identidade. In *Lazer e Esporte: O caso da Caminhada e da Corrida*. (1997).

Na relação corpo/natureza, atividades como a caminhada em florestas, a contemplação de paisagens, o nadar em águas abertas, vão demonstrar a atual procura por novas sensações que enriqueçam o ser humano e sejam atividades desafiadoras. Experiências desse tipo passam a fazer parte das necessidades do ser humano.

Camargo (1992) mostra que, na atualidade, mesmo em condições de privação material, que lembram o início da revolução industrial, as aspirações de subsistência mudaram. *“Não é apenas o pão de cada dia que a população reclama!”* (p.99).

Percebe-se, com esta citação, a necessidade de auto-realização, devendo ser trabalhada de diversas formas, dentre elas pelas sensações. A auto-realização para Maslow (1990), proposta em sua hierarquia das necessidades humanas, é conseguida através de “experiências culminantes”. O autor aponta o fato de não sabermos como chegar a uma experiência culminante, não tendo uma relação simples com nenhum procedimento deliberado, apenas considerado como merecido. Segundo suas palavras:

“É como a promessa do arco-iris: aparece e desaparece e não se pode esquecê-lo. Uma pessoa sabe, de algum modo, que não pode projetar prolongar um estado ou condição de consciência que não está destinado a durar mais que a lembrança persistente da aceitação total que atura.” (p. 13)

A vivência na natureza pode contribuir de forma decisiva para tais experiências culminantes, como demonstrado por Csikszentmihalyi (1992), por Seaborg e Dudley (1994), por Camargo (1992), entre outros autores que se reportam, direta ou indiretamente, a essa temática.

As experiências culminantes conferem uma base empírica para a idéia de transcendência. Maslow (1990) expõe sobre essas experiências dizendo aos homens algo sobre eles mesmos e sobre o mundo, convertendo-se no eixo de valor e princípio ordenador para a hierarquia de significados. São considerados, também, momentos transitórios de auto-realização, nos quais as experiências culminantes são momentos de êxtase, não podendo ser comparados, garantidos e nem sequer buscados.

O conceito de auto-realização é muito subjetivo e pode variar de pessoa a pessoa, porém, sabe-se que as pessoas auto-realizadas participam de uma causa exterior a si mesmas, trabalham com devoção em algo bastante precioso para elas, denominado “valores do ser”.

A auto-realização, no momento de fruição plena, é vivida desinteressadamente, com concentração e absorção total. Ela é um processo contínuo, no qual se deve tomar muitas decisões, e essas devem ser uma opção de desenvolvimento. Para Harman (1975): “*Conceitos como auto-realização, elucidação, criatividade, individuação, desenvolvimento espiritual, ser autêntico, vir-a-ser totalmente operante, significam basicamente uma só coisa: estar consciente e responder em plena consciência.*”(p.164).

Também May (1974) enfoca a questão da consciência, na qual, a partir dela, surge a responsabilidade e, na medida em que a pessoa “*pode aceitar a responsabilidade por sua própria vida, ela se torna um agente moral e livre*”(p.44), pronto a se desenvolver no contexto social em que se está inserido.

O trabalho desenvolvido junto à natureza, com o intuito de conhecimento, exploração e identificação, certamente pode contribuir para o aperfeiçoamento interior do ser humano, buscando-se as origens mais distantes do pensamento relacionadas ao desenvolvimento do ser.

Tais raízes têm base nas crenças e visões de várias religiões. Personagens como Confúcio, Cristo e Mahomé influem em tais pensamentos como influíram na cultura, na economia e na política, tanto do passado como dos dias atuais.

A influência desses pensamentos, de diferentes crenças, com um referencial vasto sobre o desenvolvimento do ser, mostra-nos a história da humanidade, repleta de valores que se destacam em épocas diferentes. Os valores humanistas, esquecidos nos tempos modernos pela industrialização desenfreada e busca de bens materiais, voltam a ter ênfase numa época em que se depara com a destruição no planeta, podendo culminar na própria destruição da humanidade. Busca-se o desenvolvimento do ser humano, em contato com o seu ambiente natural, incluindo o respeito pelas outras formas de vida, sem as quais não há um equilíbrio no que diz respeito à qualidade de vida.

Enfatizando a questão do equilíbrio psicológico, amenizador de tensões, Seaborg e Dudley (1994) comentam sobre os efeitos tranquilizantes de uma caminhada, bem como, somente numa região despovoada, é possível deixar de se preocupar com problemas da vida metropolitana, tendo apenas preocupações amenas sobre o clima (“Será que vai chover?”) e o tempo de se alimentar. Esta despreocupação conduz a um tempo para pensar - ou não pensar. Na vastidão das florestas e montanhas, muitas preocupações tornam-se inexpressivas, às

vezes, fazendo-nos sentir pequenos e promovendo perspectivas ao que realmente importa na vida.

No campo, longe da cidade, sendo um local de contemplação, há a possibilidade de se desenvolver, com bastante propriedade, o tema do corpo visitando a natureza, onde o movimento humano representa uma forma de comunicação, diálogo entre o homem e o mundo. A visão de uma cachoeira ou de cima do topo de uma montanha dá-nos a sensação de realização e satisfação. O homem contemporâneo, mesmo inserido na natureza, vive uma rotina que lhe tolhe os sentidos e, muitas vezes, não lhe permite vivenciar a experiência de contato com a natureza. Para Bruhns (1997):

“As experiências íntimas do corpo com a natureza numa perspectiva subjetiva, expressa em alguns casos uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo” (p. 136).

Novas formas de atividades físicas têm sido criadas na perspectiva do contato com a natureza, no qual o chamativo está na promessa de momentos de aventura. São muito exploradas pelo ecoturismo e surgem devido às novas tendências culturais características da sociedade pós-industrial. Pode-se citar, como exemplo, o *rafting* - descida de bote por corredeiras, a canoagem, o *rapel* - descida de corda e mosquetão por cachoeiras, o *trekking* - caminhada por matas e florestas, entre outros.

Tais atividades mostram-se como uma nova forma de consumo da natureza, contudo, percebe-se que, além de possibilitar o desenvolvimento de várias sensações e com isso o auto-desenvolvimento, ainda demonstram a possibilidade de proteção do meio ambiente através do contato direto com a natureza. Defendendo as atividades do ecoturismo por despertarem questões preservacionistas, Requião (1991) exalta que:

“ Um dos caminhos para a conscientização das pessoas em relação a essa questão é a promoção de atividades ligadas à natureza silvestre com orientação adequada. A aproximação ao ‘habitat’ original permite ao homem desenvolver um espírito de solidariedade, promove seu bem-estar psicofisiológico, o ensina a respeitar seus limites e a encarar a natureza em seus próprios termos.” (p. 10)

No contato com a natureza, de forma orientada, o ser humano reconhece-se, podendo entender a necessidade de preservar outras formas de vida, as quais contribuem para

o equilíbrio do meio ambiente. A isso, dá-se o nome de Educação Ambiental, uma das possibilidades de entender a natureza, e preservá-la, uma vez que não se acredita na possibilidade de preservação sem a colaboração humana de forma ordenada e consciente. Através desse contato, compreende-se a necessidade de valorizar o próprio ser humano.

Para pensar mais claramente a relação corpo/natureza, parte-se para o pressuposto: *“Pensar o corpo hoje é pensar suas performances, seus limites, numa visão que o contemple como um dos elementos constitutivos do amplo universo semiótico, no qual se produzem as subjetividades (Villaça e Góes, 1998, p.29)*. Para os autores, se pensarmos como Foucault (1977) com a introjeção dos mecanismos de controle, verificamos ambigüidades entre disciplina e prazer nos investimentos corporais como ginástica e outras práticas estético esportivas na busca de aperfeiçoamento físico (p.45). Afinal, o indivíduo está buscando defender-se de sua imperfeição essencial ou são os mecanismos de manipulação por parte do poder que, mais sutis, funcionam não mais por mecanismos jurídicos ou médicos, mas pela sedução dos veículos de mediação?

Reporta-se aqui ao significado da experiência de contato com a natureza num contexto no qual há uma crise de representação, em que cada vez se dá maior importância ao reino virtual no que toca à reconstrução do corpo e ao seu controle, crescendo o interesse em definir as fronteiras do humano.

As principais atividades corporais de exploração da natureza, como o *trekking*, o *canyoning*, o *rapel* e as escaladas passam a ser praticados por grupos distintos de pessoas, que se identificam não só pela relação de contato com a natureza, mas por uma *vestimenta*, que não é simplesmente funcional, mas articuladora de relações entre o corpo do indivíduo e o seu meio, o espaço que ele ocupa servindo como construção de uma nova identidade. É a moda *“constituindo uma segunda natureza do corpo”*. (Villaça e Góes, p.108).

Percebe-se, então, que as atividades de conscientização ecológica, ao mesmo tempo que defendem a melhoria da qualidade de vida através da preservação do ambiente natural, que defendem a inserção das comunidades locais para que haja um desenvolvimento sustentável da atividade ali praticada em harmonia com a cultura, a economia, a sociedade, a política locais, funcionam como uma nova “armadilha” de consumo para os ávidos por encontrar uma afirmação, um ato de diferenciação, um ato de significar. (Villaça e Góes, p.40).

Essa diferenciação dos grupos não é necessariamente negativa, porém, podem trazer impregnada a introjeção de mecanismos de controle muito sutis. É necessário, portanto, que os responsáveis pelas atividades não sejam apenas simples multiplicadores da dinâmica mercadológica, que se infiltra em todos os seguimentos possíveis da sociedade sem, muitas vezes, serem percebidos. Há a criação de uma “moda ecológica” que prima pela flexibilidade, permeada por uma tecnologia que cria aparatos como cordas para escalada, que não rompem com menos de 500 quilos tensionados sobre elas, sapatos especiais para *trekking*, mochilas impermeáveis, etc. É um novo estilo que se legitima. O estilo aventureiro, radical, que marca uma geração.

A moda, mesmo permeada por ideologias da sociedade de consumo, tem um valor intrínseco que deve ser levado em consideração: há uma simbiose entre corpo e roupas, numa interdependência que faz com que a moda seja considerada “*uma elaborada técnica corporal por meio da qual uma série de declarações pessoais e sociais são passíveis de serem articuladas*”. (Villaça e Góes, p.127).

Logo, a “moda ecológica” deve ser pensada de uma forma consciente, entendendo-se que muitos dos produtos do estilo ecológico, para serem manufaturados, utilizam recursos não-renováveis como matéria prima. Deve-se fazer muitas mediações para que uma prática defensora do meio ambiente não sirva como mais um motivo para sua degradação. Por outro lado, o sentido conservacionista, enfatizado em seus pensamentos de conscientização ao explorar uma área primitiva, são meios que, norteados por uma densa fundamentação teórica, podem criar uma consciência da necessidade de preservação da natureza através da vivência corpo/natureza.

As experiências, que proporcionam concentração intensa, fazendo-nos perder a atenção em coisas irrelevantes ou preocupações cotidianas, podem ser vivenciadas com muita propriedade através das atividades de ecoturismo ou simplesmente no ato de se entregar ao devaneio em locais paradisíacos, podendo haver o encontro com a própria essência humana.

Sabendo que tudo o que o ser humano pode fazer tem um potencial para gerar satisfação, os “profissionais do lazer” procuram oferecer atividades nas quais a experiência corpórea, por exemplo, vai além dos exercícios físicos.

Como citado anteriormente, temos a questão das trilhas, que faz o ser humano se integrar ao ambiente natural e vislumbrar novos prazeres, diferentes da rotina urbana, além da

satisfação e dos desafios do corpo. Tais atividades devem, contudo, ser planejadas e articuladas de tal forma que não pressuponham a destruição do ambiente onde elas são desenvolvidas. Um cuidado especial deve ser tomado com aventuras que envolvem a utilização de equipamentos sofisticados, como jeeps 4x4 no *off-road*, bicicletas especiais para *mountain-bike*, buggys para andar em dunas, pois tais equipamentos provocam destruição, poluição e um desequilíbrio na micro-fauna e flora que podem ser irreparáveis, devendo ser minuciosamente estudada a capacidade de carga das áreas a serem exploradas por tais atividades.

III – Interligações promissoras para o plano turístico do Colégio Agrícola de Jundiá

O presente capítulo procura situar o Colégio Agrícola de Jundiá com Natal, Parnamirim e Macaíba. Natal é a cidade de maior atração turística do Estado, e que certamente será a principal fonte emissora de visitantes para o CAJ. Estas cidades, pela importância econômica, dão nome aos municípios, que são vizinhos. Tanto a construção histórica, como o desenvolvimento sócio-econômico desses municípios estão interligados. Procura-se nas interligações, pontos de suporte para o programa proposto.

O capítulo é iniciado com uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho. Observando-se os resultados da pesquisa de campo, com visitas a vários órgãos e secretarias do governo municipal, estadual e nacional, é possível entender as dificuldades que poderão surgir na implantação do projeto bem como a importância de um bom relacionamento com os municípios ao redor.

3.1 - Abordagem metodológica

A pesquisa foi estruturada em três partes básicas: primeiro um levantamento bibliográfico acerca do tema, seguido da pesquisa documental e o estudo exploratório de campo. A pesquisa utiliza-se da abordagem qualitativa em sua maior parte, porém houve a necessidade de se quantificar certos dados para que se chegasse a um diagnóstico de necessidades coerente com a realidade sócio-econômica do público que fará uso das atividades concernentes ao programa a ser elaborado. Logo, há uma combinação entre as abordagens qualitativa e quantitativa de pesquisa.

Não se recomenda utilizar apenas da pesquisa qualitativa neste tipo de estudo, já que a mesma está mais interessada no processo do que no produto, na qual o pesquisador é o primeiro instrumento da coleta de dados (Thomas e Nelson, 1990). No caso deste estudo, o processo tem grande relevância, porém o produto toma importância maior, já que é ele que propiciará a sustentabilidade de todo um rol de atividades criadas e gerenciadas para o desenvolvimento de uma política de lazer na região em questão.

Os fundamentos teórico-metodológicos das ciências humanas já há um bom tempo são utilizados nos estudos do lazer. Autores como Magnani (1984), Marcellino (1987),

Oliveira (1998), são bons exemplos de pesquisadores brasileiros que desenvolveram textos fundamentais para os estudos do lazer, e que certamente foram referenciados na presente pesquisa. Outro grande pesquisador que influenciou definitivamente o estudo e a organização do lazer no Brasil, considerado o “*Pai da Sociologia do Lazer*” é Joffre Dumazedier, que de forma bastante didática conseguiu classificar e estruturar conceitos e métodos de pesquisa para esse campo.

O referencial teórico que norteou a pesquisa bibliográfica está ligado a pesquisa das palavras chaves, *ecoturismo, sustentabilidade e políticas de lazer*. A construção da bibliografia deu-se através das disciplinas cursadas, da leitura de trabalhos da área e da consulta em bibliotecas.

A pesquisa documental exigiu um trabalho maior, devido, em grande parte, as dificuldades que as instituições públicas, como um todo, possuem. Essas dificuldades dizem respeito às diversas instituições cujos funcionários não aparecem no trabalho, a desqualificação profissional, a desorganização dos arquivos, entre outros. No entanto, com os caminhos indicados em reuniões de orientação, foi obtido material suficiente para a elaboração do programa proposto. Segue, anexado à bibliografia, a lista dos documentos consultados.

As informações foram obtidas de documentos oficiais, reportagens de jornal, relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas, etc. Assim, uma análise cuidadosa foi necessária para que o maior número de informações que se relacionavam ao estudo fossem obtidas.

Os resultados da pesquisa de campo, em boa parte, surgiram de uma criteriosa observação. A observação, que tem como objetivo principal o enriquecimento de informações acerca do objeto de estudo, envolveu a combinação de instrumentos de registro do fenômeno, entre os quais, anotações em caderno de campo e dispositivos eletrônicos para registro dos espaços, tais como máquina fotográfica e câmara de filmagem.

Por algumas décadas, a observação foi criticada quanto à sua validade e fidedignidade, tendo sido até abandonada por alguns anos. Após anos de evolução, chegou-se ao consenso de que é um instrumento confiável para obtenção de dados. Bisquerra (1989) diz que a observação tem validade se mede o que se propõem a medir, enquanto, a fidedignidade pode ser obtida de diversas formas: a) acordo entre observadores, onde vários observadores observam o mesmo fenômeno simultaneamente; b) estabilidade, o mesmo observador observa

em momentos distintos; c) consistência, observadores diferentes observam em momentos diferentes.

Para ser considerada válida e fidedigna, a observação precisa inicialmente ser controlada e sistemática, para isso deve haver um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador (Ludke e André, 1986). Para as autoras, planejar a observação "*significa determinar com antecedência o que e o como observar*" (p. 25). Logo, deve-se inicialmente delimitar-se o objeto de estudo, definindo-se o foco da investigação e sua configuração espaço-temporal, além de se definir o grau de participação do observador, a duração das observações, entre outros aspectos.

Richardson (1985) enfatiza a questão da cientificidade da observação, e, conforme destaca Selltiz (1974), a observação vai além do exame minucioso sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes:

"A observação não é apenas uma das atividades mais difusas na vida diária; é também um instrumento básico da pesquisa científica. A observação torna-se uma técnica científica à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais e, em vez de ser apresentada como conjunto de curiosidades interessantes, é submetida a verificações e controles de validade e precisão." (p. 225).

Dentre as diversas formas de observação, utilizou-se para este estudo a observação participante, na qual o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, "*ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado*" (Richardson, 1985, p. 215). O observador participante deve se sentir parte do grupo, para melhor compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade, ou grupo investigado.

Como observador participante, minha identidade e os objetivos do estudo foram revelados ao grupo pesquisado desde o início, tendo-se acesso a uma gama variada de informações, até mesmo, confidenciais, dada a cooperação do grupo. Porém, só foi tornado público aquilo que o grupo autorizou ser revelado.

Assim, verifica-se que um bom relacionamento entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho. Mas apenas isso não é o suficiente para o bom desenvolvimento da pesquisa; dois outros aspectos devem ser bem

ênfatisados: "o preparo técnico, com o domínio de conteúdo e de todos os elementos envolvidos na metodologia do trabalho, e o preparo emocional do observador" (Richardson, 1985, p. 216). O preparo emocional e afetivo do observador vai evitar que os dados colhidos sejam viesados, trazendo prejuízos quanto à fidedignidade da pesquisa.

O início da pesquisa de campo deu-se através de visitas técnicas ao IBAMA/RN, às Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa, à Reitoria da UFRN e ao Colégio Agrícola de Jundiáí. Em todos esses órgãos e departamentos, foi possível manter diálogos enriquecedores no que se referia à questão de meio ambiente, e às diretrizes de ação do serviço público no tocante aos projetos de desenvolvimento como o que propusemos.

Observou-se, no entanto, a falta de comunicação entre as instituições, principalmente no que diz respeito à utilização do espaço físico do CAJ. Como o colégio possui ainda resquícios de Mata Atlântica, foi necessário manter contatos maiores com o IBAMA e o IDEMA/RN, órgãos que deveriam fiscalizar e principalmente orientar a exploração da área.

Um dos primeiros passos indicados pelo Sr. Nilson Cunha, engenheiro florestal do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA/RN, foi a necessidade de se fazer um levantamento de flora e fauna da região em questão, para, a partir daí, iniciar-se um Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Em vista disso, descobriu-se não haver nenhum estudo dessa natureza para a área do Colégio Agrícola de Jundiáí. Foi necessário, portanto, realizar um contato com biólogos especialistas no levantamento de flora e fauna. Um dos frutos deste contato foi o convite feito pelo grupo coordenado pelo professor de zoologia, Miguel Rocha Neto, da Universidade Potiguar (UNP), no qual fui um dos participantes da coleta de espécimes nas matas das Dunas de Pitangui (litoral norte do RN). Nesse local, inicia-se a implantação de um *mega* projeto de desenvolvimento através do turismo, financiado pelo Banco Mundial, um dos poucos a receber o selo verde (ecologicamente correto) pela EMBRATUR. A partir deste projeto da UNP, espera-se ser possível desenvolver parcerias estratégicas com o Colégio Agrícola de Jundiáí e mesmo intercâmbios para formação de recursos humanos.

Para se obter o levantamento de fauna e flora da área do CAJ, fez-se inicialmente um reconhecimento da área de mata do colégio. O Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFRN foi contatado para coletar insetos com armadilha luminosa. Nesse

empreendimento, contou-se com a orientação e participação do professor Adalberto Varela, da disciplina de Entomologia e grande especialista em levantamento de fauna.

Tanto na descrição da flora como da fauna, foi necessária a minha presença para viabilizar tal estudo, visto que a UFRN não colocou à disposição nem transporte nem técnicos auxiliares para o já referido pesquisador. Foram coletadas três amostras de insetos capturados em armadilha luminosa, pois a área do colégio é grande, e estipulados três locais de características diferentes para a coleta. Além disso, foram aplicados, junto aos moradores mais antigos do local, um questionário versando sobre a biodiversidade local, além da coleta de algumas espécies de plantas.

Para se obter a opinião e informações essenciais para o estudo, certas autoridades foram entrevistadas. Procurando não fugir dos objetivos centrais da pesquisa, exploro, no texto, parte das entrevistas com o Magnífico Reitor da UFRN, com o Pró-Reitor de Extensão da UFRN e com o Diretor do Colégio Agrícola de Jundiá.

A entrevista é basicamente um diálogo intencional, onde o entrevistador, tendo como base um roteiro preestabelecido, procura obter informações acerca do tema em estudo. Nos anexos 1 e 2 estão registrados os roteiros de entrevistas e a transcrição das mesmas na íntegra.

Para se criar uma proximidade entre o pesquisador e o grupo investigado foi necessário explorar formas para uma maior e melhor interação. Nesse sentido, a entrevista proporcionou as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Para Richardson (1985), *"a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas"* (p.160).

A possibilidade de captar a expressão corporal, bem como a tonalidade de voz e a ênfase nas respostas, é uma das vantagens do entrevistador. Podemos citar ainda a flexibilidade deste instrumento, podendo o entrevistador esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista (Gil, 1987, p.114).

No presente estudo utilizou-se a entrevista semi-estruturada em profundidade, no qual o entrevistado não respondeu a pergunta através de diversas alternativas pré-formuladas, mas respondeu de acordo com os aspectos mais relevantes segundo sua concepção. De acordo

com o transcorrer da entrevista, surgiram novas perguntas, conforme os objetivos do próprio estudo.

A entrevista semi-estruturada proporciona a obtenção de resultados próximos à uniformidade, que vai permitir uma comparação imediata. Por partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações (Ludke e André, 1986).

A forma de registro utilizada foi a gravação em fita cassete, que permitiu uma maior riqueza de informações para o estudo. Foi dada atenção a sugestão de Ludke e André (1986), havendo respeito com o entrevistado, desde a adequação de horários para a entrevista, o sigilo com certas informações e a não distorção das informações cedidas.

O professor Dr. José Willington Germano, Pró-Reitor de Extensão da UFRN, foi uma das pessoas entrevistadas na tentativa de obter uma visão do interesse em tal tipo de projeto de pesquisa. A escolha foi feita dada à importância de sua pessoa como formador de opinião e, mais do que isso, pessoa estratégica para viabilizar a execução de uma proposta dessa natureza. Constatou-se o interesse da PROEX em dar todo apoio logístico à nossa proposta de trabalho através de parcerias e auxiliar na sua implementação.

A entrevista com o Magnífico Reitor Ótom Anselmo de Oliveira foi igualmente positiva, enfatizando o interesse da UFRN, representada por sua autoridade maior, em dar apoio ao desenvolvimento do projeto, já que o mesmo se encontra em consonância com os objetivos da universidade.

O diretor do CAJ, Sr. Julio César de Andrade Neto, também se interessou bastante pela nossa proposta. Em sua entrevista, o mesmo identificou as principais dificuldades que poderiam ser encontradas para a implementação do projeto devido, principalmente, à falta de recursos financeiros para reestruturação do CAJ. Não obstante, colocou-se a disposição para ajudar no que fosse necessário para o desenvolvimento da proposta.

Como parte desse trabalho de campo, foram realizadas visitas técnicas ao IDEMA/RN (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte), conseguindo-se diversos documentos. Ali ficou evidente que, se houvesse maior organização do setor e melhor preparo dos funcionários, novas e importantes informações poderiam ter sido obtidas.

Aqui é possível perceber a necessidade de uma melhor estruturação e organização administrativa mais eficiente, pois, se a instituição não consegue funcionar internamente, como pode executar suas funções externas, de fiscalização, orientação e planificação da exploração ambiental do Estado?

Ainda nesse período, foi iniciada a elaboração de um vídeo, de aproximadamente quatro minutos, considerando-se a importância do registro de imagens de alguns locais no CAJ de interesse do projeto.

Várias visitas foram feitas ao CAJ, visando finalizar a coleta de material para o levantamento de fauna e flora, sob responsabilidade do professor Adalberto Varela, já que o relatório com os resultados, poderão servir de base para elaboração de atividades de educação ambiental para a área.

Uma amostra não probabilística, e por acessibilidade de 30 pessoas, respondeu a um questionário com o objetivo de caracterizar o usuário da área, sua opinião e interesse acerca de atividades de lazer, bem como suas sugestões para realizações locais, além do interesse em participar da organização das atividades propostas, cujos resultados encontram-se no anexo 3.

No Parque das Dunas, área de proteção ambiental tombada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, obteve-se seu plano de manejo e bibliografia específica que fazem parte do acervo de sua biblioteca.

Nas Prefeituras de Natal e Macaíba, poucas informações foram obtidas através de entrevistas com os funcionários. No entanto, a Lei Orgânica do Município foi acessada, documento essencial para dar o embasamento legal ao estudo em pauta e direcionar a proposta de programa que se pretende elaborar para o CAJ.

Na Secretaria Estadual, foi obtido o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte, além de vários outros Indicadores. Em termos de informações, sobre a área de turismo, os consultores do SEBRAE/RN contribuíram através de atendimentos específicos sobre o tema e de material informativo.

Ao final da coleta de dados no local, novo contato foi realizado com o diretor do CAJ, professor Júlio César de Andrade Neto, e com o Pró-Reitor de Extensão da UFRN, professor José Willington Germano, com o intuito de dar um retorno dos trabalhos realizados,

onde se observou a aprovação de ambos referente à possibilidade da implantação do programa em futuro próximo.

As principais dificuldades encontradas, no decorrer da pesquisa, dizem respeito à falta de organização, ao abandono e verdadeiro *sucateamento* das instituições públicas. Para se ter acesso a alguns livros em determinadas instituições, foi necessário voltar três ou quatro vezes, até que viabilizassem o funcionamento normal da instituição, com a recorrente falta dos funcionários, ou que encontrassem a bibliografia.

Em outras situações, mesmo com ofícios, era vedada a ajuda, como ocorreu na TV Universitária da UFRN, onde o diretor levantou tantas dificuldades para se gravar um pequeno vídeo de 4 minutos, que foi preferível tirar *dinheiro do bolso* para as despesas de manutenção e diárias, e buscar em outras instâncias, menos equipadas e com menor recurso, para se concretizar o vídeo.

Concluindo, esse período foi muito rico para o pesquisador compreender as dificuldades que se enfrenta para coletar dados no campo. Contudo, acredita-se que as informações obtidas foram suficientes para elaborar uma proposta adequada a partir dos objetivos propostos.

3.2 – Relações do CAJ com municípios vizinhos e com a comunidade de Jundiáí

Neste item, procurarei enfatizar aspectos urbano-sociais de Natal, do Município de Macaíba, de Parnamirim e da comunidade de Jundiáí, traçando as influências entre os quatro, e que contribuições esta relação pode trazer para o programa que se propõe e para a própria comunidade de Jundiáí.

Pensar em revitalizar a área do CAJ através de atividades de lazer não é tarefa fácil, soma-se a isso a questão de ser uma atividade turística, que requer todo um conjunto de fatores que contribuam para esse objetivo. Inicialmente, deve-se pensar na potencialidade turística do local, que atrativos ele possui, qual a infraestrutura de suporte, se o local é de fácil acesso, entre outros.

Essas perguntas, básicas, nos remetem à necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o CAJ, ou seja, qual a contribuição que esta proposta pode trazer para a comunidade local, e para além de suas fronteiras? Por isso, procura-se discutir e relacionar esses locais,

com identidades socioeconômicas e culturais parecidas, e que podem através de um programa como o que propomos, disseminar conhecimentos e vivências no sentido do respeito à natureza e ao próprio ser humano, que extrapolem as fronteiras regionais.

Fazendo uma análise das Leis Orgânicas dos três municípios (todas promulgadas em abril de 1990), observa-se que apenas na Lei Orgânica do município de Natal, consta um capítulo específico para o Turismo, Capítulo X, no Título VI - Da Ordem Econômica e Social. O interessante é que Parnamirim possui quatro praias, e pelo menos dois pontos figuram como os mais visitados no litoral sul do Rio Grande do Norte. Um é a Barreira do Inferno, base de lançamentos de foguetes da aeronáutica e, o outro, Pirangi do Norte, praia onde fica o maior cajueiro do mundo e uma moderna estrutura para shows durante o verão.

Parnamirim figura como o Trampolim da Vitória, local onde instalou-se, em 1942, a base militar americana *Parnamirim Field*, quartel-general das Forças Armadas Americanas no Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial (Lopes Júnior, 1997, p.20). Macaíba é conhecido pelos parques de vaquejada, esporte tradicional do nordeste, além de situar-se às margens do estuário formado pelo encontro dos rios Potengi e Jundiá, que desembocam no Oceano Atlântico. É do encontro desses dois rios com o mar que surgiu, ainda na colonização do país, o nome do Estado - Rio Grande do Norte.

Na Deliberação Normativa nº 408 de 03 de agosto de 1999, do Ministério do Esporte e Turismo, os municípios de Macaíba e Parnamirim são listados como prioritários para o desenvolvimento do turismo no país, ou seja, determinantes de um tráfego efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente.

Pode-se inferir, então, que os governos municipais de Macaíba e Parnamirim ainda não atentaram para um investimento mais estruturado na atividade turística, e uma normatização da mesma, o que poderia, certamente, trazer mais oportunidades de emprego e novas fontes de investimentos em infraestrutura para tais municípios. Boa parte dos investimentos em infraestrutura para o turismo, tem sido feito pelo governo estadual e pela iniciativa privada.

Observa-se também, na análise das Leis Orgânicas dos três municípios, a vocação rural de Macaíba e Parnamirim, com capítulos específicos sobre esse aspecto, inexistente na Lei Orgânica do Município de Natal. No Capítulo VIII - Da Política Agrária, Agrícola e de Abastecimento (Lei Orgânica de Parnamirim) e, no Capítulo V, Seção II - Da Política Rural

(Lei Orgânica de Macaíba), pode-se perceber incentivos fiscais e investimentos para esse setor. Ao percebermos a potencialidade para o desenvolvimento do turismo rural no CAJ, vemos com bons olhos uma parceria com as Prefeituras desses dois municípios no sentido de revitalização das instalações agropecuárias do colégio, já que, esses municípios conjuntamente com o Estado e a União devem executar ações no sentido específico de:

- *incentivar a pesquisa e a tecnologia agrícola;*
- *prestar assistência técnica e extensão rural;*
- *promover a formação profissional.*

Como não há previsões para que o CAJ abandone o ensino técnico agropecuário, poder-se-ia dinamizar a infraestrutura agropecuária com investimentos dos municípios, incentivando a pesquisa e tecnologia agrícola, antes fomentada com fundos advindos somente do MEC. Essa mesma estrutura poderia servir para o programa de turismo rural elaborado.

Um apoio maior poderá ser negociado com os três municípios no tocante à proteção da área natural do CAJ. Em suas Leis Orgânicas, há o respaldo em pelo menos três incumbências similares, de seus capítulos sobre o meio ambiente:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da Lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Esses três itens são, entre outros, objetivos intrínsecos ao plano de manejo para o CAJ. Restaurar os processos ecológicos essenciais é primordial para o desenvolvimento do turismo ecológico na área, que prevê a educação ambiental. E conseguindo-se definir a área do CAJ como de proteção, tanto do patrimônio natural, como cultural, o projeto terá uma sobrevida garantida por lei.

Sugere-se para os municípios de Macaíba e Parnamirim, que em suas Leis Orgânicas, figure um capítulo sobre o desenvolvimento turístico, tratando essa atividade como fator de desenvolvimento socioeconômico e cultural, assumindo o poder público a manutenção das vias de acesso e limpeza das áreas de interesse turístico. Cabe ainda ao poder público incentivar nesses municípios, uma cultura favorável ao turismo e receptiva aos turistas. Aos governos municipais cabe a responsabilidade pelo treinamento e formação profissional para atuar nesse campo e, o desenvolvimento, junto à rede escolar municipal, de programas de turismo escolar como atividade extracurricular.

No mapa classificatório dos municípios segundo variáveis de desenvolvimento sócio econômico (ver na próxima página), observa-se que os três municípios fazem parte de um grupo privilegiado. Seus índices figuram entre os melhores do Estado. Isso facilita a implantação de novos projetos turísticos, já que os municípios já contam com um bom grau de desenvolvimento sócio econômico.

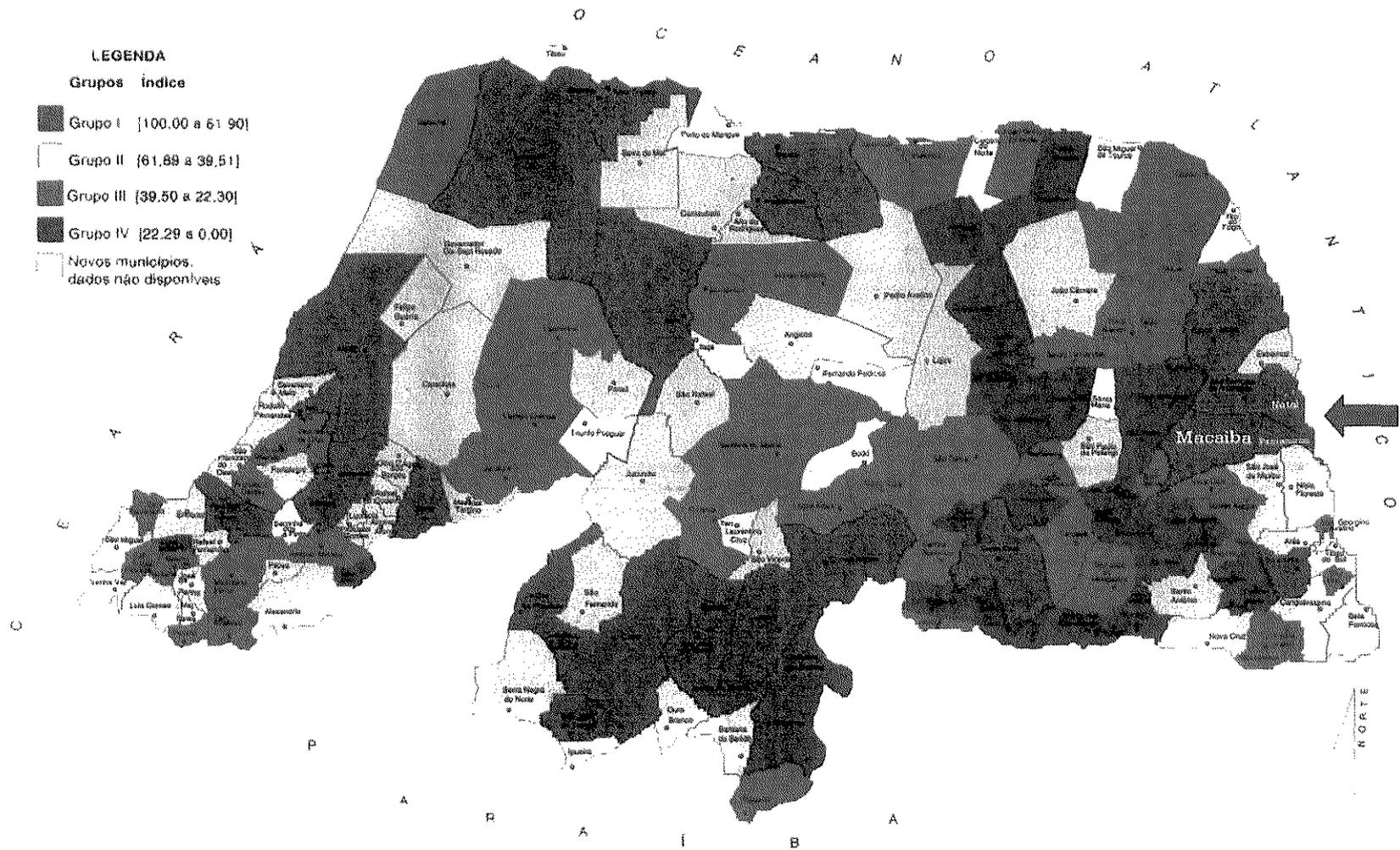
Conforme Lopes Júnior (1997), *“a conversão de paisagens em espaços para o lazer, a recreação e o refrescamento visual tem sido um dos fenômenos mais significativos das transformações econômicas deste final de século”* (p.04). O pesquisador, em sua tese de doutorado, supera a leitura simplista de impactos positivos ou negativos da atividade turística, fazendo uma reflexão ampla acerca das significações culturais e ambientais do desenvolvimento turístico em Natal.

Esse autor, indica em seu trabalho, o desenvolvimento da urbanização turística da cidade de Natal após 1980, quando o nordeste passa a receber maiores incentivos através de investimentos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste, para a expansão turística (Cavalcanti, 1993 apud Lopes Júnior, 1997).

Uma discussão de destaque é feita nesse estudo versando sobre o *city marketing*, conceito que, para ele, envolve muito mais que a promoção turística, *“significa uma forma qualitativamente nova de abordar a administração das cidades”*(p.178). Serve de contraponto ao planejamento urbano tradicional, pois o foco, passa a ser a demanda e não a ordenação do espaço urbano. A política de *city marketing*, passa a influenciar as ações dos atores sociais locais, passando o imaginário criado, a subjugar a cidade real.

Mapa 2 – Rio Grande do Norte

Classificação Geral dos Municípios Segundo Algumas Variáveis de Desenvolvimento Sócio-econômico * - 1996



Essa abordagem pode ser equivocada por desviar o foco de atenção das autoridades no sentido de criar um paraíso para os visitantes, transformando os problemas sociais da localidade numa insustentável rede de problemas, que depois de instalada, dificilmente consegue-se reverter.

Exemplifico o exposto acima, com apenas dois fatos, que atingem os três municípios em questão. Na reportagem do jornal Diário de Natal, do dia 13 de maio de 2000, intitulada *Limpa-fossas despejam próximo ao rio*, é denunciado um grave crime ambiental. Frequentemente, em áreas próximas à BR-304, cerca de três quilômetros do rio Pitimbu, e em mais três pontos, no rio Passagem de Areia, no rio Potengi e no prolongamento da avenida Ayrton Senna que dá acesso a Pium (em Parnamirim), inúmeros caminhões de imunizadoras estão despejando irregularmente os seus dejetos. Segundo moradores, *“as empresas preferem jogar seus materiais em áreas próximas para economizar pneus e combustível e lucrar 50% a mais do que se tivessem que transportar os dejetos até as lagoas de estabilização, localizadas na estrada que liga Natal a Macaíba”*.

No jornal Tribuna do Norte, de 26 de abril de 2000, a promotora do Meio Ambiente Rossana Sudário, acusa o IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN de não estar cumprindo com suas obrigações no que se refere ao inquérito sobre a poluição do rio Potengi. Ela exigia uma descrição pormenorizada sobre as vistorias que o IDEMA fez nas empresas, e quais os tipos de poluentes, só tendo recebido do instituto, uma resposta de três linhas informando que havia notificado as empresas que despejam esgoto ao longo do rio.

Sabemos que tanto empresas de Natal, como as de São Gonçalo do Amarante e do distrito industrial de Extremoz jogam poluentes no rio. Lembro que Macaíba, município onde se localiza o CAJ, fica na outra margem do Potengi, em frente a São Gonçalo do Amarante. Em conversa com o ambientalista Ronaldo de Araújo Freire, atualmente trabalhando com programas de conservação de mangues, soube que o inquérito citado acima, chegou a identificar as empresas poluidoras, a fazer reuniões para definir medidas de despoluição do rio, mas que até agora (junho de 2001), nada foi feito.

Percebe-se que, devido à proximidade dos municípios, alguns problemas são comuns, e poderiam ser resolvidos com uma ação conjunta dos mesmos. É esse tipo de parceria, visando a união de esforços que estamos procurando. Como Natal já tem infra-

estrutura e *know how* mais desenvolvidos em termos turísticos, esta poderia dar apoio aos municípios vizinhos.

Acredito que Natal será a grande fonte emissora de turistas para o CAJ, tanto de visitantes locais (estudantes e comunidade em geral), como oriundos de outros estados e países. Pretende-se que o programa desenvolvido no CAJ, entre no circuito de atrações turísticas do Rio Grande do Norte, respeitando-se a capacidade de carga que será definida para o local.

Um dos chamativos que se pretende utilizar para atrair visitantes ao CAJ, é a possibilidade de investimento na qualidade de vida através de atividades em contato com a natureza. É um chamativo semelhante ao utilizado por Natal, onde o “ar é o mais puro das Américas”, que denota qualidade de vida ao ambiente, atrativo explorado desde as primeiras campanhas publicitárias dos anos oitenta (Lopes Júnior, 1997, p.179).

O diferencial da nossa proposta, está na questão da Educação Ambiental, que além de abordar as questões ambientais do local, da região e sua inserção no âmbito global, será estruturada de acordo com o nível educacional de cada grupo de visitantes. Também será possível aos visitantes provenientes das grandes cidades, o reencontro de suas origens e a permanência mais perto da natureza, convivendo e conhecendo as peculiaridades, os hábitos, as tradições e costumes da vida no campo, proporcionado pelo programa de turismo rural que se desenvolverá em paralelo com o turismo ecológico.

A Associação Comunitária de Desenvolvimento de Jundiá – ACDJ, poderá ter um papel fundamental no programa de turismo rural. A base econômica dessa comunidade, atualmente, é fruto de atividades agropecuárias desenvolvidas na área do CAJ. De acordo com a atual presidente da associação, é interessante a inclusão dos moradores em novas atividades, pois é muito limitado o desenvolvimento sócio econômico dos mesmos com atividades agrárias, visto que a terra pertence a UFRN.

Um dos objetivos da ACDJ (item VI, Art. 3º, Capítulo I do Estatuto da Associação) é “*buscar e gerenciar recursos ao nível Municipal, Estadual, Federal e Internacional, nas áreas de agropecuária, social e cultural, que venham beneficiar as famílias, de forma grupal, coletiva e comunitária*”. Procurando envolver a comunidade no programa de manejo do CAJ, acredito que se pode fazer uma parceria entre a direção do colégio e a ACDJ, no sentido de capacitar essa associação para gerir o plano de turismo rural.

O gerenciamento do programa de turismo ecológico, ficaria a cargo dos professores e estudantes do CAJ, que podem participar, conforme interesse exposto nas entrevistas, através de sua cooperativa e grêmios estudantis. Isso não quer dizer que a comunidade de Jundiá não possa participar do plano de turismo ecológico, e os estudantes não participem das atividades de turismo rural. O que se propõe é um intercâmbio entre os estagiários, para que todos possam participar de todas as atividades.

É importante enfatizar que essa distribuição de responsabilidades é apenas uma sugestão, podendo ser criado desde o início, uma comissão formada por professores e estudantes do CAJ e membros da comunidade de Jundiá para gerir todo o programa.

Todos os tópicos desenvolvidos acerca dos três municípios, nos mostram boas possibilidades de, com a união de esforços, terem maior capacidade de investir em novos projetos sócio-econômicos e resolver os problemas de infra-estrutura já existentes (saneamento básico, poluição das águas, etc).

As parcerias têm tido bons resultados em projetos relacionados ao meio ambiente. O “*Parque Estadual Dunas de Natal*”, Unidade de Conservação Ambiental localizada na cidade de Natal, criado em 1977 e reinaugurado, no dia 6 de setembro de 1997, após reestruturação da área de uso público e do plano de utilização do parque é um exemplo. Ao todo, o Parque das Dunas ocupa uma área de aproximadamente 1.172 ha, contando com um significativo potencial em termos de recursos naturais, acessos e infra-estrutura física no seu entorno, oferecendo ao público, população local e turistas, alternativas de lazer e educação ambiental, além da necessária geração de novos postos de trabalho.

A reestruturação da área de uso público, denominado Bosque dos Namorados, com 7 hectares, contou com fundos providos do BNDES, do governo do Estado e da Petrobrás. Essa área visa o lazer, o turismo ecológico e a educação ambiental, onde foi construído um Centro de Visitação, com balcão de informações, biblioteca, sala de exposições e auditório para 100 pessoas, além de uma oficina de artes e uma área para eventos ao ar livre. O visitante pode usufruir, ainda, de parques infantis, mesas para piquenique, mesas para xadrez e damas, bancos de descanso, uma pista de cooper, lanchonete, telefone público, bebedouros, caixa de correios e banheiros. Há ainda um Centro de Pesquisa da Fauna e da Flora, equipado com laboratórios, coleções de animais e plantas e sala de reunião. Toda a área

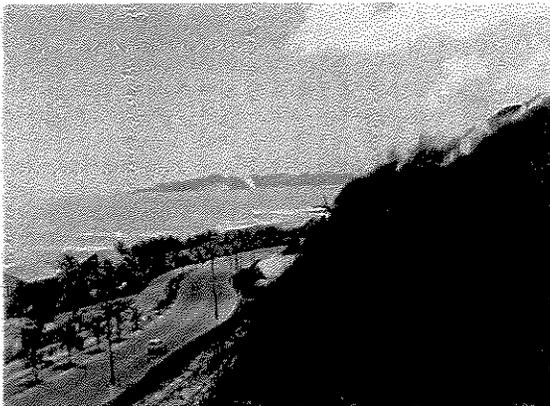
do Parque conta com a proteção de 50 policiais militares, do Posto de Comando Ambiental, treinados para garantir a tranquilidade, a fiscalização e a segurança do local.

O *Parque das Dunas* oferece trilhas ecológicas com a vegetação remanescente da Mata Atlântica, um dos ecossistemas com maior diversidade de espécies do planeta. Possui mais de 270 espécies distintas de árvores, como o pau-brasil, a sucupira, o pau-d'arco, a peroba, a maçaranduba, a ubaia, a mangabeira, o jatobá, o pau sangue, a sapucaia, o pau-mulato, entre outras. Também encontram-se bromélias, aráceas, trepadeiras e orquídeas de extrema beleza.

Além dessa vegetação, o Parque possui uma fauna rica, com insetos como a formiga tocandira de 3 a 5 cm de comprimento, aranhas, escorpiões, embuás, centopéias, piolhos-de-cobra; crustáceos, como tatuzinho e maria-farinha; aves como beija-flor, rolinha, juriti, corujas, gaviões, jacus, canário-do-mato, sabiá-da-praia, pintor verdadeiro; répteis como o tijuáçu, o camaleão, a lagartixa, o calango, a cobra caninana, papa-ovo, coral venenosa e não-venenosa, cobra verde, goipeba, corre-campo, cobra-de-veado, salamanta e cobra-de-duas-cabeças. Há anfíbios como rãs, pererecas e sapo cururu. Os mamíferos que habitam a região são o timbu, raposa, gambá, morcegos, rato punaré, rato preto, sagui.

Toda essa riqueza em flora e fauna pode ser observada nas trilhas da Peroba e da Ubaia-Doce. A trilha da Peroba tem uma extensão de 2.800 metros (ida e volta), que levam em média 1h50min de caminhada para ser totalmente percorrida. Oferece oportunidade de observar boa parte da flora e fauna citada, além de visões panorâmicas que fazem as pessoas reverem seus valores, além de um encontro consigo mesmo. Uma dessas vistas é a do Morro do Careca, em Ponta Negra e a Via Costeira, observados do Mirante Barreira Roxa. Visões como essas fazem pessoas expressarem sentimentos de satisfação e auto-realização, e dizer que exemplo de emoções importantes durante a trilha é o contraste entre o verde da mata e o azul do oceano.

Foto 1



*Vista da Via Costeira e Morro do Careca ao fundo

Foto 2



* Turistas ao saírem da mata e contemplarem a visão para o mar.

Há ainda a trilha da Ubaia-Doce, tem uma extensão de 4.174 metros (ida e volta), onde o tempo previsto de caminhada é de 2h20min. Mais emocionante que a da Peroba, segundo relato de alguns visitantes, bem mais primitiva e grau maior de dificuldades, com subidas e descidas íngremes nas dunas, mata fechada, entre outras. Nessa trilha, normalmente pode-se observar saguis, pássaros e insetos com bastante facilidade, contando também com uma flora rica. Essa trilha termina no Mirante Barreira D'água, com 40 metros de altitude, onde a vista para o mar e para as dunas do Parque trazem sensação de relaxamento, paz e de partilhar de todo esse ecossistema visitado.

Há curiosidades e misticismos que envolvem as trilhas do *Parque das Dunas*. Como curiosidade pode-se destacar caramujos que vivem apenas no mar e se encontram encravados em fendas de troncos de árvores no meio do percurso. Biólogos dizem ser resquícios de quando toda essa área era o fundo do mar. Guias do Parque contam histórias sobre a gameleira, árvore de origem africana que, segundo dizem, traz má sorte e desgraça a quem arranca suas folhas e tenta se aproveitar de sua sombra. Em toda essa vastidão de mata, os moradores de bairros vizinhos como o de Mãe Luiza criam lendas, como a de “Rosinha”, a caipora de pé virado que percorre a mata a procura de pessoas para roubar-lhes fumo. Caso não a dêem, podem até ser mortas ou ficar perdidos para sempre na mata.

A descrição anterior procurou focar as sensações vividas ao percorrer uma trilha ecológica, experiência de extrema riqueza para o bem estar do ser humano, que, levado pelo encanto e beleza do local, ainda desenvolvem a criatividade contribuindo para a cultura e o folclore regionais.

As caminhadas em trilhas ecológicas certamente serão uma das principais atividades de lazer e educação ambiental propostas para o CAJ. Uma parceria com o Parque das Dunas, que possui um projeto de lazer e animação sociocultural desenvolvido com a participação de professores e estagiários da UFRN e UNP, financiado pela Petrobrás, traria grandes contribuições para nosso plano.

Outro projeto tem se destacado desde o seu início, 1996, no Rio Grande do Norte, e certamente pode fundamentar nossa proposta. Trata-se das *Trilhas Potiguares*, idealizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRN. Nossa pretensão para o CAJ tem relação direta com seus objetivos:

- *Construir uma proposta interdisciplinar para o efetivo conhecimento e divulgação do Rio Grande do Norte;*
- *Proporcionar a integração definitiva entre a Universidade e a Comunidade Potiguar para estudos localizados e direcionados à geração de propostas de desenvolvimento auto-sustentado;*
- *Identificar e promover ações que levem ao incremento do emprego e da renda, com repercussões sócio-econômicas e científico-tecnológicas apropriadas;*
- *Estabelecer intercâmbios universitários nacionais e internacionais, agregando valor ao corpo de pesquisadores que atua junto à realidade local;*
- *Criar material de divulgação sobre as microrregiões visitadas e veicular a sua publicação, em edição trilingüe (português, inglês e francês), de guias informativos (sob forma de texto, disquete, vídeo, CD-Rom...) que propiciem uma visão panorâmica cumulativa e crítica dos aspectos sócio-econômicos e culturais encontrados.(UFRN -PROEX, 1996)*

A discussão que permeia o projeto *Trilhas Potiguares* é extremamente relevante, demonstrando que a atividade turística na forma que vem sendo praticada, além de nociva à sociedade e ao meio ambiente, tem imposto restrições ao seu próprio potencial de crescimento como elemento dinâmico na formação de emprego e renda (UFRN/PROEX, 1996). Dois motivos para esse quadro, segundo os autores do projeto, são: o esquecimento de

microrregiões não necessariamente litorâneas e que possuem altos níveis de potencialidade turística, e a não distribuição equitativa às comunidades nativas, dos ingressos gerados por esse tipo de atividade econômica.

Transcrevo um quadro descrito no projeto *Trilhas Potiguares*, que estabelece uma discussão entre o imaginário e realidade sobre o nordeste brasileiro:

Quadro 1 – Imaginário sobre o nordeste brasileiro

Idéia vendida pelo “trade”	Imaginário nacional	Imaginário internacional	Conseqüências de curto e longo prazos
<ul style="list-style-type: none"> - Alta diversidade ecológica e cultural no estado. - Receptividade e simpatia da população. - Infra-estrutura excelente. - Custos atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interior sujo, árido, miserável e culturalmente desinteressante. - Seca perene. - Povo ignorante e violento. - Praias selvagens e nativos indolentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Belezas nativas inexploradas. - Perspectiva de turismo sexual. - Desconfiança absoluta quanto à qualidade de água e dos alimentos. - Desonestidade e indolência típica dos nativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação ambiental em ritmo acelerado. - Turismo sexual efetivo. - Tráfico e prostituição de menores. - Desprezo total ao interior e seu potencial turístico.

FONTE: PROJETO TRILHAS POTIGUARES, UFRN – PROEX, 1996.

Essa discussão, que procura romper com preconceitos estabelecidos e se inserir de forma definitiva nos estudos para a formação de alternativas viáveis para os mais urgentes problemas da região, foi estabelecida na UFRN, através do projeto *Trilhas Potiguares*, assumindo a sua participação no processo de retomada do conhecimento crítico e participativo com uma visão multidisciplinar sobre o Nordeste Brasileiro, a partir do interior do Rio Grande do Norte. Este projeto teve início com quatro trilhas:

* Trilha 1: São Paulo do Potengi – Barcelona – São Tomé, percurso de 43 km perpendicular ao litoral (início a cerca de 75 km de Natal), envolvendo a transição entre as microrregiões do Agreste e as encostas da Borborema Potiguar. Fauna e flora evidenciadas ao longo do trajeto, tendo, como pano de fundo, atividades agropecuárias e culturais defasadas no tempo, permitindo uma rica combinação entre o resgate desejável da condição de vida e uma cultura sedimentada.

* Trilha 2: Currais Novos – Lagoa Nova – Cerro Corá, percurso de 45 km (início cerca de 180 km de Natal), na microrregião do Seridó Oriental, fortemente marcada pelos

recursos minerais abundantes. Trecho de relevo acidentado, descortinando paisagens e situações muito particulares do Rio Grande do Norte.

* Trilha 3: Estação Ecológica do Seridó, percurso no interior da reserva ecológica do IBAMA, no município de Serra Negra do Norte, (distando cerca de 310 km de Natal), envolvendo manejo e estudo da preservação da caatinga.

* Trilha 4: Circuito Arqueológico do Seridó Ocidental, percurso de cerca de 100 km (início próximo à cidade de Caicó, a cerca de 280 km de Natal), envolvendo sítios com registro de inscrições rupestres na microrregião do Seridó Ocidental.

No percurso das trilhas, foram explicitadas belezas naturais, tradições locais, hábitos condenáveis, desprezo à modernidade, soluções locais, ignorância às noções básicas de higiene, religiosidade, potencialidades, dentre outros matizes que tornam a região peculiar. Numa perspectiva multidisciplinar, foram desenvolvidas três grandes linhas de atividades.

A primeira, diz respeito aos aspectos lúdicos das próprias trilhas. A segunda, teve como perspectiva fundamental, o levantamento de potencialidades econômicas das microrregiões visitadas, no sentido de apresentar propostas para o incremento do emprego e da renda, pelo estímulo à formação de micro, pequenas e médias empresas nos setores primário, secundário e terciário da economia, buscando no quarto setor, o turismo planejado e conseqüente. A terceira linha de atuação foi a elaboração de projetos com vistas à intervenção direta nas áreas de educação para a saúde, educação e lazer, tendo como base a existência, de reais possibilidades de obtenção de resultados imediatos nessas áreas específicas do conhecimento.

Atualmente, o projeto tem sido disseminado por outros municípios do estado, aumentando o enfoque na segunda e terceira grandes linhas de atuação. Não podemos deixar de dar destaque às parcerias que viabilizaram as ações provenientes do projeto. Houve parcerias com as prefeituras dos municípios atendidos, no sentido de recepcionar e dar suporte alimentício. A alimentação também teve apoio das redes de supermercado locais. Empresas gerenciadoras de planos de saúde disponibilizaram sua rede de atendimento durante o período de atividades nas trilhas, e a UFRN dispôs do transporte para as regiões visitadas.

Os resultados sociais já começam a aparecer, e a cada ano, novos municípios se inscrevem para receber a visita dos “trilheiros potiguares”. Assim, percebe-se que unindo-se a

força intelectual da UFRN, com o suporte financeiro de empresas privadas, muitos projetos de intervenção sócio-econômica podem ter sucesso e duração ilimitada.

Esse é o objetivo para o nosso programa de desenvolvimento através do turismo para o CAJ, uma ação duradoura, que conte com a participação de funcionários, professores e alunos da UFRN e do CAJ e com a comunidade de Jundiá.

Acredito que as descrições referentes ao Parque das Dunas, e ao Projeto Trilhas Potiguares, mostram propostas em andamento, consolidadas e que podem, certamente, servir de referenciais para o plano que propomos para o CAJ, tanto na parte de elaboração conceitual, como no gerenciamento e logística de manutenção de tais propostas.

IV- Elementos Básicos em Administração para a gestão de um Ambiente Sustentável

No primeiro capítulo deste trabalho, foram abordados alguns conceitos de lazer e reflexões acerca desse fenômeno contemporâneo, podendo ser observadas as dificuldades em delimitá-lo enquanto área de conhecimento e intervenção. Desta forma, pode-se entender a dificuldade similar que se tem ao propor programas de administração envolvendo as diversas dimensões que o lazer contempla.

Para Bramante (1997), a dificuldade na delimitação conceitual do lazer exige uma atenção maior na sua interpretação, “*cujo entendimento dependerá da vertente predominante de análise, isto é, seja pela linha antropologia, sociologia, psicologia, etc.*” (p.123). A dificuldade de se administrar o lazer, em nosso país, ainda conta com outros desafios estruturais, como a falta de referenciais bibliográficos, que venham fundamentar e enriquecer nossas reflexões, e a dificuldade de administrar algo que, por natureza, representa a liberdade do indivíduo.

No campo geral da administração, a riqueza bibliográfica compensa, de certa forma, a deficiência citada no parágrafo anterior. A discussão do que seja administrar é mais consensual, podendo-se partir do pressuposto que “*administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos físicos, humanos, materiais e financeiros, visando atingir metas e objetivos previamente eleitos.*” (Bramante,1997, p.126).

O importante, para o planejamento do lazer, está em reconhecer a existência de uma multiplicidade de objetivos individuais e sociais. Dumazedier (1967) distingue três funções⁷ nesta multiplicidade de objetivos: a do repouso, a da diversão e a do desenvolvimento da pessoa que se engaja em uma experiência de lazer.

O planejamento, em seu sentido mais amplo, segundo Parker (1978), determina, em última análise, o âmbito das oportunidades de lazer, ou seja, os tipos de ambientes oferecidos às pessoas, nas sociedades industriais urbanas, para vivenciarem as chamadas experiências de lazer.

Nesse sentido, as propostas de atividades de lazer bem estruturadas vão considerar as diversas dimensões que se procuram através dele, desde o simples momento de descanso,

⁷ A utilização do termo *funções* não pretende, de forma alguma, subentender o sentido simplesmente funcionalista do lazer (Marcellino,1995), tratando, sim, de uma forma didática utilizada pelo próprio Dumazedier para distinguir as diferentes dimensões vivenciadas no lazer.

da contemplação, da revigoração das forças para o trabalho, até a questão do desenvolvimento pessoal e social.

Para desenvolver esta pesquisa, partiu-se do pressuposto de que o lazer é interdisciplinar por natureza, multiprofissional na sua gestão, e se referencia na “experiência lúdica” resultante de três eixos básicos: do tempo de não-trabalho, do espaço de sua vivência e da atitude do indivíduo (Bramante,1997). A partir destes parâmetros, pode-se começar a pensar no desenvolvimento de uma ação administrativa coerente com a realidade do local investigado, fundamentando-se nos recursos físicos, humanos, materiais e financeiros que lhe dizem respeito. Para tal, é pertinente a elaboração de um diagnóstico de necessidades.

No diagnóstico de necessidades, poderemos perceber quais são as atividades identificadas como as mais interessantes para o local. Embora carregada de limitações, Dumazedier (1980) classifica tais atividades como Interesses Culturais do Lazer, categorizando-as em: interesses físicos, práticos, artísticos, intelectuais e sociais (p.110). Enriquecendo esta classificação, Camargo (1992) insere mais uma categoria nessa classificação, a dos interesses turísticos (p.18).

Dentre as diversas atividades de lazer, enfatizaremos o turismo, que passa a ser instituído através da representação da natureza como paisagem, advinda da criação humana, e como cenário para as ações humanas.

O turismo é identificado como um dos ramos da economia mais viável da atualidade e dos tempos futuros. De acordo com o *Conselho Mundial de Viagens e Turismo*, o turismo é hoje a maior “indústria” do planeta, maior do que a do automóvel, do aço, da eletrônica ou da agricultura. Por sua vez, o ecoturismo é um dos ramos dessa área que mais se desenvolve no país, daí ser necessário um cuidado especial. Para Ruschmann (1997):

“O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir”. (p.10)

Tais bases são os recursos naturais, que devem ser conservados para as gerações futuras. É o que se conhece como desenvolvimento sustentável do turismo. Não é tarefa tão simples encontrar um equilíbrio entre os interesses econômicos e o desenvolvimento sustentável de uma dada atração turística, já que esse campo ainda depende de valores e

critérios para a formulação de uma política ambiental e turística adequada, que já começa a ser elaborada em diversos países⁸.

Segundo o IBAMA e a EMBRATUR (1994), é necessário ultrapassar as barreiras entre a teoria e a prática do ecoturismo. Tais barreiras dizem respeito à ausência de consenso sobre a conceituação do segmento, à falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem os empresários, investidores e o próprio Governo. Nesse sentido, elaborou-se o documento *Diretrizes Para uma Política Nacional de Ecoturismo*, que serve de base para assegurar *à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios; ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais; à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.*

É necessário muito cuidado ao implantar-se programas com a bandeira do turismo ecológico. Ruschmann (1997) adverte sobre a necessidade de se discutir a preservação do potencial natural do país, muito mais do que a viabilidade de ter programas voltados para a opção econômica visando atrair turistas estrangeiros e, conseqüentemente, gerar divisas em moeda internacional.

O problema é que o turismo produz espaços delimitados para um determinado tipo de consumo da natureza. Nesse sentido, Rodrigues (1996) expõe que:

“O espaço do/ou para o ‘turismo’ constitui uma mercadoria complexa pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/produção/do espaço.” (p. 56-57)

É notório o crescimento do número de visitantes a áreas naturais, tornando necessária uma adequada administração acompanhando essa tendência. O presente capítulo procura, de certa forma, contemplar as novas tendências, conceitos e técnicas administrativas, para que o programa em elaboração não peque por falta de uma fundamentação teórica que o referencie e dê suporte para sua plena exequibilidade.

⁸ Um bom exemplo no Brasil é a publicação do documento *Diretrizes Para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA e publicado em 1994.

No caso do presente estudo, o turismo surge como uma nova possibilidade de utilização da área do CAJ, visto o apoio que poderá receber de diversos programas nacionais, estaduais e municipais. Como exemplo citamos o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, idealizado pela EMBRATUR. Macaíba, onde se localiza o Colégio Agrícola de Jundiá (CAJ), é um dos municípios com prioridades de desenvolvimento do turismo, no Estado do Rio Grande do Norte⁹.

A proposta de administração de um programa de ecoturismo para o local exigiu um conhecimento detalhado dos espaços, da infra-estrutura, da história e da atual realidade do Colégio Agrícola de Jundiá. Foi necessário, também, obter informações acerca do relacionamento entre a UFRN e o colégio, bem como a visão da Reitoria para se propor a implementação do programa que se pretende desenvolver.

Em entrevista com o Magnífico Reitor da UFRN, o mesmo enfatizou que *“o colégio nunca teve o objetivo de ser uma empresa, devendo continuar sem essa missão de querer ser uma empresa”*. Ao propor o presente programa, abordando novas tendências de planejamento e gestão, incluindo novas atividades, não se pretende que o *Colégio Agrícola de Jundiá* se transforme num parque de visitação com fins lucrativos, mas sim, transformá-lo em um ambiente de visitação, com o objetivo maior de explorar o aspecto educativo através de um processo contínuo de conscientização ecológica. Porém, sabe-se das dificuldades financeiras que as instituições públicas passam, e percebeu-se a necessidade de se criar um projeto gerador de recursos financeiros que viabilize a renovação e a manutenção constante dos serviços oferecidos.

Como o próprio diretor do CAJ expôs, uma das principais dificuldades que o colégio enfrenta é exatamente a falta de recursos para investimento. Isso acarreta a falta de manutenção das construções, e a pouca aquisição de material permanente e equipamentos, o que leva a uma defasagem tecnológica, que se renova numa rapidez que o colégio não consegue acompanhar.

Segundo Drucker (1999), considerado o *“pai”* da administração moderna, *“na sociedade das organizações, é seguro assumir que qualquer pessoa, com qualquer conhecimento, terá de adquirir novos conhecimentos a cada quatro ou cinco anos, sob pena de se tornar obsoleta”* (p.58). Para ele, novas mudanças são forçadas em parte pelo avanço

⁹ Segundo Deliberação Normativa n.408 de 3 de agosto de 1999 do Ministério do Esporte e Turismo.

das tecnologias, como computadores, vídeos, entre outros. Assim, os administradores precisarão imbutir o gerenciamento das mudanças dentro de sua própria estrutura.

Acredita-se que uma atitude de renovação administrativa muito interessante, tomada no CAJ, foi criar o CONDETUF – Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. São 29 escolas, distribuídas nos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todas essas escolas estavam praticamente de portas fechadas, devido principalmente ao fato de, antes da idealização do conselho, só receberem fundos a partir do orçamento das universidades.

Segundo o diretor do CAJ, com o orçamento que as universidades têm, não há a mínima condição de manter uma escola com o ensino agrícola, tendo em vista sua prioridade sobre o 2º grau. Diante de uma situação de emergência, partiu-se para uma nova estratégia. Conforme o diretor, *“até então não sabíamos nem quantas escolas de ensino tecnológico eram vinculadas às universidades”*. Partindo-se para um projeto mais arrojado, conseguiram unir-se e destacar, dentro do MEC, um orçamento próprio para os colégios técnicos.

Hoje, do orçamento da universidade, são pagos os professores e os funcionários, sendo toda a manutenção do colégio feita através desse orçamento próprio. Além disso, para obter-se mais recursos, o colégio tem buscado parcerias e terceirizações. Para o diretor, *“no serviço público hoje a palavra chave é parceria”*.

As parcerias, que estão em andamento no CAJ, funcionam como uma permuta de serviços. Um exemplo é o caso da parceria com a EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN, no qual o colégio cedeu a área e a empresa instalou uma usina de beneficiamento de grãos. Com isso, ganham os alunos, que tem a possibilidade de terem aulas práticas de beneficiamento de grão de arroz, milho, feijão, e a seleção de sementes para plantio. É basicamente o que ocorre nas diversas alianças: um parceiro entra com *know-how* e o outro, entra com a área física, mão-de-obra ou mesmo capital.

A visão do Pró-Reitor de Extensão Universitária da UFRN, professor José Willington Germano, é similar ao do diretor do CAJ. Ele percebe as dificuldades financeiras da universidade pública, a escassez de verbas, mas defende novas formas de intervenção, unindo esforços da universidade com o de outros parceiros. Segundo suas palavras: *“há possibilidades de estabelecer parcerias no sentido de delinear projetos na área de turismo, e*

não só projetos que eu diria de turismo estrito ao lazer, mas um projeto de educação, um projeto que envolve uma nova concepção de educação.”

O Pró-Reitor dá exemplos de parcerias que já há alguns anos têm funcionado bem na universidade, como o projeto UNI Natal, na área de saúde, entre a Reitoria da UFRN, a Fundação Kellogs e a Secretaria de Saúde do Estado e dos municípios do Rio Grande do Norte. Esta parceria tem o intuito de oportunizar a vivência prática dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes na universidade. Há também parcerias com o SESC, com a Caixa Econômica Federal, e outros, que procuram investimentos para serem postos em prática, diversos projetos que até então ficavam “no papel” por falta de recursos. Tais parcerias, além de viabilizar a execução de inúmeros projetos, ainda proporcionam a qualificação profissional de alunos e professores envolvidos.

Outro artifício de gestão que começa a ser utilizado dentro da universidade pública, é a terceirização. Nesse sistema, empresas, hospitais ou instituições públicas contratam uma firma independente, especializada naquele tipo de trabalho que não é o seu objetivo principal e que, muitas vezes, podem trazer problemas gerenciais e custos de manutenção desnecessários. É inviável para diversas empresas aumentar seus encargos com novos funcionários e manter estoques de determinados produtos, sendo que firmas especializadas lhe oferecem esse serviço com segurança e menores custos.

Para Drucker (1999), esse é o exemplo mais visível das mudanças nas relações entre organizações. A importância maior está na tendência para alianças como forma de desenvolvimento das organizações. Assim, o crescimento não mais se baseará em propriedades, *“mas em parceria: joint ventures, investimentos minoritários consolidando acordos de marketing conjunto ou de pesquisa conjunta e alianças semiformais de todos os tipos”* (p.43).

Pelo que foi descrito, percebe-se, que o CAJ já utiliza algumas das formas de mudanças administrativas que poderão tornar a prestação de serviços mais eficaz. Isso nos leva a crer que um projeto, com características que envolva parcerias estratégicas, por exemplo, não terá muitas dificuldades para ser implementado. Além disso, em entrevistas com os principais dirigentes da UFRN e do CAJ, foi observado o interesse e a iniciativa em apoiar tais projetos. Segundo o Pró-Reitor de Extensão, *“um projeto bem formulado, nessa*

área, certamente encontraria parcerias e, do ponto de vista educativo, é importante para a universidade, para a cidade de Macaíba e para o Rio Grande do Norte”.

Como estamos propondo um programa baseado no turismo, que reage imediatamente as flutuações cambiais e mais lentamente às mudanças nos custos de mão-de-obra (Drucker,1999), fatores que governam o comércio, tanto no âmbito internacional como nacional, é necessário estar bem estruturado, em termos de políticas e diretrizes de ação, para se manter em perfeito funcionamento o programa e a instituição.

Hoje a realidade do CAJ mostra-nos por um lado, programas de parcerias em pleno crescimento e, por outro, certos departamentos em situação de abandono. Isso é um paradoxo que evidencia o descolamento da teoria com a ação, ou mesmo a falta de “feedback” de certos setores com a direção central.

Em nossa pesquisa de campo, foi constatada a falta de investimentos e de atenção em um fator básico para o funcionamento de qualquer organização: a comunicação. A informação circulando em tempo real, e sendo recebida por uma estrutura devidamente organizada, evitaria muitos dos transtornos e desatinos administrativos que ocorrem em muitas instituições públicas.

Assim, pode-se, como sugestão, referenciar nossa proposta de administração na forma de ação das organizações sem fins lucrativos, que há hoje, em vigência, atuando diferentemente das empresas e do governo. Em nossa proposta de trabalho no CAJ, nosso “produto” não são bens ou serviços que dêem lucros, mas, sim, *“um ser humano mudado”* (Drucker,1997). A missão proposta é a educação ambiental, melhoria da qualidade de vida das pessoas através da preservação do ambiente que o cerca.

Para que tal missão seja contemplada em sua plenitude, é necessária a utilização de modernos conceitos administrativos de gerenciamento. Drucker (1997) mostra como, atualmente, as instituições sem fins lucrativos entenderam que necessitam de um bom gerenciamento, justamente *“porque não tem um lucro convencional”*.

4.1 – Diretrizes para a Política de Lazer do CAJ

Este item diz respeito às diretrizes da Política de Lazer elaborada para a área do CAJ. Pretende-se traçar não apenas princípios, mas estratégias de ação que viabilizem as

atividades propostas para o programa de lazer a ser elaborado. O intuito é evitar a oferta de eventos totalmente desconectados entre si e entre a macropolítica que determina as metas e objetivos da instituição (Bramante, 1997, p.129).

A elaboração da presente política teve como base o conhecimento da realidade do Colégio Agrícola de Jundiá, suas necessidades e aspirações. Essas informações foram coletadas através dos documentos oficiais e dados da pesquisa empírica retratando o perfil histórico, identidade e a vocação do Colégio Agrícola, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Município de Macaíba e do Estado do Rio Grande do Norte.

A presente Política de Lazer procura harmonizar o contexto do CAJ com um projeto político capaz de gerar empregos, capacitação profissional, melhoria da qualidade de vida, tanto dos moradores do local como visitantes envolvendo, portanto, campos distintos tais como o Lazer, Trabalho, Educação e Cultura.

Visando compreender o lazer no atual contexto político-administrativo numa visão mais ampla, para então articular a Política de Lazer para o CAJ, exploro a legislação pertinente enfatizando um dos pressupostos da Carta Internacional de Educação para o Lazer:

“Lazer é um direito humano básico, como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado deste direito por discriminação de sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, credo, saúde, deficiência física ou situação econômica.”
(WRLA, 1995)

Trazendo essa visão de “direito do cidadão” para a realidade brasileira, merece destaque três capítulos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

Capítulo II: Dos Direitos Sociais

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção III: Do Desporto

Art.217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

§ 3º. O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Capítulo VII: Da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O lazer como direito social é igualmente destacado na *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte* (2001), coincidindo algumas de suas diretrizes com aquelas fixadas na Constituição Federal:

Quadro 2 – Demonstrativo de semelhanças de itens das Constituições Federal e Estadual no quesito lazer

Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (2001)
<i>Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 6º</i>	<i>Capítulo II: Dos Direitos Sociais. Art. 8º</i>
<i>Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção III: Do Desporto. Art.217, § 3º</i>	<i>Título VI: Da Ordem Econômica e Financeira - Seção III: Do Desporto. Parágrafo único</i>
<i>Capítulo VII: Da Criança, do Adolescente e do Idoso. Art. 227</i>	<i>Capítulo VII: Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Art. 157</i>

FONTE: O AUTOR

Prosseguindo o estudo da *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte* (2001), percebe-se no entanto a existência de algumas áreas correlatas ao lazer que podem contribuir para o programa de ação em elaboração:

Título VI: Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I: Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 114. O Estado e os Municípios promovem e incentivam o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, devendo fazê-lo em harmonia com a preservação dos

recursos paisagísticos, o equilíbrio da natureza e o respeito às tradições culturais de cada localidade.

Seção II: Da Cultura

Art. 144. Constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tomados, individualmente ou em conjunto aos portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade norte-rio-grandense, nos quais se incluem:

II- os modos de criar, fazer e viver;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Capítulo VI: Do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Art. 152. A Mata Atlântica, a Zona Costeira, a Chapada do Apodi e as Serras de Portalegre e Martins são objeto de zoneamento econômico-ecológico que especifique compensações quanto a empreendimentos de relevante importância para a economia estadual e que importem em qualquer forma de agressão ambiental.

Estes três últimos artigos, em suas essências, mostram a necessidade de um desenvolvimento harmônico, respeitando os valores culturais e a riqueza natural da região. Este é um dos princípios básicos do desenvolvimento sustentável que propomos para o CAJ, onde, o Art. 152, deverá ser respeitado com maior vigor, visto que o resquício de Mata Atlântica do colégio se encontra em constante depredação, como mostram as fotos abaixo:

Foto 3



Foto 4



* Pedreiras em pleno funcionamento no leito do rio Jundiá, área de preservação da Mata Atlântica do CAJ.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica do Município de Macaíba referencia o lazer diretamente em dois tópicos apenas:

Capítulo III: Da Saúde

Art. 131 – Para atingir estes objetivos o Município promoverá em conjunto com a União e o Estado:

I- Condição digna de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transportes e lazer;

Capítulo IV, Seção IV: Do Desporto Amador

PARÁGRAFO ÚNICO: O Poder Público incentivará o Lazer e o Esporte como forma de promoção e integração social.

Ainda na Lei Orgânica do Município de Macaíba, pode-se referenciar as áreas correlatas ao lazer, de interesse para o programa que pretendemos elaborar:

Título IV: Da Ordem Econômica e Social

Capítulo I: Das Disposições Gerais

Art. 113 – A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça social.

Art. 114 – O Município assistirá aos trabalhadores Rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social.

Capítulo III: Da Saúde

Art. 131 – Para atingir estes objetivos o Município promoverá em conjunto com a União e o Estado:

II- Respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

Capítulo IV, Seção II: Da Educação

Art. 140 – O dever do Município com a educação será efetivado pela garantia de:

VIII – Atendimento aos educandos menores de quatorze anos, através de colônias de férias;

X – Atendimento com transportes, aos estudantes da área rural onde não existem escolas de graus equivalentes.

Capítulo IV, Seção III: Da Cultura

Art. 156 – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras, e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, preservando as formas arquitetônicas dos bens imóveis e de valores históricos.

A legislação descrita oferece possibilidades de apoio municipal ao programa em elaboração, enriquecendo as relações do CAJ com municípios vizinhos e com a comunidade de Jundiá propriamente dita.

Há mais um item da Lei Orgânica do Município de Macaíba que é do interesse para a formulação de um programa de ação no campo do lazer:

Título V: Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 191. Será transformado em reserva ecológica todos os mananciais naturais existentes no Município, proibindo toda e qualquer ação que venha ameaçar seu ecossistema.

Esse artigo contraria o modo de exploração das pedreiras mencionadas anteriormente (Figuras 3 e 4), em pleno leito do rio Jundiá. Acredito ser necessária uma nova avaliação por parte do IBAMA e IDEMA identificando se essa atividade não está prejudicando o ecossistema da região¹⁰.

Observa-se que o lazer, mesmo sendo um direito assegurado por lei, recebe pouca atenção dos governantes, principalmente no que se refere aos investimentos para a área. Por isso, surge a necessidade de formular-se políticas de lazer nos setores público e privado, que servirão como guias para uma determinada ação.

¹⁰ Segundo o Diretor do CAJ, a atividade de extração foi liberada por técnicos do IBAMA há 15 ou 20 anos atrás por não causar danos ao ecossistema da região. Para o Diretor, caso um novo estudo seja feito por técnicos abalizados e chegue a conclusão que a atividade está prejudicando a fauna e flora locais, é ponto passivo parar a extração de pedras na área do CAJ.

Além da justificativa legal, é pertinente abordar os indicadores sociais e econômicos do Estado, para que as diretrizes elaboradas para a Política de Lazer do CAJ estejam em consonância com a realidade do Estado onde se localiza.

O Rio Grande do Norte possuía em 2000, uma população de 2,77 milhões de habitantes, com 73,32% vivendo em áreas urbanas. Esse contingente distribuía-se irregularmente nos 166 municípios do Estado ¹¹.

São oito as Zonas Homogêneas que constituem o espaço geoeconômico do Estado e em apenas duas delas a população rural registrou crescimento positivo: as regiões do Litoral Oriental e Mossoroense, exatamente onde se situam os dois grandes pólos do Estado, respectivamente, a Grande Natal e Mossoró. Na região do Seridó, totalmente encravada no semi-árido, foi onde se registraram as maiores taxas negativas de crescimento da população rural no período de 1980/91, destacando-se as zonas de Currais Novos (-3,03%) e de Caicó (-1,77%)¹².

Como conseqüência deste fenômeno, os municípios que formam a Grande Natal, (Natal, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Pamamirém e Extremoz) experimentaram um grande crescimento populacional de 3,44%, de 1980 a 1991, trazendo na sua esteira, problemas sociais de toda natureza, desde o aumento da favelização à violência urbana. Na verdade, o intensivo êxodo rural-urbano só fez mudar o palco da miséria, transformando pobres rurais em favelados urbanos.

Um novo padrão de comportamento reprodutivo da mulher potiguar vem provocando significativas alterações no perfil demográfico do Estado. Há uma acentuada queda da fecundidade nas três últimas décadas. Em 1970, o número médio de filhos por mulher era de 8,5; em 1980, caiu para 5,7, uma queda de 33%; já em 1991, segundo pesquisa da BEMFAM, a taxa de fecundidade das mulheres norte-rio-grandenses situava-se em 3,2 filhos por mulher, que, em relação à taxa de 1980, significa 2,5 filhos a menos por mulher. A tendência de queda da fecundidade continua numa marcha irreversível, pois nas últimas estimativas obtidas para o Estado, a partir de dados do IBGE (2001), em 1992 a taxa de fecundidade foi de 3,0, e em 1999, de 2,5.

¹¹ Os dados foram obtidos na *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*, Volume 7 do IBGE (2000).

¹² Os dados que seguem foram obtidos no *Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN* (1997) e da *Classificação Socioeconômica dos Municípios do Rio Grande do Norte* (1998).

Esse fato repercute diretamente sobre a pirâmide etária da população. A população infantil (0-4 anos) vem perdendo participação relativa, pois em 1980 era de 14,6% e, em 1991, caiu para 12,5%. Em contrapartida, a população idosa (65 ou mais) apresentou uma maior participação na população total, saltando de 5,5% em 1980, ou seja, 97 mil pessoas idosas; para 6,0% em 1991, o que representa 143 mil pessoas nessa condição. Com esse comportamento, foram acrescentados 46 mil idosos à população do Estado no período de 11 anos. Segundo dados do IBGE (2001) o número de idosos de 60 anos ou mais, em 1999, era de 229.565, totalizando 8,30 % da população do Estado.

A taxa de desemprego e subemprego em 1997 era de 47,5 % da PEA. A meta do Estado é chegar a cerca de 35,5 % da PEA em 2005 e 27% da PEA em 2010. Isso requer a criação de uma média de 41,4 mil empregos anuais até 2010.

No caminho do Desenvolvimento Humano, o Rio Grande do Norte tem muito a percorrer quando comparado a outros Estados do Brasil e a alguns países do mundo. De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil -1996, (PNUD/IPEA, 1996), se o Rio Grande do Norte fosse pensado como um país, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estaria, juntamente com Pernambuco, no mesmo nível de países como Honduras e Marrocos, ocupando no “ranking” dos 131 países, para os quais foram calculados o IDH, a 117ª posição. O IDH do Rio Grande do Norte é 0,574, classificando-o na 21ª posição entre os Estados brasileiros e na 4ª entre os nordestinos.

Com relação à expectativa de vida, o Rio Grande do Norte experimentou avanço significativo, pois em 1970 o norte-rio-grandense vivia, em média, apenas 38,6 anos, dando um salto em 1980 para 45,4, para o ano de 1990 já atingia 54,6, um ganho de 16 anos, no período de 70/90, que em termos relativos significa um crescimento de 41,5%. Comparando-se com o Brasil (66,3 anos), o Rio Grande do Norte tinha uma defasagem de 11,7 anos e, com relação ao Nordeste (59,1 anos), de 4,5 anos (Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN, 1997). Segundo os Indicadores Sociais do ano de 1999 (IBGE, 2001, p.39), entre os Estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte, tem, juntamente com o Ceará, a terceira maior taxa de expectativa de vida, 66,1 anos, superados apenas pelos Estados da Bahia, com 67,4, e Sergipe, com 66,9. O Brasil, nestas mesmas estimativas, figura com uma expectativa de vida de 68,4 anos, uma diferença de apenas 2,3 anos em relação ao Rio Grande do Norte.

Outra área vital para o Desenvolvimento Humano é a educação, que para o Rio

Grande do Norte pode ser, em grande medida, a responsável pelo atraso e subdesenvolvimento que o tem caracterizado, ao longo de sua história. Nas três últimas décadas os indicadores de educação tem evoluído positivamente, como por exemplo a taxa de alfabetização de adultos que saltou de 45,5% em 1970 para 70% em 1993, (PNUD/93), um incremento, portanto, de 54% neste período de 23 anos. Ressalte-se, entretanto, que outra leitura desta informação revela que 30% da população com 15 e mais anos de idade, são vítimas da cegueira do analfabetismo. Os últimos dados (IBGE, 2001), indicam que 39,2% da população de 15 anos ou mais, sofrem de analfabetismo funcional, um problema sério para o desenvolvimento do Estado.

Os indicadores que refletem mais diretamente as condições de saúde de uma população são, entre outros, a mortalidade infantil, o acesso ao saneamento básico (água e esgoto), a mortalidade materna e o estado nutricional da população, principalmente das crianças com menos de 5 anos de idade, e a renda, que representa a possibilidade concreta de poder adquirir bens e serviços em níveis satisfatórios.

No Nordeste, a mortalidade infantil tem se mantido historicamente em patamares muito elevados. É a manifestação mais cruel e injusta do estado de pobreza em que vive parcela significativa da população da região. O Rio Grande do Norte insere-se neste contexto, mas tem revelado, nas últimas décadas, tendência declinante nas taxas de mortalidade infantil, a exemplo do que vem ocorrendo também nos demais Estados do Nordeste. Em 1970, a taxa de mortalidade infantil no Estado era de 176,6 por mil; em 1980 caiu para 145,2, estimando-se que em 1993 estivesse em torno de 80 por mil, o que constitui ainda uma situação inaceitável, comparando-se com índices de países desenvolvidos, e mesmo com o Brasil, cuja taxa é estimada em 42 por mil. Os dados de 1999 (IBGE, 2001) indicam uma diminuição desse índice, que atualmente é de 48,7 por mil, o sexto mais alto do país.

Os domicílios permanentes, com abastecimento de água, esgotamento sanitário adequado e lixo coletado no Estado do Rio Grande do Norte, equivalem a apenas 31,2 % (IBGE, 2001). Esse dado demonstra a necessidade de infra-estrutura básica para o Estado, que influencia diretamente a qualidade do ambiente para a visitação turística.

A mortalidade materna atinge índices elevados. Seu indicador principal, o coeficiente de mortalidade materna, que é a razão entre o número de óbitos de mulheres que ocorrem durante a gravidez e até 42 dias após o parto e o número de nascidos vivos, é um

bom aferidor, assim como a mortalidade infantil, do nível de saúde da população e expressa diretamente a quantidade e a qualidade dos recursos de saúde disponíveis para atendimento à população. Embora só se disponha de informações aproximadas, a Secretaria de Saúde do Estado estima que o coeficiente de mortalidade materna seja de 232,8 por 100.000 nascidos vivos, uma atrocidade quando se compara com os índices observados nos países desenvolvidos, que são, em geral, inferiores a 10 óbitos por 100.000 nascidos vivos (Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN, 1997).

As dificuldades que um Estado como o Rio Grande do Norte tem de enfrentar para vencer definitivamente o subdesenvolvimento são grandes, mas não intransponíveis, pois apesar de todo esse quadro de pobreza, o Estado tem potencialidades que, devidamente aproveitadas, poderão reverter a situação atual para uma realidade desejada, através de políticas sociais que objetivem, prioritariamente, promover o desenvolvimento humano.

Com relação à economia norte-rio-grandense, as estatísticas disponíveis para o período de 1970 a 1995, evidenciam um bom desempenho. Na década de 70, a economia estadual cresceu em média 10,3% ao ano, contra 8,6% no Brasil e 8,7% no Nordeste. Como reflexo desse dinamismo, o PIB per capita estadual aumentou cerca de 118,3%, atingindo US\$ 1.441,00 até o final do período.

Nos anos 80, apesar da crise econômica que atingiu o país, o Estado, aproveitando suas potencialidades internas como os solos férteis e a água de boa qualidade nos vales dos rios Piranhas/Assu e Apodi/Mossoró, passou a desenvolver a fruticultura irrigada, com a produção voltada para o mercado externo; paralelamente, expandiu as atividades extrativas do petróleo e do gás natural, e passou a investir também no turismo que já despontava como uma de suas grandes potencialidades. Dessa forma, conseguiu manter um significativo crescimento do PIB de 7,4% ao ano, posicionando-se bem acima do Nordeste, 3,3%, e do Brasil, 1,6%. Nesses dez anos, o PIB per capita estadual alcançou US\$ 2.373,00, que é 64,7% maior que o registrado em 1980.

Entre 1991 e 1995, o crescimento da economia sofreu um arrefecimento, 4,1% ao ano, mantendo-se, mesmo assim, num patamar acima do Brasil, 1,8%, e a do Nordeste, 1,6%. Por outro lado, dados da SUDENE evidenciam uma recuperação nos últimos dois anos, 1994-95, quando o PIB variou em 7,4% e 6,2%, respectivamente, destacando-se como o segundo Estado que mais cresceu na Região, em 1995. Nesse ano, o Nordeste cresceu 4,4%.

Com essa boa performance, o Rio Grande do Norte eleva sua participação no PIB do Brasil de 0,5% em 1970, para cerca de 1,2% em 1995; ao mesmo tempo aumenta sua participação no PIB do Nordeste de 3,5% em 1970, para 6,9%, em 1995, quase dobrando seu peso na economia regional. O PIB per capita, por sua vez, cresce de modestos US\$ 660,00, em 1970, para US\$ 2.608,00 em 1995, o que significa dizer que chegou a quadruplicar no período analisado. Assim sendo, com relação à renda per capita, o Rio Grande do Norte é o segundo Estado do Nordeste, inferior apenas à Bahia, apesar de ter mantido taxas de crescimento populacional elevadas nas últimas décadas (Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN, 1997).

Essa renda per capita, entretanto, contrasta com os desfavoráveis indicadores sociais apontados pelas estatísticas oficiais para o Rio Grande do Norte. Em especial, os elevados índices de pobreza e indigência em que vive quase metade da população, denunciando, assim, um modelo de desenvolvimento pouco voltado para o social, fortemente concentrador de renda e, portanto, extremamente frágil, já que não dispõe de um mercado consumidor interno como base real de sustentação, tampouco de uma população sadia, consciente, educada, qualificada, capaz de traçar e perseguir seu horizonte com os próprios passos e recursos.

Por outro lado, os indicadores sociais que mostram a melhoria da qualidade de vida no Estado, nos estimulam, pois demonstram a possibilidade de, sabendo a realidade social, desenvolvermos planos de desenvolvimento que atentem para os setores mais frágeis configurando a responsabilidade e o valor social e educacional de projetos de lazer como o que propomos.

4.1.1- Princípios para a Política de Lazer

Reconhecendo a abrangência dos conteúdos culturais do lazer, entendido como manifestação humana, englobando a experiência prática, a assistência, a informação e a fruição, percebe-se a necessidade de trabalhar a partir das vivências culturais da população, procurando superar atitudes conformistas para críticas e criativas (Bramante e Marcellino, 2000).

Baseando-se na proposta de Política de Lazer elaborada pelo SESI em 1990, partimos dos princípios da livre escolha, participação espontânea, incentivo à criatividade e busca de ocupação prazerosa do tempo livre, que propicie o entretenimento, a superação de desgaste físico e mental e a participação ativa no fazer cultural.

Adaptadas às necessidades e particularidades da região, ações educativas no âmbito do lazer, estarão presentes desde as fases iniciais de ensino no CAJ, o treinamento de recursos humanos e cursos de atualização de conhecimentos, tudo baseado em um novo conceito de educação, permanente, inovador e propositivo.

O intuito da Política de Lazer que se propõe, é a utilização do potencial turístico, em especial do turismo rural e ecológico, procurando dinamizar a utilização do CAJ, aumentando a fonte de renda do colégio, incentivando as pesquisas científicas na área, educando para a preservação do meio ambiente e da riqueza cultural do local, além de gerar novos empregos para a comunidade que vive na área. Para isso, são necessários alguns objetivos norteadores:

- proporcionar o equilíbrio do bem-estar físico, mental e social dos visitantes, diretores e colaboradores do programa em elaboração.
- realizar atividades pedagógicas de apoio à educação ambiental, incentivando a curiosidade científica, o estudo, a pesquisa e a reflexão crítica.
- aumentar o índice de empregabilidade, através de cursos de qualificação e atualização profissional, atendendo prioritariamente os moradores locais e estudantes.
- treinar, atualizar e capacitar professores para as novas necessidades educacionais e profissionais relacionadas ao lazer e meio ambiente.
- incentivar a leitura, criando bibliotecas e tornando disponível o acesso à literatura.
- investir na produção cultural, na formação de platéias, além de resgatar e valorizar as manifestações culturais regionais.
- utilizar a prática desportiva como mais um instrumento de educação e integração social.
- atender os diversos públicos de forma ampla e contínua, integrando e unindo grupos de diferentes faixas etárias e classes sociais.

- desenvolver projetos em parceria com outras instituições e empresas públicas e privadas de forma a potencializar o alcance de suas ações.

O CAJ deve manter sua infra-estrutura, incluindo apenas um centro de atividades, que prevê a construção de mais um prédio, com um auditório para 150 pessoas, sala de coordenação, recepção, vestiários, enfermaria e almoxarifado.

Esse novo prédio tem o objetivo de recepcionar os visitantes, onde ocorrerão palestras, nas quais serão enfocadas questões relacionadas à educação ambiental, à história e cultura regionais e locais, dentre outros temas.

Para o projeto funcionar e chegar a auto-sustentação, é necessária a superação da cultura burocrática que em muito tem impedido o pleno desenvolvimento das instituições públicas. Uma atenção especial deve ser dada ao modelo de gestão, podendo utilizar-se como referencia as parcerias estratégicas, as terceirizações, entre outros.

As atividades que se propõem para o CAJ, de maneira alguma pretendem afastar o colégio de sua função e identidade, ao contrário, pretendem aumentar as possibilidades de utilização da área, aumentando o número de projetos apropriados para a exploração do espaço em outros campos que não apenas a agropecuária, projetos estes, que certamente captariam recursos financeiros para a sua implantação e manutenção.

De acordo com o diagnóstico de necessidades do CAJ, em relação ao campo do lazer, observou-se a necessidade de maior incentivo e criação de sub-projetos voltados aos seguintes temas: a) esportes em geral; b) trilhas ecológicas; c) acampamento; d) pesca; e) gincanas ecológicas; f) passeios de bicicleta e cavalo; g) clubes de dança e teatro; h) natação em águas abertas (açude); i) exibição de filmes e documentários; j) descoberta de talentos artísticos; l) atividades para a terceira idade e crianças; m) passeios de lancha; n) piqueniques; o) hipismo; p) turismo rural; q) organização de vaquejadas (esporte tradicional da região).

Certamente não será possível a implantação de tantas atividades ao mesmo tempo, mas boa parte delas, principalmente as ligadas ao ecoturismo e turismo rural poderão ser desenvolvidas. Para isso, o acesso deverá ser minuciosamente estudado, para que o maior número de visitantes possa conhecer e desfrutar dos atrativos da área, sem, contudo, interferir no desenvolvimento dos cursos que são a razão de existência do colégio.

Algumas prioridades são importantes para o sucesso do programa em elaboração, tais como o cuidado com a qualidade dos serviços prestados, a qualidade da formação profissional e a avaliação institucional.

É vital a manutenção e expansão do número de parcerias, visto que números expressivos de ações podem ser multiplicadas por meio destas. Existe, atualmente, diversos acordos de cooperação social, com empresas, entidades assistenciais, prefeituras, governos estaduais e federal, organismos nacionais e internacionais, todos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população e que formam um movimento sinérgico em torno de projetos de forte impacto educacional e social, como este que propomos.

Outra prioridade é estabelecer um planejamento de manutenção das instalações existentes, revitalizando áreas sub-utilizadas e aumentando a capacidade de absorção de público.

Partindo-se dos objetivos norteadores, o programa deve concentrar recursos em pontos-chaves, priorizando a qualificação profissional no seu ambiente de atuação, a harmonia entre os interesses institucionais e a preservação da riqueza natural.

Não se deve esquecer da flexibilização do modelo de ensino/aprendizagem, inserindo princípios da educação para o lazer, de modo a expandir sua atuação, criando novos segmentos de produtos e a otimização do uso da sua infra-estrutura física voltados ao lazer via redução de custos, minimização de despesas indiretas e desenvolvimento de uma cultura profundamente comprometida com a eliminação de desperdícios e o uso racional dos recursos disponíveis.

Finalmente, uma atenção especial deve ser dada à difusão de informações, intensificando a comunicação, flexibilizando os programas e adotando um atendimento efetivamente voltado à comunidade.

4.2 - Programa "*Viaje nas Belezas do Colégio Agrícola de Jundiaí*"

Após o estudo da bibliografia e dos documentos voltados à pesquisa, e várias análises e consultas a especialistas da área, percebemos que o programa "*Viaje nas Belezas do Colégio Agrícola de Jundiaí*"- daqui em diante "*VBCAJ*", não pode ser elaborado neste momento, ou seja, no corpo desta dissertação.

Um programa desta natureza só pode ser elaborado através de uma ação interdisciplinar e multiprofissional, operacionalizado por uma metodologia de trabalho que consiga unir representantes da UFRN, do CAJ, do IBAMA, do IDEMA e o mentor da idéia.

Os representantes da UFRN serão professores dos diversos cursos, tais como: biologia (provavelmente o professor Adalberto Varela que foi o responsável pelo levantamento de flora e fauna do CAJ), geografia, geologia, turismo, sociologia, dentre outros, que ampliará o foco de utilização da área do CAJ, propondo pesquisas e atividades que de alguma forma se relacionem e contribuam com o programa de educação ambiental do VBCAJ. Ainda da UFRN, um representante do ETA – Escritório Técnico Administrativo, responsável pela liberação de construções na UFRN, o qual viabilizará as reformas para adequação dos equipamentos já existentes no CAJ para a visitação e utilização em atividades de lazer, e a construção do novo centro de recepção proposto.

O CAJ teria como representantes, líderes do grêmio estudantil, diretores da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Jundiá – ACDJ, além de professores representando a Diretoria, os quais traçarão os limites em que o programa VBCAJ não interfira com as atividades normais do CAJ.

É importante a participação de representantes do IBAMA/RN, por ser um órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

O IDEMA/RN, na qualidade de órgão estadual de meio ambiente, que executa funções específicas de proteção e educação ambiental, gerenciamento costeiro, licenciamento, controle e monitoramento objetivando a sustentabilidade dos recursos naturais, também deve participar ativamente da elaboração e licenciamento do *VBCAJ*.

O modelo de gestão que acreditamos melhor atender aos objetivos da elaboração nesse campo de atuação, é o chamado **Modelo “PAIE”** de organização administrativa, ou seja, um conjunto articulado de experiências de lazer permanentes, de apoio, de impacto e especiais (Bramante, 1997, p.133).

As ações permanentes, serão aquelas que ocorrem no dia-a-dia. Para a elaboração do programa *VBCAJ*, propõe-se a formação de um grupo de trabalho constituído por representantes das instituições acima mencionadas, que semanalmente, durante 2 meses,

estudarão os dados coletados e analisados nesta dissertação, apresentarão as possíveis necessidades de complementação de dados, de acordo com outras áreas correlatas (biologia, direito, arquitetura, administração, entre outras). Ainda semanalmente, por não mais que outros três meses, o grupo se reunirá para discutir os novos dados e definir as ações a serem desenvolvidas pelo programa.

Para dar sustentação às ações permanentes, propõe-se, como ação de apoio, uma reunião mensal de avaliação normativa, priorizando a elaboração do documento escrito que resultará no *VBCAJ*.

Como ação de impacto, espera-se, ao final de no máximo seis meses após iniciados os trabalhos do grupo, apresentar o programa "*Viaje nas Belezas do Colégio Agrícola de Jundiá*" à Reitoria da UFRN e Diretoria do CAJ, totalmente formulado, de acordo com os princípios educacionais e de sustentabilidade insistentemente abordados na presente dissertação.

Finalmente, como ação especial, teremos um evento, no CAJ, formalizando a implantação do programa. Tal evento marcará o início das atividades que acreditamos, dêem uma nova vida ao CAJ, incentivando a preservação de suas belezas naturais e o uso pleno de toda a sua potencialidade em prol de toda a sociedade.

Enquanto mentor da idéia, indico certas atividades de lazer que podem ser desenvolvidas no CAJ, respeitando a questão do "uso sem abuso". Certamente, com a elaboração do *VBCAJ* junto a outros atores, surgirão novas possibilidades, que devem estar em harmonia com os objetivos centrais do programa.

A atividade principal pode ser a trilha ecológica ou interpretativa. Observando-se a capacidade de carga da área, podem ser desenvolvidas três trilhas com especificidades próprias, e todas tendo como ponto de início o Centro de Recepção que será construído.

A Trilha 1 poderia ser chamada de "*Trilha das Águas*". Seu percurso envolveria o maior açude (A1) do CAJ, mostraria uma de suas nascentes, neste local, abordaria os problemas que as plantações de subsistência dos moradores do CAJ podem ocasionar devido a proximidade com esta fonte de água (desmatamento, uso de fertilizantes e agrotóxicos).

Foto 5



* Açude principal – A1

Foto 6



* Nascente ameaçada

Continuaria por um pequeno resquício de mata rica em fruteiras como o cajueiro e coqueiros, além de frutas nativas. Passaria pelas hortas e plantações irrigadas do curso de agropecuária (distância apropriada do açude principal), mostrando as curiosidades e técnicas agrícolas desenvolvidas no CAJ. Das hortas e plantações seguiria até o segundo maior açude (A2), sendo possível perceber o problema do desmatamento por parte dos moradores locais para desenvolverem sua agricultura de subsistência e mesmo o uso da madeira para fogões a lenha. Ao chegar ao açude (A2), poderia se tomar um banho refrescante, ou simplesmente descansar embaixo das sombras das árvores, os guias abordariam algumas peculiaridades do percurso e voltaria ao início, podendo haver banho no açude (A1). O percurso total é de cerca de 2 km, levando em média 60 minutos para ser percorrido.

Foto 7



* Hortas Irrigadas do CAJ

Foto 8



* Açude Menor – A2

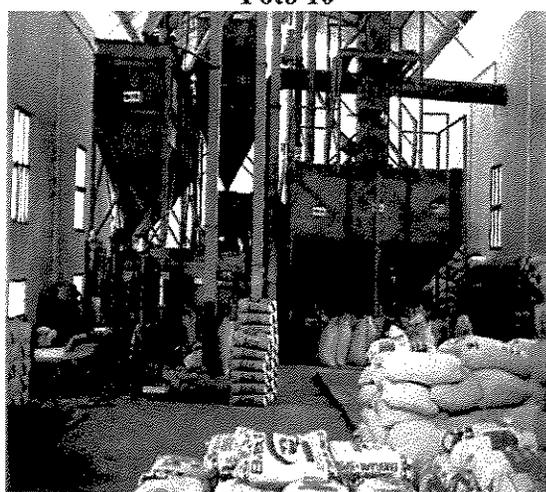
A Trilha 2 – “ *Vida na Roça*”, sai do Centro de Recepção e visita todo o setor agropecuário construído: aviário, cunicultura, caprinocultura, possilga, curral. Do curral, passa pela usina de beneficiamento de grãos e chega até o grande Baobá. Do Baobá segue para o setor de aulas, visitando o antigo Casarão, a antiga Penitenciária e os prédios principais do colégio. Essa trilha só funcionaria aos fins de semana para não atrapalhar os cursos em andamento. A trilha permite desenvolver conteúdos voltados à questão rural e a história do CAJ. O percurso total é de cerca de 1,5 km, levando em média 50 minutos para ser totalmente percorrida.

Foto 9



* Possilga

Foto 10



* Usina de beneficiamento de grãos

Foto 11



*Caprinocultura

A Trilha 3 – “Trilha da Mata” é a que tem o maior percurso, por volta de 7 km ida e volta, podendo ser utilizado transportes como vans em certos trechos. Nela pode ser visto o Baobá, depois entra-se na estrada que passa pelo rio Jundiá, circunda uma parte do resquício de Mata Atlântica, entra na trilha que leva ao terceiro açude do CAJ (A3). Do açude pode-se percorrer um trecho dentro da mata, enfatizando-se os principais exemplares de árvores nativas e animais que venham a aparecer. É uma trilha que requer uma maior logística em termos de transporte e equipamentos de primeiros socorros. Leva por volta de 1h40 minutos para ser percorrida.



Foto 12 - O Baobá (à esquerda). É uma árvore oriunda das savanas africanas. Somente há registro de cinco exemplares no Brasil, três delas no Rio Grande do Norte.

Foto13–Ponte caída sobre o Rio Jundiá



Em todas as trilhas devem haver kits de primeiros socorros, os quais poderão ser utilizados por guias que deverão ser devidamente treinados por professores da área biomédica da UFRN para atendimentos de emergência.

Pensando em termos programáticos, ao aplicarmos o Modelo “PAI”, as trilhas seriam as ações permanentes do programa VBCAJ, juntamente com palestras de em média 20 minutos sobre Educação Ambiental e as especificidades do CAJ no contexto regional e global.

Como atividades de apoio, sugere-se intercalar a cada mês, gincanas ecológicas, acampamentos de fim de semana, trilhas a cavalo, torneios de pesca esportiva, dentre outros.

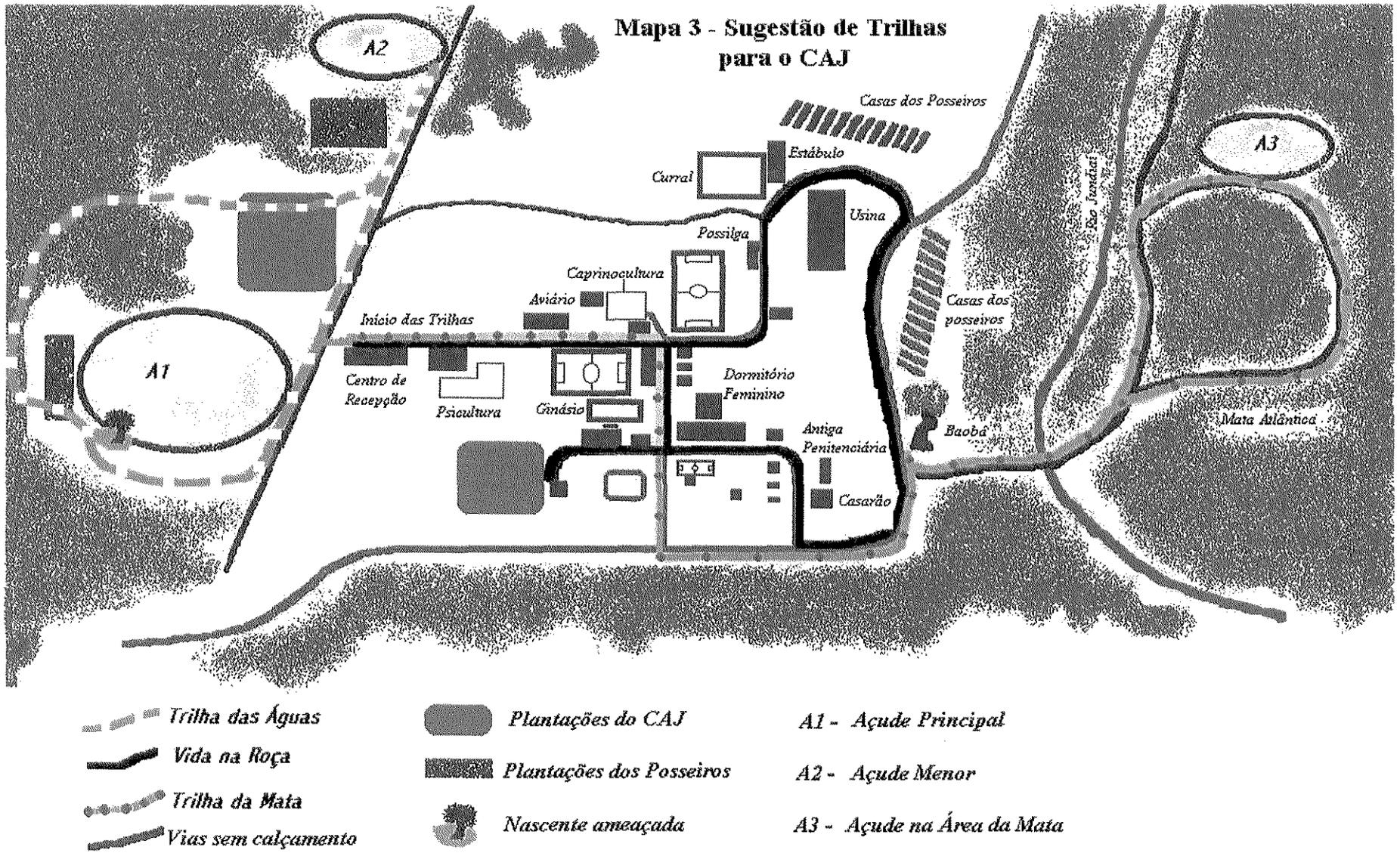
Um grande festival de esportes na natureza pode ser estruturado uma vez por ano, com travessia de caiaque e natação no açude principal (A1), o trekking – caminhadas de regularidade em trilhas, podendo ter tarefas como coletar o lixo encontrado nas trilhas, plantação de mudas de árvores, etc. Esta seria uma ação de impacto.

Privilegiando-se a questão científica, pode ser feito um concurso de fotos e artigos sobre o CAJ e a questão ambiental. O intuito é a valorização das paisagens naturais e a conservação do patrimônio cultural da área, além do incentivo à pesquisa entre os alunos da UFRN e do CAJ. Os artigos seriam julgados de acordo com o grau de formação do concorrente.

Todas as atividades propostas requerem uma infra-estrutura de base que será definida no programa VBCAJ, além da qualificação dos guias, instrutores e grupos de apoio que venham a atuar no programa. A respeito da qualificação, vale lembrar que já há no CAJ, professores que atuam na questão ambiental e tem formação para proferir cursos de atualização e treinamento para os participantes do programa.

Na próxima página, procurando localizar as trilhas propostas, segue um mapa dos percursos e principais atrativos existentes no caminho.

Mapa 3 - Sugestão de Trilhas para o CAJ



- Trilha das Águas
- Vida na Roça
- Trilha da Mata
- Vias sem calçamento

- Plantações do CAJ
- Plantações dos Posseiros
- Nascente ameaçada

- A1 - Açude Principal
- A2 - Açude Menor
- A3 - Açude na Área da Mata

FONTE: O AUTOR

4.3- Considerações finais

Ao chegar ao fim do mestrado, fico empolgado ao perceber que os temas geradores do trabalho, sejam eles, o lazer (como conteúdo cultural o turismo), o meio ambiente e as políticas públicas, a cada dia se tornam mais relevantes, sendo necessário o desenvolvimento de mais pesquisas e, principalmente, de ações que tenham como resultado a melhoria efetiva do meio ambiente em que vivemos.

Se por um lado estou feliz pela atualidade do tema, fico triste ao perceber as atrocidades cometidas com o meio ambiente, as quais o ser humano, cada vez mais, sente na pele, os efeitos de tamanha devastação.

Não precisamos sair de casa para sentir tais efeitos. Hoje, o Brasil, passa por um colapso de energia que pode gerar uma crise social, política e econômica que normalmente apenas os países em guerra enfrentam.

A noção de que o progresso está ligado aos valores de produção e de bens de consumo, inicia-se a partir da evolução dos meios de produção, em princípio artesanais, passando à utilização de máquinas, mais especificamente no século XVIII, culminando num industrialismo que cria novos equipamentos, eletrodomésticos, enfim, produtos que para serem concebidos, causam a devastação ao meio ambiente em busca de matérias primas, poluição dos rios, ar e mar com dejetos da produção, e ainda necessitam de um volume extraordinário de energia para se manter o conforto proporcionado por tais bens de consumo.

O medo da classe dominante em relação aos “apagões”, não é com a violência que pode aumentar, com o número de pessoas que podem morrer nas filas dos hospitais ou mesmo das que são mantidas vivas em UTIS domésticas. O verdadeiro temor, é que se prejudique o crescimento econômico do país.

Segundo a revista *Veja*¹³, se o corte de energia no Brasil for da ordem de 25%, o produto interno bruto não vai mais crescer 4,5% neste ano, mas 2,5%. Com isso, mais de um milhão de postos de trabalho deixariam de ser criados, haveria um déficit na balança comercial da ordem de 2 bilhões de reais e o governo perderia 8 bilhões na arrecadação de impostos.

¹³ Ver revista *Veja* de 16 de maio de 2001, reportagem *O impacto do apagão na vida dos brasileiros*, p.38 a 45.

Sabe-se que 97% da energia elétrica do Brasil provém de usinas hidrelétricas, que necessitam de água para funcionar. O próprio diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) culpou a falta de chuvas pelo racionamento de energia.

Concordo plenamente que a falta de chuva pode ser uma das causas da crise energética no país. Pensemos, porém, nos fatores que causam a estiagem, o que poderia evitar as mudanças climáticas por que passa todo o planeta?

No corpo desta dissertação me reporto à importância de se preservar a riqueza natural do CAJ, os efeitos no micro clima da região que o desmatamento pode ocasionar, a proteção que a mata traz aos lençóis freáticos, dentre outros.

A preservação da natureza em um pequeno espaço como o CAJ, que terá o potencial educativo aumentado através do programa *VBCAJ*, pode levar milhares de pessoas a compreender a necessidade de preservação do meio ambiente, em prol da melhoria de sua qualidade de vida, e mais drasticamente, de sua própria sobrevivência.

Lembremos que há três anos atrás, uma área de floresta, maior que a Bélgica foi totalmente destruída em Roraima. Que hoje, o governo faz planos para que 50% da Amazônia seja derrubada para o aumento de terras produtivas, mesmo sabendo que seu solo é frágil, que o desmatamento só tem causado sua desertificação.

Neste estudo, abordei a problemática ambiental mostrando as principais preocupações em cada década, o enfoque dado atualmente, deparando-me com o conceito de sustentabilidade. Relembrando, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1987), define que uma sociedade de desenvolvimento sustentável é aquela que *“satisfaz as necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”*.

Após várias análises, percebo que só haverá sustentabilidade, se o modelo de produção for totalmente repensado, se conseguirmos mudar a ideologia que faz a sociedade pensar que o progresso está ligado aos valores de produção e de bens de consumo. Na verdade, acredito que o progresso existe na medida em que há respeito ao ser humano, em que sua saúde não é colocada em risco ao tomar água contaminada, ao respirar um composto que não sabe-se poder ser chamado de ar, que ao adoecer, não morra na mesa de cirurgia pela falta de energia.

A atenção deve ser dada ao ser vivo, seja ele um ser humano, um animal ou um vegetal, e não, aos bilhões de reais que pode-se perder desacelerando a economia. Não que a economia deva parar, mas deve-se analisar, igualmente outros desafios tais como a distribuição de renda, a real necessidade de consumo que permita uma vida digna e em que ponto o atual modelo de desenvolvimento está sendo positivo para todos os povos, sem exclusão.

É difícil se chegar a grandes soluções para a resolução de tantas diferenças e injustiças sociais, além da degradação do ambiente em que se vive. Mas percebo que tudo é um processo de evolução, onde pequenas ações locais, como a que estamos propondo para o CAJ, possam influenciar as ações regionais e, porque não, nacionais, e assim sucessivamente até chegarmos ao entendimento global.

Um exemplo disso, é o interesse expresso por outros colégios agrícolas ligados às universidades federais, os quais possuem características estruturais parecidas com o CAJ, ou seja, espaço físico, potencial turístico e necessidade de dinamizar o uso da área.

Na elaboração deste estudo, foi descoberto a existência do Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais – CONDETUF. Como afirmado anteriormente, o conselho surgiu devido às dificuldades das escolas em participar da divisão do orçamento das universidades, tendo conseguido destacar um orçamento próprio junto ao MEC. Hoje, são 29 escolas, distribuídas nos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Como forma de obter a opinião deste conselho sobre o programa que pretendemos desenvolver no CAJ, enviamos cartas de apresentação juntamente com um pequeno questionário para identificarmos as características de cada escola. Dezesete destas escolas técnicas, não possuem potencial turístico, mesmo assim, pelo menos três nos responderam, o Colégio Técnico Industrial “Prof. Mário Alquati” ligado à Fundação Universidade Federal do Rio Grande, o Colégio Universitário ligado à Universidade Federal do Maranhão - interessados em participar do programa, e o Colégio Agrícola de Santa Maria ligado à UFSM Rio Grande do Sul – com o interesse em obter informações pois pretende criar um curso na área de hotelaria e turismo.

Das demais escolas técnicas, com potencial turístico, sete nos responderam, mostrando o interesse pela idéia, querendo maiores informações para possíveis intercâmbios. São elas:

- Colégio Agrícola de Frederico Westphalen/UFMS;
- Conjunto Agrotécnico “Visconde da Graça”/ UFPEL;
- Colégio Agrícola de Camburiú/UFSC;
- Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira”/UFSC;
- Colégio Agrícola “Nilo Peçanha”/UFF;
- Centro de Formação de Tecnólogos – Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”/UFPB;
- Colégio Agrícola “Dom Agostinho Ikas”/UFRPE.

Vale destacar que três delas, já iniciam um programa de visitação. O Colégio Agrícola “Senador Carlos Gomes de Oliveira” ligado à Universidade Federal de Santa Catarina, já está instalando uma trilha ecológica. O Colégio Agrícola de Camboriú, também ligado à UFSC, utiliza sua área para atividades desportivas, visitas de grupos e escolas; o Colégio Agrícola “Nilo Peçanha”, pertencente à Universidade Federal Fluminense, oferece passeio a cavalo, carro de boi, trator, além de lazer com jogos e brincadeiras para os visitantes que ficam o dia todo.

Esses fatos demonstram como ações locais, se articuladas nos diversos Estados, poderiam ter um impacto na educação no nível nacional. Pode-se observar também, como o lazer serve de veículo para diversas reflexões e transformações sociais, constituindo-se numa reivindicação social, necessária ao desenvolvimento do ser humano e visto não apenas como um meio para descansar ou abusar dos prazeres obtidos nos momentos de euforia. Como citado por Marcellino (1995) é uma questão de cidadania, de participação cultural.

Enfim, concluo o trabalho com perspectivas positivas em poder contribuir para as reflexões acerca do lazer, do meio ambiente, da qualidade de vida e propondo uma ação que recebe o interesse de outras instituições em Estados diferentes, ampliando o grau de disseminação das idéias de preservação e desenvolvimento humano presentes na dissertação.

V- Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L. T. (1998). *Política Ambiental: Uma Análise Econômica*. Campinas, SP: Papirus. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ – ACDJ-MACAÍBA/RN. *Ata de Fundação e Eleição da Diretoria e Estatuto da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Jundiaí*. Macaíba, 29 de maio de 1996.
- BAUDRILLARD, J. (1975). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BISQUERRA, R. (1989). *Metodos de investigación educativa, guía práctica*. Barcelona: Ceac.
- BRAMANTE, A. C. (1997). “Qualidade no Gerenciamento do Lazer”. In BRUHNS, H. T. (Org) (1997). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____ e MARCELLINO, N. C. (2000). *Subsídios para a Formulação de uma Política Nacional de Lazer*. Brasília/DF, 05 de setembro de 2000.
- BRASIL - *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- _____ – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Início da elaboração em 20 de abril de 1994.
- _____ – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – *Procedimentos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Instituto Brasileiro de Turismo, novembro de 1998.
- _____ – MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO – *Deliberação Normativa nº 408*. Instituto Brasileiro de Turismo, 3 de agosto de 1999.
- _____ – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2000). *Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira – Infra-Estrutura e Integração Regional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Consórcio Sodontécnica / Crescente Fértil.
- BRUHNS, H. T. (1996). “Lazer, Trabalho e Tempo: Uma Discussão a partir de Thompson e De Grazia”. In RODRIGUES, M. A. A.(org) *Coletânea do IV Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte:UFMG/EEF.

- _____. (1997). “Sobre o Ideal Clássico de Ócio e o Lazer Contemporâneo”. In *Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Maceió: Editora Unijui.
- _____. (1997). “Lazer e Esporte: O Caso da Caminhada e da Corrida”. In *IX Encontro Nacional de Lazer e Recreação*. Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR.
- _____. (1997). “O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico”. In SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papyrus.
- CAMARGO, L. O. L. (1992). *O que é lazer*. (3 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- CARSON, R. (1962). *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin.
- CARVALHO, M. D. (1991). *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense.
- CAVALCANTI, Katia B. (1984). *Problemática filosófica do lazer*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho / Departamento de Filosofia.
- CAVALCANTI, Keila B. (1993). *Estado e política de turismo: o caso da Via Costeira da Cidade do Natal*. Dissertação de Mestrado em Administração. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Programa de Pós-Graduação em Administração.
- COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1987). *Nosso Futuro Comum. O Relatório Brundtland*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO (1972). CAVALCANTI, R. N. Instrumentos Econômicos e de Comando e Controle como Mecanismos de Política Ambiental. In NEPAM. *A Questão Ambiental: Seminários de Pesquisa – A experiência do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas, SP: NEPAM/Unicamp.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. (1992). *A psicologia da felicidade* (D. M. Bolonha Trad.). São Paulo: Saraiva.
- DALY, H. E. (1991). “From empty-world economics to full-world economics – Recognizing an historical turning point in economic development”. In *Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland*. Paris: Unesco.
- DE GRAZIA, S. (1966). *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos.
- DIÁRIO DE NATAL. (2000). *Limpa-fossas despejam próximo ao rio*. Natal, 13/05/2000.

- DIEGUES, A. C. S.(1994). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- D'OLIVEIRA, R. (1999). *Jundiá no seu Cinquentenário*. Natal: Editora da UFRN.
- DRUCKER, P. F. (1997). *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos*. (5 ed.). São Paulo: Pioneira.
- _____. (1999). *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira.
- DUMAZEDIER, J. (1967). *Toward a Society of Leisure*. Londres: Collier-McMillan.
- _____. (1980). *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*. São Paulo: SESC.
- ECKERSLEY, R. (1995). *Environmentalism and Political Theory – Toward an Ecocentric Approach*. (3 ed.) London: UCL Press.
- FEATHERSTONE, M. (1974). “O Curso da Vida: Corpo, Cultura e Imagens do Processo de Envelhecimento”. In DEBERT, G. G. (org) *Textos Didáticos Nº 13*, Campinas, SP: IFCH/UNICAMP.
- FERREIRA, L. C. (1995). “Conservação de Florestas e Desenvolvimento Regional: Conflitos e Negociações na Mata Atlântica,SP”. In NEPAM. *A Questão Ambiental : Seminários de Pesquisa – A experiência do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas,SP: NEPAM/Unicamp.
- _____. (1998). *O ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de emancipação*. Texto apresentado durante o XXI International Congress of Latin American Studies Association. Chicago, Illinois, September, 1998.
- FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- GIL, A. C. (1987). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, C. W. (1996). *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. (5 ed.). São Paulo: Contexto.
- GOODLAND, R. (1991). “The case that the world has reached limits – More precisely that current through put growth in the global economic can not be sustained”. In *Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland*. Paris: Unesco.
- GOODLAND, R. (1995). “The concept of environmental sustainability”. In *Annual Review of Ecological Systems*. Nº 26. p.1-24.

- GUIMARÃES, R. P. (1997). "Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas". In BECKER, B. K. e MIRANDA, M. (orgs). *A Geografia política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HAGUETE, T. M. F. (1992). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- HARAWAY, D. (1994). "Um Manifesto para os Cyborgs: Ciência, Tecnologia e Feminismo Socialista na Década de 80*". In HOLLANDA, H. B. (org). *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HARMAN, W. W. (1975). "O Futuro da Perspectiva Existencial-humanista em Educação". In, GREENING, T. C. *Psicologia Existencial-Humanista*. (E. Almeida trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F.(orgs)(1992). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas,SP: Editora da Unicamp.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2000). *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Volume 7. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2001). *Síntese de Indicadores Sociais 2000*. Número 5. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. (1992). Divisão de Minas e Geologia Aplicada do Instituto de Pesquisa do Estado de São Paulo: IPT.
- JACOBI, P. (1995). "Moradores e Meio Ambiente na Cidade de São Paulo". In NEPAM. *A Questão Ambiental: Seminários de Pesquisa – A experiência do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas,SP: NEPAM/Unicamp.
- LANFANT, M. F. (1972). *Les théories du loisir*. Paris: PUF.
- LEOPOLD, A. (1948). *A Sand County Almanac*. Oxford: Oxford University Press.
- LEPARGNEUR, H. (1994). *Consciência, corpo e mente*. Campinas, SP: Papirus.
- LOPES JÚNIOR, E. (1997). *A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)*. Tese de Doutorado. Campinas,SP: Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A (1986). *Pesquisa em educação abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

- MAGNANI, J.G.C. (1984). *Festa no Pedaço*. São Paulo: Brasiliense.
- MARCELLINO, N. C. (1983). *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Papirus.
- _____. (1987). *Lazer e educação*. Campinas, SP : Autores Associados.
- _____. (1995). “A Ação Profissional no Lazer, sua Especificidade e seu Caráter Interdisciplinar”. In, MARCELLINO, N. C. (Org). *Lazer: Formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papirus.
- _____. (1996). *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados.
- MARSH, G. P. (1864). *Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action*. New York: Scribner's.
- MASLOW, A. H. (1990) *La personalidad creadora*. Barcelona: Kairós.
- MAY, R. (1974). *Psicologia Existencial*. (E.P.Xavier trad.). Porto Alegre: Globo.
- McCORMICK, J. (1995). *The Global Environmental Moviment*.(2 ed.). Chichester-New York-Brisbane-Toronto-Singapore: John Wiley & Sons.
- MUIR, J. (1911). *My First Summer in the Sierra*. Boston: Houghton Mifflin.
- OLIVEIRA, P. S. (Org) (1998). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. (1993). *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*. Autor: George McIntyre.
- PAEHLKE, Robert C.(1989). *Environmentalism and the future of progressive politics*. New Haven and London: Yale University Press.
- PARKER, S. (1978). *A Sociologia do Lazer*.(H. T. Gomes trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- RATTNER, H. (1992). “Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável”. In HOYOS, J. L. B. (org). *Desenvolvimento Sustentável: Um Novo Caminho?* Belém: UFPA/NUMA. (Série Universidade e Meio Ambiente, n.3).
- REQUIÃO, C. (1991). *Manual do excursionista*. São Paulo: Nobel.
- REVISTA VEJA. *O impacto do apagão na vida dos brasileiros*. São Paulo: Editora Abril, ano 34, n.19, de 16 de maio de 2001.
- RICHARDSON, R. J. (1985). *Pesquisa social, métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

- RIO GRANDE DO NORTE – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Macaíba*. Promulgada em 3 de abril de 1990.
- _____ – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Parnamirim*. Promulgada em 4 de abril de 1990.
- _____ – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Natal*. Publicada no Diário Oficial de 5 de novembro de 1994.
- _____ – Procuradoria Geral do Estado. *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal/RN, 2001.
- _____ – Secretaria de Planejamento - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte*. 1997.
- _____ – Secretaria de Planejamento e Finanças - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Classificação Sócioeconômica dos Municípios do RN*. Natal, 1998.
- RODRIGUES, A. M. (1996). *A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental*. Turismo - Espaço, Paisagem, Cultura. São Paulo: Hucitec.
- RUSCHMANN, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável - a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus.
- SEABORG, E & DUDLEY, E. (1994). *Hiking and Backpacking*. Champaign: Human Kinetics.
- SELLTIZ, et all (1974). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU.
- SESI (1990). *Políticas e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer*. Brasília: Conselho Nacional do SESI.
- THOMAS, R. J. & NELSON, J. K (1990). *Research Methods in physical activity*. Champaign: Human Kinetics.
- THOMPSON, E. P. (1991). “O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial”. In TOMAZ, T. S. *Educação e Prática Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- TRIBUNA DO NORTE. (2000). *IDEMA é acusado de atrasar processo sobre o rio*. 26/04/2000.
- TURNER, B. S. (1989). *El Cuerpo Y La Sociedad – Exploraciones en Teoría Social*. México: Fondo de Cultura Económica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – Pró-Reitoria de Extensão.

Projeto Trilhas Potiguares. 1996.

VILLAÇA, N. e GÓES, F. (1998). *Em Nome do Corpo*. Rio de Janeiro: Rocco.

VIRILIO, P. (1998). “Os motores da história – entrevista com Paul Virilio”. In ARAÚJO, H. R. (org). *Tecnociência e Cultura – Ensaios sobre o Tempo Presente*. São Paulo: Estação Liberdade.

WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. (1995). *Carta Internacional de Educação para o Lazer*. Brasília: SESI-DN.

WORSTER, D. (1992). *Nature's economy: a history of ecological ideas*. Nova York: Cambridge.

VI - Bibliografia Complementar

ALMEIDA JÚNIOR, A. R. (1998). “A Idéia de Corpo: Suas Relações com a Natureza e os Assunto Humanos”. In CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento Sustentável e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco.

ANDRADE, R. B. (1999). *Manual de Eventos*. Caxias do Sul: EDUCS.

ARAÚJO, H. R. (org.) (1998). *Tecnociência e Cultura – ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER (1993). *Carta internacional de educação para o lazer*. Brasília: SESI-DN (1995).

BECKER, H. S. (1994) *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.

BENI, M. C. (1998). *Análise Estrutural do Turismo*. (2 ed.). São Paulo: SENAC.

BISSOLI, M. A. M. A. (1999). *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura.

BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (1998), DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *A Lei da Natureza – Lei de Crimes Ambientais*. Brasília: IBAMA.

BRUHNS, H. T. (Org) (1997). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

CHIZZOTTI, A. (1995) *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. (2 ed.) São Paulo: Cortez.

- CONNER, D. L. (1995). *Gerenciando na Velocidade da Mudança*. Rio de Janeiro: Infobook.
- COSTA, A. T. (1992). *Administração de Entidades Sem Fins Lucrativos*. São Paulo: Nobel.
- DUMAZEDIER, J. (1973). *Lazer e cultura popular* (M. L. S. Machado trad.). São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- FRANCO, M. A. R. (2000). *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume: FAPESP.
- FRANÇA, J. F. (1998). *Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas*. (4 ed.). Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FRICK, W. B. (1975). *Psicologia humanista: entrevistas com Maslow, Murphy e Rogers*. (E. D'Almeida trad.). Rio de Janeiro: Zahar (trabalho original publicado em 1971).
- GONÇALVES, D. R. A. (1990). "Educação ambiental e o ensino básico". *Anais do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Florianópolis.
- GONZÁLEZ, A. M. (1988). *Psicologia humanística animación sociocultural y problemas sociales*. Madrid: Editorial Popular.
- HOLANDA, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. (26 ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- IGNARRA, L. R. (1999). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira.
- IUCN. (1984). *Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo: CESP, 11, 1v.
- KRIPPENDORF, J. (2000). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- LEIS, H. R. (1999). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC.
- LEMONS, A. I. G. (Org) (1999). *Turismo-Impactos Socioambientais*. (2 ed.). São Paulo: Hucitec.
- LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (Ed.) (1999). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. (2 ed). São Paulo: SENAC.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- MARTINS, H. (1996). *Hegel, Texas-e outros. Ensaios de Teoria Social*. Lisboa: Edições Século XXI.

- _____. “Risco, incerteza e escatologia – reflexões sobre o experimentum mundi tecnológico em curso”. In *Episteme: Revista de Epistemologia e História das Ciências e das Técnicas da Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa: Editorial Vega. Ano I.
- MASLOW, A. H. (1968). *Introdução a psicologia do ser*. (2 ed.). (A. Cabral trad.). Rio de Janeiro: Eldorado (trabalho original publicado em 1968)
- MAUSS, M. (1979). *Marcel Mauss: antropologia*. (Coletânea R. C. Oliveira org.). São Paulo: Ática.
- MAY, R. (1973). *O homem à procura de si mesmo*. (4 ed.). (A. B. Weissenberg trad.). Petrópolis: Vozes (trabalho original publicado em 1953).
- MORAIS, J. F. R. (1992). “Consciência corporal e dimensionamento do futuro”. In GEBARA, A. [et all] MOREIRA, W.W. (orgs.) *Educação Física e Esportes* (p. 79-81). Campinas, SP: Papyrus.
- MOREIRA, W. W. (Ed.) (1992). *Educação física & esportes – perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papyrus.
- NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (1997). *Ambiente e Sociedade*. Ano 1 nº1. Campinas, SP: Nepam/ Unicamp.
- NUSSENZVEIG, H. M. (Org.) (1999). *Complexidade e Caos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/COPEA.
- PADILHA, V. (2000). *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Alínea.
- PINE, B. J. (1999). *Espectáculo dos negócios*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- RODRIGUES, A. B. (org.) (1999). *Turismo e Ambiente – Reflexões e Propostas*. (2 ed.). São Paulo: Hucitec.
- SAMPAIO, C. A. C. (2000). *Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável*. Itajaí: Ed. Univali.
- SANTIN, S. (1987). *Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Ijuí-RS: Liv. Inijuí.
- SANTOS, L. G. (1998). “Tecnologia, natureza e a ‘redescoberta’ do Brasil”. In ARAÚJO, H. R.(org). *Tecnociência e Cultura – Ensaio sobre o Tempo Presente*. São Paulo: Estação Liberdade.
- SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (2 ed.). Rio de Janeiro: Record.

- SERÁFICO, J. (1996). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicados à Administração*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.
- SERRANO, C. M. T. & BRUNS, H. T. (1997). *Viagens a natureza - turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papyrus.
- SPARKES, A. C. (Ed.) (1992). *Research in physical education and sport: exploring alternatives visions*. London. Washington, DC: The Falmer Press.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo Sustentável - Conceitos e Impacto Ambiental*. (2 ed.) Vol. 1. São Paulo: Aleph.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo Sustentável - Setor Público e Cenários Geográficos*. Vol. 3. São Paulo: Aleph.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo Sustentável - Gestão e Marketing*. Vol. 4. São Paulo: Aleph.
- VIRILIO, P. (1996). *Velocidade e Política*. (C. M. Paciornik trad.) São Paulo: Estação Liberdade.

VII - Catálogo da Pesquisa Documental

- 01- RIO GRANDE DO NORTE. DIÁRIO OFICIAL Nº 1.44_. *Referente às Leis nº 3.573 e Lei nº 3.574 de 16 de novembro de 1967.* Natal, 18 de novembro de 1967.
- 02- RIO GRANDE DO NORTE. *Decreto nº 5.932 de dezembro de 1972.*
- 03- RIO GRANDE DO NORTE. DIÁRIO OFICIAL Nº _. *Referente ao Decreto nº 5.932 e Lei nº 4.109 de 6 de dezembro de 1972.* Natal, 9 de dezembro de 1972.
- 04- RIO GRANDE DO NORTE. CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS – NATAL/RN. *Escritura Pública de Doação – Jundiá. 24/09/1973.*
- 05- RIO GRANDE DO NORTE – Fundação Instituto de Desenvolvimento IDEC – Convênio SUDENE/SEPLAN. *Diagnóstico Estrutural do Rio Grande do Norte.* Coletânea de Mapas – Volume VIII, 1975.
- 06- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria de Planejamento e Finanças - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Plano de Manejo - Parque Estadual das Dunas de Natal.* Natal, dezembro de 1981.
- 07- RIO GRANDE DO NORTE – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Macaíba.* Promulgada em 3 de abril de 1990.
- 08- RIO GRANDE DO NORTE – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Parnamirim.* Promulgada em 4 de abril de 1990.
- 09- RIO GRANDE DO NORTE – Assembléia Municipal Constituinte. *Lei Orgânica Municipal de Natal.* Publicada no Diário Oficial de 5 de novembro de 1994.
- 10- RIO GRANDE DO NORTE – Procuradoria Geral do Estado. *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.* Natal/RN, 2001.
- 11- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria de Planejamento e Finanças - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Projeto de Implantação do Parque das Dunas – Área de Uso Público.* Natal, dezembro de 1993.
- 12- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria de Recursos Hídricos e Projetos Especiais- Coordenadoria de Gestão de Recursos Hídricos. *Caracterização das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte.* Natal, dezembro de 1995.

- 13- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria de Planejamento - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte*. 1997.
- 14- RIO GRANDE DO NORTE – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Parque das Dunas – Patrimônio da Humanidade*. Natal, 1997.
- 15- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria de Planejamento e Finanças - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Classificação Sócioeconômica dos Municípios do RN*. Natal, 1998.
- 16- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria Estadual de Turismo. *Você Sabia?* Natal, novembro de 1998.
- 17- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria Estadual de Turismo. *Indicadores Básicos de Turismo 1991-1996*. Natal, maio de 1999.
- 18- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria Estadual de Turismo. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico*. Natal, 1999.
- 19- RIO GRANDE DO NORTE – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Instruções técnicas para apresentação de documentos para licença prévia*. Natal, 1999.
- 20- RIO GRANDE DO NORTE – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. *Roteiro básico para a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA*. Natal, 1999.
- 21- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ – ACDJ-MACAÍBA/RN. *Ata de Fundação e Eleição da Diretoria e Estatuto da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Jundiáí*. Macaíba, 29 de maio de 1996.
- 22- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. ETA. *Arquitetura-Levantamento Planimétrico. Local – Colégio Agrícola de Jundiáí*. Planta de Locação. Escala 1/7500. Outubro de 1998.
- 23- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. COLÉGIO AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ. *Breve Histórico do Colégio Agrícola de Jundiáí*. Curso Técnico em Processamento de Dados, 1999.
- 24- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Catálogo de Extensão da UFRN*, 1999.

- 25- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – Pró-Reitoria de Extensão. *Relatório Anual de Atividades*. 1999.
- 26- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Início da elaboração em 20 de abril de 1994.
- 27- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – *Manual de Ecoturismo*. Instituto Brasileiro de Turismo, 1994.
- 28- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPÉENNES. *Manual de Ecoturismo*. Instituto Brasileiro de Turismo, maio de 1994.
- 29- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO . *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo III Versão*. Instituto Brasileiro de Turismo, 1997.
- 30- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO . *Anuário Estatístico 1997*. Volume 24. Instituto Brasileiro de Turismo, 1997.
- 31- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – *Programa Nacional de Municipalização do Turismo: Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo PNMT no período de novembro de 1995 a outubro de 1997*. Instituto Brasileiro de Turismo, 1998.
- 32- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – *Procedimentos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Instituto Brasileiro de Turismo, novembro de 1998.
- 33- BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO – *Deliberação Normativa n° 408*. Instituto Brasileiro de Turismo, 3 de agosto de 1999.
- 34- BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO – *Política Nacional de Turismo – Diretrizes e Programas 1996 - 1999*. Instituto Brasileiro de Turismo, 1999.
- 35- BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/SESU. *Plano Nacional de Extensão 1999 – 2001*.

- 36- BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/SESU. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Parecer nº 16/99, aprovado em 5/10/1999.
- 37- BRASIL – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2000). *Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira – Infra-Estrutura e Integração Regional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Consórcio Sodontécnica / Crescente Fértil.
- 38- EPTV. *Desafio 2000 – Os Desafios do Turismo no Sul de Minas: Pré- Diagnóstico*. Outubro de 1998.
- 39- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*. Autor: George McIntyre, 1993.
- 40- PREFEITURA DO NATAL. *Portaria nº 007 de 7/04/1997. Regulamenta as ações do Programa Tributo à Criança*.
- 41- PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA – *Fórum de Turismo e Meio Ambiente Sorocaba 98 – Descobrimo o Turismo e o Meio Ambiente como Fator de Desenvolvimento Sustentável*. 1998.
- 42- SESC Pantanal – Estância Ecológica. Editores Gráficos Buriti, dezembro de 1997.
- 43- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – *Educating Serious Leisure: A Position Paper of the Comission on Education, WRLA*. 1998.
- 44- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION. *International Position Statement on Leisure Education and Populations of Special Needs*. Jerusalem, Israel September 1998.
- 45- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION. *International Position Statement on Leisure Education and Community Development*. Jerusalem, Israel September 1998.
- 46- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION. *International Position Statement on Leisure Education and Youth at Risk*. Monterrey, México. October 1998.

Jornais

- 47- CORREIO BRASILIENSE. *Brasil tem Orlando caipira*. Brasília, 12/12/1999.
- 48- DIÁRIO DE NATAL. *Plano traça metas para atrair turistas*. 28/09/1998.

- 49- DIÁRIO DE NATAL. *Beneficiamento muda pesca em Acari*. 28/09/1998.
- 50- DIÁRIO DE NATAL. *Dunas, patrimônio em perigo*. 19/10/1998.
- 51- DIÁRIO DE NATAL. *Litoral Norte, paraíso à vista*. 19/10/1998.
- 52- DIÁRIO DE NATAL. *Estudo alerta para a desertificação*. 11/12/1998.
- 53- DIÁRIO DE NATAL. *Projeto muda nome do Pico do Cabugi*. 26/04/2000.
- 54- DIÁRIO DE NATAL. *Declarada guerra aos caçadores de arribaçãs*. 04/05/2000.
- 55- DIÁRIO DE NATAL. *Ibama tenta coibir comércio de aves nativas*. 04/05/2000.
- 56- DIÁRIO DE NATAL. *Limpa-fossas despejam próximo ao rio*. 13/05/2000.
- 57- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria Estadual de Turismo. *Jornal do Turismo*. Ano III n° 14, agosto de 1999.
- 58- RIO GRANDE DO NORTE – Secretaria Estadual de Turismo. *Jornal do Turismo*. Ano III n° 16, outubro de 1999.
- 59- TRIBUNA DO NORTE. *Consultora da Unesco ministra curso em Natal*. 21/09/1998.
- 60- TRIBUNA DO NORTE. *Iate Clube recebe veleiros da regata Noronha/Natal*. 26/09/1998.
- 61- TRIBUNA DO NORTE. *Viaduto da Urbana gera dívidas entre motoristas*. 01/10/1998.
- 62- TRIBUNA DO NORTE. *Dromedários são nova atração de passeios em Jenipabu*. 06/10/1998.
- 63- TRIBUNA DO NORTE. *Guia Corrente será mais uma atração para Natal*. 11/11/1998.
- 64- TRIBUNA DO NORTE. *Órgãos do meio-ambiente sabem da poluição*. 15/12/1998.
- 65- TRIBUNA DO NORTE. *Presidente da Embratur elogia Natal*. 15/12/1998.
- 66- TRIBUNA DO NORTE. *IDEMA é acusado de atrasar processo sobre o rio*. 26/04/2000.
- 67- TRIBUNA DO NORTE. *Inquérito civil vai avaliar podaço de árvores*. 26/04/2000.
- 68- TRIBUNA DO NORTE. *Termina defeso da lagosta mas a oferta é pequena*. 03/05/2000.
- 69- TRIBUNA DO NORTE. *Violência impera nas praias e assusta moradores*. 07/05/2000.

Revistas

- 70- ECOS – REVISTA QUADRIMESTRAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. *América Latina unida por um ambiente melhor*. n° 15 Ano 6, julho de 1999. ISSN 0104-5261.
- 71- INFORME PUBLICITÁRIO – Abril de 2000. SP.

- 72- INTERNATIONAL COMMITTEE ON THE SOCIOLOGY OF LEISURE. *Leisure Issues*. Vol. 2, n° 1, March 1999.
- 73- NATIONAL RECREATION AND PARK ASSOCIATION – *America's Public Parks – A Centennial Celebration*. 1998.
- 74- REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. A partir do vol. 19 n° 2 de janeiro de 1998. ISSN 0101-3289.
- 75- REVISTA RN ECONÔMICO. Ano 30 Edição n° 571. Natal, 19/01/2000.
- 76- REVISTA RN ECONÔMICO. Ano 30 Edição n° 573. Natal, 16/02/2000.
- 77- REVISTA TERRA – VIAGEM, NATUREZA, ECOLOGIA. Ano 8 n° 2. Fevereiro de 1999.
- 78- REVISTA VEJA. *O Éden submerso*. 24/02/1999.
- 79- REVISTAS VEJA. Ano 30 n° 51, Ano 32 n° 2 de 19/5/1999, Ano 32 n° 22 de 2/06/1999 e Revista do dia 5/04/2000.
- 80- REVISTA VIAGEM – TURISMO. Ano 5 n° 3. Março de 1999.
- 81- REVISTA X SPORTS. Ano 1. Setembro de 1998.
- 82- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Revista Humanidades n° 38. *Desenvolvimento Sustentável*. Vol. 10 n° 4. Editora Universidade de Brasília, 1994.
- 83- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – Vol. 40. n° 3. 1998. ISSN 0441-9057.
- 84- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – Vol. 40. n° 4. 1998. ISSN 0441-9057.
- 85- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – Vol. 41. n° 1. 1999. ISSN 0441-9057.
- 86- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – Vol. 41. n° 2. 1999. ISSN 0441-9057.
- 87- WORLD LEISURE & RECREATION ASSOCIATION – Vol. 41. n° 4. 1999. ISSN 0441-9057.

Anexos

Anexo 1

Roteiro das entrevistas e questionário

Roteiro de Entrevista para o Magnífico Reitor

- As universidades federais passam por problemas sérios em relação às finanças, isso dificulta a manutenção de seu quadro de professores, funcionários e, claro, da área física. Nesse sentido, visto as dificuldades que o Colégio Agrícola de Jundiá enfrenta, é interesse da UFRN desenvolver programas alternativos nessa área, como um programa de lazer e turismo pautado em parâmetros de sustentabilidade que revitalize a área e lhe dê condições melhores de manutenção?
- Quais os entraves legais que o Sr. vê para a implantação de um programa como esse?
- A universidade está aberta para possíveis parcerias com entidades privadas que viriam a investir nesse programa?
- Que apoio a universidade daria a um programa como esse?

Roteiro para entrevista com Pró-Reitor de Extensão

- A Pró-Reitoria de Extensão, a qual está ligado o Colégio Agrícola de Jundiaí, propôs, em 1998, um projeto exploratório junto aos alunos do curso de turismo para identificar a potencialidade da área do Colégio para o desenvolvimento de programas de turismo. Como anda esse projeto? Houve alguma evolução?
- É interesse dessa Pró-Reitoria apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento da área através de atividades de lazer e turismo?
- Como o Sr. vê a possibilidade da comunidade local participar da administração ou de trabalhar no projeto?
- Já existe alguma forma de parceria em funcionamento na área?

Roteiro de entrevista para o Diretor do Colégio Agrícola

- O Sr participa da diretoria e administração do Colégio há quantos anos?
- O Sr vê como positiva a revitalização da área através de atividades de lazer e turismo?
- O Sr conhece algum estudo da potencialidade da área nesse aspecto?
- Como o Sr percebe a participação da comunidade local num projeto como esse, tanto no nível administrativo como no de mão-de-obra específica?
- Há possibilidades de capacitação de mão de obra local no tocante a questões ambientais de preservação e sustentabilidade?

Questionário para usuários

1- Dados de Identificação

1.1- Idade: _____

1.2- Sexo: _____

1.3- Instrução: () 1º grau () 2º grau () 3º grau () Pós-Graduação

1.4- Formação Profissional: _____

1.5- Cargo e função que exerce: _____

1.6- Renda familiar: _____

2- Tempo e forma de uso da área do Colégio Agrícola

2.1- Há quanto tempo frequenta a área do Colégio? _____

2.2- Como se utiliza da área do Colégio? _____

2.3- Quais os principais atrativos que o fazem utilizar a área do Colégio? _____

3- Interesse por programas de lazer sistemáticos na área.

3.1- Acha interessante que se desenvolva atividades de lazer sistematizadas na área? ____

3.2- Teria interesse de poder usufruir desse programa? De que forma?

3.3- Teria interesse em ajudar a administrar o programa? Que experiência administrativa possui? _____

3.4- Sugestões de atividades de lazer na área. _____

Anexo 2

Entrevistas

Entrevista com Magnífico Reitor da UFRN – Prof. Ótom Anselmo de Oliveira

Cheng: Bom dia, professor Ótom Anselmo de Oliveira, Magnífico Reitor da UFRN. Estou iniciando uma entrevista para o trabalho que se intitula *Manejando o Lazer em Áreas de Potencial Ecoturístico: O Caso do Colégio Agrícola de Jundiáí*. Professor, nós sabemos que hoje as universidades federais enfrentam problemas em relação às finanças, à manutenção do quadro de funcionários e professores e, também, à sua área física. Estive em visita ao CAJ e percebi que lá a área poderia ser melhor utilizada. Conversando com alguns alunos, soube que há dificuldades de manutenção da área, principalmente no tocante à rações para animais – visto que é um colégio de aplicação, que tem curso de técnicas agropecuárias. Eu gostaria de saber o interesse da universidade em revitalizar aquela área, se teria interesse de revitalizá-la através de outros programas, como de lazer e turismo, que estariam em harmonia com os novos parâmetros de sustentabilidade.

Reitor: Olha, eu considero uma idéia bastante interessante. Em primeiro lugar, porque nós estaríamos utilizando a área de uma forma mais ampla – a nossa fazenda de Jundiáí. E, depois, porque estaríamos também possibilitando o maior contato da sociedade com um órgão da universidade, além do que, com um projeto dessa natureza, poderíamos integrar mais a fazenda de Jundiáí a atividades de vários cursos da universidade, como o curso de Turismo, de Ciências Biológicas, de Educação Física, de Geografia, enfim, com um projeto dessa natureza, acredito que poderíamos levar muitos estudantes a desenvolver projetos naquela área e, conseqüentemente, dinamizar mais a fazenda de Jundiáí, que é um objetivo que nós temos para os próximos anos: integrar a fazenda, de fato, à vida da universidade de forma mais intensa.

Cheng: Professor, um programa dessa natureza teria, também, como objetivo arrecadar alguns recursos financeiros até para a própria manutenção da área e o incentivo de novos projetos. O Sr. vê algum entrave legal que inviabilize a implantação de um projeto dessa natureza?

Reitor: Não, a legislação estabelece determinados limites, não dá simplesmente para a universidade escolher uma empresa e dizer “vai ser tal que vai trabalhar”. Mas,

havendo a decisão política, por parte da universidade, de desenvolver um projeto dessa natureza, encontra-se os caminhos legais. Claro que a gente tem que fazer isso através de uma licitação, de uma forma bastante clara, sem conceder privilégios a grupos privados para se instalarem dentro da universidade. Isso, aliás, já vem sendo feito em outras atividades dentro da universidade: bancos, correios, cantinas. Então existe a possibilidade de implantar um projeto como esse.

Cheng: Professor, o senhor está falando que já existem formas de se trabalhar com empresas privadas. As parcerias que se dão hoje, na universidade, estão sendo realmente positivas para o desenvolvimento de projetos?

Reitor: São, bastante. Nós estamos, agora mesmo, iniciando um conjunto de 10 projetos desenvolvidos por professores e pesquisadores da universidade com técnicos da Petrobrás. É dentro de um programa da Agência Nacional do Petróleo, coordenado pela FINESP, onde os nossos pesquisadores desenvolvem trabalhos na área do petróleo, os mais diversos objetivos aí relacionados com o petróleo. Então, é uma experiência que, sem dúvida, é positiva para a universidade.

Cheng: Agora, sobre o CAJ, percebi em conversa com alguns moradores e professores, que há um certo vício de administração naquela área e, talvez, esse vício tenha levado o colégio a estar em dificuldades hoje. Qual seria a sua opinião sobre a situação atual do colégio?

Reitor: Olha, o colégio sempre funcionou como uma instituição pública na verdadeira concepção da palavra. O colégio nunca teve o objetivo de ser uma empresa e, na minha forma de ver, também deve continuar sem essa missão de querer ser uma empresa. Deve ser um colégio para formação de profissionais, aí integrando outras áreas que não sejam apenas aquelas que são ministradas lá. E, nos últimos tempos, apesar dos pesares, apesar da perda de pessoal, do orçamento ser pequeno, ele tem evoluído, tem melhorado. Agora, é claro, não significa dizer que esteja funcionando otimamente, tem muitas deficiências, muitas carências e a gente tem que buscar alternativas para superar isso. Então, podemos dizer que os problemas, que tem hoje no CAJ, são problemas comuns que praticamente as instituições públicas brasileiras vêm sofrendo nos últimos tempos, principalmente nessas duas carências que eu falei:

de pessoal, que estão se aposentando em grande quantidade, e de recursos financeiros para tocar seus projetos de forma conveniente.

Cheng: Professor, qual seria o apoio que a universidade daria a um projeto como esse?

Reitor: Bom, nós podemos... é, eu não sei exatamente a dimensão das suas necessidades para um projeto... para o desenvolvimento do seu trabalho, mas... quais seriam suas necessidades, mas, acredito que poderíamos dar apoio logístico lá dentro do colégio mesmo para o desenvolvimento do seu trabalho; alojamento... Bom, isso a gente poderia analisar, com a direção do colégio, o que poderia ser feito a partir da proposta que você venha apresentar.

Cheng: Professor, na sua concepção, quais seriam as dificuldades para a implantação de um projeto como esse? O projeto visa uma ação multidisciplinar, no qual entrariam pessoas de várias áreas que viriam ajudar e enriquecer muito, não só o pessoal da Educação Ambiental, mas que viesse auxiliar o pessoal da geografia, da geologia, da botânica...

Reitor: Certamente, para desenvolver um projeto dessa natureza, nós teríamos, que agir de forma multidisciplinar, especialmente na efetivação do projeto, na realização do projeto posteriormente, e isso careceria de infra-estrutura. Então, isso aí, nós só conseguiremos fazer se tivermos a parceria de outros órgãos que não seja simplesmente a universidade. Isso aí seria o principal problema: termos os investimentos para adequar os ambientes que venham a ser identificados como pontos de melhor potencial para as atividades físicas... Então, seria conseguirmos investimentos para adequar ao colégio a possibilidade de receber visitantes e também possibilitar que os próprios estudantes desenvolvessem seus projetos ali dentro.

Cheng: Professor, o senhor teria alguma opinião a dar, algum conselho para que se desenvolva esse projeto em harmonia com os objetivos da própria universidade?

Reitor: Bom, aí seria apresentar o projeto à universidade de modo que nós pudéssemos analisá-lo e, se for o caso, sugerir modificações, de forma que se possa desenvolver seu trabalho em sintonia com a política que a universidade pretende implementar ou está implementando para o CAJ. Eu acho que, feito dessa forma, nós só teremos a

ganhar, tanto a universidade quanto a qualidade do seu trabalho e os possíveis resultados que poderiam se ter aí, na efetivação daquilo que venha a ser proposto.

Cheng: Dentro da universidade, onde devo procurar esta legislação para eu poder já encaminhar um projeto compatível com a legislação da universidade?

Reitor: Tem a Pró-Reitoria de Administração e Assuntos Estudantis, que cuida de toda a parte administrativa da universidade.

Cheng: Professor Ótom Anselmo, eu gostaria de agradecer a sua atenção e colaboração para esta pesquisa e me colocar à disposição para algum esclarecimento e até ajudar em algum projeto em que possa dar a minha contribuição.

Reitor: É um prazer saber que estudantes da universidade estão retornando para contribuir em seu desenvolvimento através de trabalhos e estudos mais avançados. Estamos aqui sempre abertos para colaborações dessa natureza. Sempre estive durante as refeições de graus dos estudantes e é importantíssimo o retorno deles à universidade, seja para desenvolver estudos de pós-graduação aqui ou, até mesmo, para trocar idéias trazendo experiências vividas fora para seus colegas e professores. Você que está fazendo isso aí naquela forma que nós preconizamos e achamos mesmo muito interessante para a universidade.

Cheng: Obrigado professor.

Entrevista com Pró-Reitor de Extensão – Prof. José Willington Germano

Cheng: Bom dia, prof. José Willington, Pró-Reitor de Extensão da UFRN. Procuo, nessa entrevista, perceber o interesse que a Pró-Reitoria de Extensão tem em apoiar novos projetos no CAJ (Colégio Agrícola de Jundiá). O Colégio tem uma área interessante, inclusive com mata atlântica, e que, possivelmente, tem um bom potencial para desenvolvimento de projetos na área de ecoturismo. Gostaria, então, de ver sua visão, enquanto Pró-Reitor, para ajudar no desenvolvimento de projetos de turismo no CAJ.

Pró-Reitor: Eu diria que a Pró-Reitoria tem todo o interesse em desenvolver projetos de extensão e projetos nessa área de turismo, sobretudo no chamado turismo ecológico, porque é uma contribuição da universidade à manutenção do meio ambiente e, também, uma forma de integrar natureza e cultura, homem e natureza. Há, por parte da UFRN, um enorme esforço nesse sentido, de desenvolver programas, que estamos chamando aqui de qualificação social dos estudantes. É isso, justamente, a interação dos estudantes no seu meio social e natural, e uma forma da universidade não ficar apenas nos seus muros, mas extrapolar os muros... Uma das formas importantes de apreciação é ser feito, justamente, essa possibilidade de desenvolver projetos de cultura, de lazer e de turismo em áreas como o CAJ, onde há, de fato, um enorme potencial. Se for falar do ponto de vista mais amplo, é uma forma da instituição contribuir para que haja uma outra forma de turismo, que não o turismo predatório, meramente mercantil, que visa apenas o lucro, não é? Mas um turismo que visa a integração do homem, a manutenção do equilíbrio social, um papel educativo na preservação do meio ambiente. Então, eu diria que há, por parte da Pró-Reitoria, todo o interesse. Há alguns projetos nossos aqui, inclusive trabalhos na área de turismo. É evidente que r viabilizar um projeto nessa área seria uma realização de grande envergadura.

Cheng: Prof. José Wilington, vendo o interesse da Pró-Reitoria de Extensão, eu perguntaria como está a situação financeira da UFRN para dar apoio nesse sentido, se teria realmente verbas ou teria que fazer um estudo detalhado...

Pró-Reitor: Olha, Chao, você sabe que de fato, a situação financeira da universidade pública é difícil, há uma escassez de verbas, mas não podemos fazer um discurso apenas da falta de verbas e de recursos. Nós temos que buscar formas de intervir, de agir, unindo os esforços da universidade com o de outros parceiros. Por exemplo, nós temos projetos em parceria com o SESC, com a CEF. Projetos culturais de grande monta, por exemplo, como o teatro na rua, cinema na rua, e fazemos isso com determinadas instituições. Temos trabalho em parceria com o INCRA, como, por exemplo, o programa PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e o desenvolvimento social com o MST... E, certamente, para um projeto dessa natureza (referindo-se ao *Manejando o Lazer em Áreas de Potencial Ecoturístico: O Caso do Colégio Agrícola de Jundiá RN*), nós temos que buscar parcerias dentro da universidade e fora dela. Nós temos que unir recursos da Pró-Reitoria de Extensão com outros departamentos, a vontade de professores e alunos, o CAJ e determinados parceiros que nós podemos identificar, buscar na sociedade civil, nas instituições públicas e privadas. Então, nós não podemos fazer esse discurso apenas, que não existe recursos, é necessário buscá-los... Eu tenho impressão, viu Chao, que os próprios recursos humanos da universidade, professores e alunos, isso, por si só, poderão ser mobilizados no sentido de iniciar um projeto. Você sabe, você que participou das Trilhas Potiguares, sabe muito bem disso, são projetos que atuam na área de turismo. Há outros projetos na área de turismo aqui, como, por exemplo, o turismo nas escolas. E são em parcerias com empresas de turismo. Então, há possibilidades de estabelecer parcerias no sentido de delinear projetos na área de turismo, e não só projetos que eu diria de turismo estrito ao lazer, mas um projeto de educação, que envolve uma nova concepção de educação. O conhecimento que nós temos é fragmentado – O homem só como natureza ou só como cultura, enquanto o homem é natureza e cultura. Um projeto como esse pode muito bem viabilizar algo nesse sentido. E, a respeito de parcerias, eu quero dizer que nós temos aqui projetos que atingem milhares de pessoas. O projeto como o UNI Natal, que trabalha na área de saúde, entre a reitoria da UFRN e a Fundação Kellog, que é uma fundação americana, em parceria com a

Secretaria de Saúde do Estado e Municipais. Então, eu diria que um projeto, bem formulado nessa área, encontraria parcerias e, certamente, o seu ponto de vista educativo é importante para a universidade, para a cidade de Macaíba e para o Rio Grande do Norte. E, sem sombra de dúvidas, um projeto de relevância social que gostaríamos de apoiar.

Cheng: Quando se faz essas parcerias, quem é o gestor?

Pró-Reitor: É a universidade. Quando há recursos externos, há diferentes formas de gerir. Uma delas é ter uma conta geral da universidade na qual o controle é feito ou, então, através de uma fundação, que a universidade mantém, através da qual esses recursos são geridos.

Cheng: No caso aqui da UFRN, qual seria essa fundação?

Pró-Reitor: A FUNPEC (Fundação de Amparo a Pesquisa e a Cultura). Os recursos externos que entram na universidade, por exemplo, temos um convênio com o INCRA que somam aos recursos da universidade. Quem faz a gestão desses recursos é a FUNPEC. Mas pode existir convênios que nós não queremos que seja gerido por uma fundação, mas pela universidade diretamente – é possível também através da Pró-Reitoria de Administração.

Cheng: Por exemplo, um projeto de turismo que venha a ser viabilizado e “entre aspas” dê um certo lucro, isso é visto com bons olhos pela universidade? Pergunto isto, pois há três anos participei de um projeto, no qual se utilizava a área da UFRN para obter dinheiro acima do valor necessário à manutenção, utilizado para incentivar novos projetos. Só que isso foi barrado, não sei se, por uma lei ou algum outro entrave, pois não se podia cobrar nada para utilizar a área pública da universidade.

Pró-Reitor: Olha só, nós vamos entrar numa discussão muito delicada que envolve administração de recursos, uma área de prestação de serviços. A universidade é uma instituição pública, então, antes de tudo, o mais relevante é que ela invista na área de ensino, da pesquisa, da extensão, pois o serviço é gratuito. Agora, existem áreas em que é possível a prestação de serviços ser remunerada, ser cobrada. Mas isso só é possível na medida em que esse valor seja revertido para a própria instituição. Existe, na UFRN, resoluções que normatizam esse

processo que você falou. Determinados serviços e assessorias que a universidade presta a empresas na área de engenharia, de direito, e outras, utilizam a capacidade instalada e os recursos de trabalho da universidade. Então, esta prestação de serviços é paga como forma de ressarcir a universidade em determinadas atividades prestadas por ela, não é... estas atividades costumam ser ressarcidas. Então, eu diria que um projeto como esse, da área de turismo, poderia ser feito sob a forma de prestação de serviços e, a partir daí, serem remunerados. Mas, acima de tudo, está o CAJ como instituição. É uma instituição não prestativa que visa o interesse dos alunos.

Cheng: Professor, levando em consideração que o seu horário é corrido, o senhor tem mais algum comentário, alguma sugestão a tecer sobre o projeto nessa área de turismo? Alguma idéia nova para o CAJ?

Pró-Reitor: Eu estou vendo aqui sua idéia, sua proposta. Eu acho muito criativo, uma coisa passível de ser feita, possível de ser feita. E eu acho que, realmente, hoje é uma área importante e, na realidade, ele teria todo esse potencial, como você delineou aqui, no que diz respeito à questão do lazer como cidadania. Além dessa dimensão, todos esses aspectos que eu mencionei, um projeto numa dimensão educacional muito grande. É um projeto que não separa o homem, que não fragmenta o homem. Porque, você sabe, que o paradigma científico do século XIX para cá sobretudo, é isso o que eu falei há pouco tempo, ele divide o homem em mil pedaços. Numa parte das ciências, ele vê o homem apenas como natureza, noutra parte, ele vê o homem apenas como cultura.

Cheng: É o cartesianismo.

Pró-Reitor: É, exatamente, o cartesianismo. O homem é natureza e cultura, o homem é um todo complexo. Por outro lado, há uma enorme destruição do meio ambiente em função dos usos predatórios do próprio capitalismo. Há uma degradação do meio ambiente em função do desenvolvimento de um capitalismo sem freio, predatório, que visa apenas o lucro e assim por diante, mas nesse meio ambiente, está o homem. Um projeto dessa natureza, ele se enquadra em uma perspectiva de resistir – não é? Então ele educa, ele é cultura e qualifica socialmente estudantes, professores e comunidade. Ele busca bem estar. Então, eu diria que...

eu concordo com seus dizeres aqui e essa é a nossa perspectiva. Gostaria até de lhe dar a Política Universitária, talvez lhe ajude, que é uma forma que a universidade é, como nós estamos pensando a universidade, certo? Pode ser que, com isso aí, você vai poder notar que o que está propondo se identifica com o que a gente está pensando. E exigiria realizar um trabalho de articulação para mobilizar professores e alunos e desenvolver um projeto de relevância social, cultural, acadêmica.

Cheng: Professor, uma última pergunta mais específica sobre o CAJ. Qual seria a opinião do Sr. Pelo fato do Colégio ter uma área enorme, com potencial não só para o turismo, mas para aplicação planejada para ensinar os alunos a desenvolver técnicas agrícolas. Porque hoje ele se encontra nessa situação de “abandono”?

Pró-Reitor: Olha, Chao, talvez eu não soubesse responder à altura essa pergunta. Só se recorrendo ao processo histórico para ver o desenvolvimento da universidade – as diferentes administrações que passaram por aqui. Como essas administrações encararam o colégio. Isso você pode dizer de outras áreas: O que foi o Museu Câmara Cascudo no passado? O que é hoje? O Museu Câmara Cascudo, no passado, foi uma área de referência, mas, ao longo do tempo, ele foi perdendo espaço, foi sendo relegado no seu quadro funcional... E nós temos hoje um museu com dificuldades. Atualmente, há uma política de reestruturação do museu dentro da universidade. Eu penso que o museu vai ser colocado no seu devido lugar. Eu acho que, da mesma forma, ocorreu com o CAJ. As administrações talvez não privilegiaram, não investiram no colégio. Essa devastação de árvores também decorre de uma visão que é predominante, que é uma visão hegemônica, e certamente atingiu os setores do colégio. A idéia de preservação ambiental hoje é forte, mas, até pouco tempo, não se pensava tanto assim, não. Só se pensava no útil, no utilitário. Essa visão utilitarista certamente pode ter levado à destruição de algumas áreas do colégio. Mas isso são impressões. Por que o colégio foi relegado, tem-se que se buscar na história, tem gente que sabe melhor: o diretor, os professores. Tem-se que recorrer à documentação. Até, se for o caso, se recorrer à material de imprensa, vídeo, aí você poderia ter esse quadro. Mas, imagino que decorreu disso aí, né?. Ao longo

do tempo as instituições estão em alta, outras decaem, e isso tem haver com o conteúdo histórico, com a visão dos administradores e assim por diante. O quadro do corpo coletivo do colégio teria que demandar também atenção a essa situação... Então, tudo isso faz parte. Eu já estive no colégio após ter assumido a PROEX. Eu estive lá no colégio, fui fazer uma visita e, realmente, me impressionei, porque, pelo espaço, pela arquitetura, tem um espaço construído muito interessante. E, na minha visão, pude notar que estava um pouco distante da universidade. A universidade deveria estar mais presente – na hora alguns professores exigiram isto.

Cheng: Professor, eu gostaria de agradecer a sua colaboração em relação a essa pesquisa e me colocar à disposição para qualquer enriquecimento que precisar na área, como estudante, como ex-aluno da UFRN. Coloco-me à disposição para ajudar em projetos não só no CAJ, mas qualquer projeto de desenvolvimento da universidade, que foi uma casa que me acolheu bem.

Pró-Reitor: Eu também gostaria de agradecer a você, Chao, e, certamente, vamos precisar da sua participação aqui na PROEX. Espero que, quando você concluir seu mestrado, ou mesmo antes, possa entrar em contato conosco para ver a possibilidade de você se integrar nos nossos projetos. Quem sabe articulando o projeto na área que você está desenvolvendo. Então, quero lhe agradecer também.

Entrevista com Diretor do Colégio Agrícola de Jundiá – Prof. Júlio César de Andrade Neto

Cheng: Bom dia, professor Júlio César de Andrade Neto, diretor do Colégio Agrícola de Jundiá (CAJ), que hoje nos dá apoio no projeto *Manejando o Lazer em Áreas de Potencial Ecoturístico: O Caso do Colégio Agrícola de Jundiá/RN*. Começamos perguntando ao professor há quanto tempo participa da direção do colégio.

Diretor: Bom dia, Chao. A primeira vez que eu assumi a direção do CAJ foi em 1982, uma época muito boa, eu tinha 26 para 27 anos. Passei um período de quatro anos – de 82 ao início de 86. Dez anos após, retornei à vice direção da escola, juntamente com o professor João Inácio e, em 96, fui novamente investido no cargo de diretor. Fui reeleito e vou ficar até 2002. E, então em 2002, eu espero fechar esse período, são dez anos de administração e administrar cansa muito, principalmente uma escola do porte do nosso, com internato. Alunos internos dão muito trabalho, mas... Então, nós temos ainda até julho de 2002, quando termina esse período.

Cheng: O senhor falou que tem alunos internos. Normalmente, ficam quantos internos aqui?

Diretor: O internato da escola hoje vem numa crescente, embora algumas pessoas achem que isso é contraditório, quando o internato é muito caro. Mas a gente tem uma peculiaridade, que é o fato de ser a única escola agrícola do estado que realmente está funcionando, dentro de suas dificuldades, mas que está funcionando relativamente bem. Nós temos uma escola como irmã de Ceará-Mirim que, a última informação que eu tive, hoje, não tem mais de dez alunos. Então, a procura é muito grande pela escola, pelos nossos cursos: são quatro cursos, nós temos técnico agrícola com habilitação em agropecuária, em zootecnia e agricultura. E o curso de técnicas em informática, que iniciamos o ano passado, esse ano estará ingressando sua 2ª turma no ano 2000. Juntando o internato com o semi-internato, fica em torno de 300 alunos e, no internato especificamente, 200 alunos. São 160 nos alojamentos masculinos e 40 nos femininos. E nós temos a responsabilidade também de ter, aqui no internato, meninas, nós temos 40 alunas internas.

Cheng: E o total geral de alunos do colégio?

Diretor: O total geral de alunos no colégio, ensino médio, ensino fundamental e cursos técnicos, temos 840 a 850 alunos. Eu não estou lhe dizendo o número exato porque coincidentemente nós estamos fechando esse levantamento agora, após o período de matrícula.

Cheng: Em que turnos funcionam os cursos?

Diretor: De manhã e à tarde. À noite, aula de reposição, algum seminário, palestras. Os professores de Educação Física vem pra cá para tentar minimizar a problemática do internato com jogos. Também tem as professoras que incentivam o teatro, grupos de teatro, grupos de dança, mais a parte de lazer.

Cheng: O senhor falou da dificuldade do colégio em manter os cursos. Percebemos o número razoável de alunos. Quais as principais dificuldades para administrar isso?

Diretor: A principal dificuldade é exatamente os recursos para investimento. O colégio está inserido na universidade, passa pelas mesmas dificuldades da universidade. Embora o orçamento do colégio seja separado do orçamento da universidade, isso foi uma conquista nossa também, tem o mesmo problema, que é: não ter dinheiro para investimento, para construção, aquisição de material permanente, equipamentos... Então, quanto a isso a gente fica um pouco defasado, talvez estou sendo até modesto... otimista demais, dizendo um pouco, mas a gente fica defasado em relação à tecnologia e você sabe que a tecnologia de hoje, daqui a três meses, ela está totalmente diferente. Então a gente tem uma dificuldade muito grande em acompanhar esta evolução.

Cheng: Eu achei uma coisa interessante, que o senhor falou, foi que o orçamento do colégio está separado do orçamento da universidade, ele vem de recursos federais?

Diretor: Vem do MEC, isso foi uma conquista não só de Jundiaí, mas de 30 escolas do Brasil, que estão vinculadas à universidades. Todas essas escolas estavam numa decadência muito grande. As escolas estavam praticamente de portas fechadas e as universidades... Realmente, com o orçamento que as universidades tem, elas não tem a mínima condição de manter uma escola com o ensino agrícola. Até porque, há um norteamento de que o papel da universidade é mais 3º grau que o 2º grau. Isso dificulta e como. Hoje há uma discussão muito grande em cima do orçamento. Você imagine Jundiaí concorrendo numa discussão, com o curso de engenharia civil, de

medicina e outros cursos de 3º grau. Então, o que foi feito, os diretores das escolas vinculadas, um grupo de professores, formaram um conselho, saímos à procura de outras instituições. Até então, não sabíamos nem quantas escolas de ensino tecnológico eram vinculadas às universidades, hoje nós temos tudo isso, sabe-se que são 30. Sempre estamos nos reunindo e a conquista maior foi conseguir destacar, dentro do MEC, o orçamento dos colégios. A universidade hoje, do orçamento da universidade, ela paga os professores e os funcionários. E toda a manutenção do colégio, ela é feita através desse orçamento próprio nosso e, além disso, a gente procura também projetos extra orçamento, como cursos básicos através do CINE. Nós colocamos o pé lá dentro do CINE, no ano passado, foi o primeiro projeto aprovado. E projetos para a SIENTEC – Secretaria de Ensino Médio Tecnológico do MEC, também a gente já conseguiu, com dificuldades, muita disputa nesses projetos. Mas a gente procura recursos, também, através de projetos para o Ministério de Desportos, a gente está mandando. Enfim, procurando trabalhar em parcerias com a EMPARN, Secretaria de Agricultura, nós temos postos de beneficiamento de sementes aqui em parceria com a EMPARN, que está aqui há quatro anos. No serviço público, hoje, a palavra chave é parceria, e realmente tem que ser.

Cheng: Percebemos que a área do CAJ é bastante extensa, se não me engano mais de 1000 hectares.

Diretor: São 1262 (mil duzentos e sessenta e dois) hectares.

Cheng: O senhor vê, com bons olhos, essa área tendo mais atividades, além dos cursos, por exemplo, atividades na área de turismo e lazer?

Diretor: Claro. Inclusive era projeto nosso, infelizmente ainda não conseguimos viabilizar, a instalação, aqui no colégio, de uma piscicultura, um pesque-pague. O departamento de turismo da universidade tinha um grupo de alunos concluintes, que eu acredito esteja já em fase final de elaboração. Eles fizeram um levantamento do potencial turístico aqui do colégio. E eu acredito, como uma fonte de renda, de entrada de recursos para a escola bem razoável.

Cheng: O senhor teve acesso a esse projeto que os alunos do turismo desenvolveram?

Diretor: Não, eu não tive acesso, só através de conversas, bate papo com o pessoal, a gente procurando dar apoio aqui na vinda deles e tal... Eles estavam bem entusiasmados

com... inclusive dizendo do grande potencial nosso aqui na escola, em transformar isso aqui num centro de visitação. Mas em documento não, eu não tive acesso.

Cheng: Nós sabemos que há moradores, na área do colégio, que já fazem parte da história... Como funciona esse relacionamento entre moradores e colégio?

Diretor: Olha, historicamente essas pessoas, famílias, são mais antigas do que a própria escola. Então, a gente até usa o nome de “posseiros”. Então, na verdade, existem, dentro dessa área, desses 1262 hectares, mais de 25 famílias que moram dentro da fazenda. E teria que haver uma conscientização, para a equipe que fosse implantar um projeto desse, para conscientizar essas pessoas da sua importância. E não somente essas pessoas, mas também os funcionários que residem na fazenda Jundiá.

Cheng: Eles não ocasionam nenhum problema para o colégio, para a administração?

Diretor: Não, não. Não existe problema nenhum. Eu acredito, até pela tradição, que foi passando de pai para filho, de avô para bisavô. O colégio tem 50 anos, nós temos pessoas aqui com 70, 80 anos, e isso vem passando de geração para geração. Inclusive, há alguns anos, eu me recordo da universidade ter indenizado algumas pessoas, algumas famílias. Mas não teve condições, na época, de indenizar a todos. Ficaram essas pessoas aqui. Na verdade, muitos dos funcionários nossos ou são netos ou são filhos dessas pessoas. Tem um laço de família forte.

Cheng: Então, esses moradores, o Sr. acha que teriam interesse de trabalhar num projeto como esse?

Diretor: Claro, claro. Principalmente hoje, com a problemática do desemprego. Trazendo uma fonte de riqueza a mais e viabilizando emprego, e dentro de casa! É a mesma coisa de “está caindo do céu”.

Cheng: O colégio teria condições de capacitar esse pessoal no tocante a questões ambientais, de preservação e também nos conceitos de sustentabilidade?

Diretor: Sim. Tem uma colega nossa que, por sinal, está até saindo para o mestrado agora, professora Márcia. Ela tem especialização nessa área de meio ambiente, é bastante interessada nesse assunto. Não somente ela, mas alguns colegas aqui do colégio, agrônomos. E parcerias, a gente deve ter relacionamento com esse pessoal da Petrobrás, que dão esses treinamentos na questão de meio ambiente, e alguns outros

assuntos que precisar, de uma formação mais abalizada, a gente traria aqui para dentro deste... que atendesse a realidade aqui da escola.

Cheng: Professor, o senhor falou em parcerias. Fazendo-se uma parceria para enriquecer esse projeto, para a manutenção, de repente houvesse o melhoramento de algumas áreas e, conseqüentemente, um retorno do investimento que foi feito. Esses rendimentos, o senhor acha que fica mais fácil ser gerido pelo colégio ou por uma fundação como a FUNPEC?

Diretor: Eu acho que seria mais fácil ser gerido pela FUNPEC. Primeiro, a gente não teria como o colégio gerir. Para você ter uma idéia, aqui nós não temos uma comissão de licitação, nós não temos departamento de compras, nós não temos nada disso aí. Apenas nós administramos os recursos da escola, mas toda a estrutura operacional, ela é da universidade. Enfim, todo esse sistema é operacionalizado pela universidade e, no caso específico de um projeto desse, obviamente nós faríamos convênio com a FUNPEC sem problema algum.

Cheng: Eu percebi, fazendo um levantamento de fauna e flora junto ao professor Adalberto Varela, o trânsito de caminhões na área. E, conversando com eles, nos disseram que estavam retirando pedra e areia. Isso é algum convênio do colégio?

Diretor: Não, isso, historicamente, a escola, desde que fundaram Jundiáí, era uma área de pedreiras, como tem em Serrinha e em outras regiões. E é uma maneira de, inclusive, a gente estar calçando toda a escola. Se você tiver a oportunidade de se deslocar até o estábulo, você vai ver uma quantidade de pedras que nós estamos juntando para calçar o estábulo. Inclusive, o pessoal do próprio IBAMA acha que a retirada da pedra não traz prejuízo para a flora e a fauna e essa questão de areia, não. De areia, nós só retiramos quando há necessidade da universidade ou da prefeitura de Macaíba, inclusive de troca de favores. Para você ter uma idéia, o colégio, há 20 anos, tinha 80 funcionários e, hoje, nós temos 30. E a prefeitura, ela está ajudando Jundiáí com a vinda de uma seção de 10 funcionários e isso é a tal história: “uma mão lava a outra”, certo? Mas com uma ressalva. A partir do momento em que uma equipe abalizada fizer um estudo e se achar, contrariamente à opinião de 10, 15, 20 anos, não me recordo bem, quando foi dito que não haveria problema na retirada dessas pedras, e chegar à conclusão que existe, de imediato se suspende, isso aí é

ponto passivo. Hoje, a gente está tirando, o pessoal no sistema de parceria, eles retiram, pagam o percentual do colégio em pedra e, com isso, nós já calçamos o colégio quase todo, até o açude, na suíno cultura, aqui por dentro.

Cheng: Nessa área tem três açudes...

Diretor: Três, açude de grande porte, nós temos um que não é muito grande, mas ele tem um potencial bem razoável porque é mantido por olheiros.

Cheng: Então ele é perene?

Diretor: Praticamente perene. Nunca chegou a secar, mesmo na seca de 83, 84 e 85, que foi um período muito violento em termos de seca, ele não secou. E a gente utiliza muita água de lá, inclusive com irrigação. Nós temos outro, um açude de porte bem menor, numa área paralela a esse açude maior. E temos um açude na mata, na área de preservação nossa. Nós temos uma área de uns 300 hectares que foi construído um açude, mas esse secou, inclusive, está praticamente seco agora nesse período.

Cheng: Então os moradores da região, e mesmo os que não moram dentro do CAJ, têm acesso à esses açudes?

Diretor: Olha, esse açude maior é fechado, só tem acesso com autorização nossa. Principalmente nos finais de semana. Nossos alunos não, nossos alunos e professores de Educação Física vão, aproveitam. Mas, final de semana, só há a utilização com autorização do colégio. Nós temos uma deficiência muito grande no que diz respeito à vigilância, e todos os vigias, vigilantes nossos, se aposentaram e nós ficamos numa situação muito difícil. Mas, a cerca de uns três meses para cá, a universidade está nos ajudando, inclusive, diariamente, está vindo um carro da segurança da universidade e, nos fins de semana, vem se reforçando essa vigilância, também uma parceria com a polícia, com o Comando de Macaíba. Diariamente, eles mandam um homem, dois homens, aqui para nos ajudar e têm facilitado o controle efetivo no açude principal, que é aonde existe um atrativo maior. Porque, se você abrir mão, isso aqui vai virar a praia de Macaíba.

Cheng: O senhor teria alguma sugestão para esse projeto, para o melhor andamento dele?

Diretor: Chao, eu acho que um projeto desse, com a ambição que você tem, ambição “entre aspas”, com grande interesse que você tem, de colocar isso em frente, eu acho que um ponto que você devia ver é o entendimento com o pessoal do departamento de

turismo. No que depender da escola, nós estamos aqui, de braços abertos, tenho certeza que os colegas, professores, inclusive alunos nossos, podem lhe ajudar. Você, depois, dá um entendimento maior aos professores, à turma, nós temos alunos aqui que gostam da matéria e, repito, no que depender da direção da escola, nós temos todo o interesse.

Cheng: Professor Júlio César, agradeço a sua colaboração e me coloco à disposição no que for preciso e estiver ao meu alcance.

Anexo 3

Tabulação dos Questionários

Tabulação dos questionários aplicados no CAJ

1- Caracterização dos entrevistados

1.1- Distribuição dos entrevistados por faixa etária

Faixa etária	Número de entrevistados	Percentual (%)
14 - 17	12	38,7
18 - 25	12	38,7
26 - 35	1	3,2
36 - 50	6	19,4
Total	31	100

1.2- Distribuição dos entrevistados por sexo

Sexo	Número de entrevistados	Percentual (%)
Masculino	19	61,3
Feminino	12	38,7
Total	31	100

1.3- Distribuição dos entrevistados por grau de instrução

Grau de instrução	Número de entrevistados	Percentual (%)
Analfabeto	1	3,2
1º grau	4	12,9
2º grau	26	83,9
Total	31	100

1.4- Distribuição dos entrevistados por formação profissional

Formação Profissional	Número de entrevistados	Percentual (%)
Ajudante de hortas	1	3,2
Carpinteiro	1	3,2
Técnico Agrícola: Agropecuária	16	51,6
Técnico Agrícola: Zootecnia	7	22,6
Operação de máquinas têxteis	1	3,2
Magistério	2	6,5
Panificação	1	3,2
Segurança	1	3,2
Supervisor de tecelagem	1	3,2
Total	31	100

1.5- Distribuição dos entrevistados por cargo e função que exerce

Cargo e/ou função	Número de entrevistados	Percentual (%)
Acessora administrativa	1	3,2
Carpinteiro	1	3,2
Digitador	1	3,2
Elaboração de projetos agrícolas	1	3,2
Operadora de máquinas têxteis	1	3,2
Estudante	17	54,8
Membro da cooperativa de produção agrícola	1	3,2
Padeiro	1	3,2
Pasteleiro/Salgadeiro	1	3,2
Professor	2	6,5
Secretaria	1	3,2
Soldado	1	3,2

Serviços gerais	2	6,5
Total	31	100

1.6- Distribuição dos entrevistados por renda familiar

Renda familiar (salário mínimo)	Número de entrevistados	Percentual (%)
1 a 4	16	51,6
5 a 10	12	38,7
Não tem idéia	3	9,7
Total	31	100

2- Tempo e forma de uso da área do colégio agrícola

2.1- Distribuição dos entrevistados segundo o tempo que frequenta o CAJ

Tempo	Número de entrevistados	Percentual (%)
Últimos 30 dias	3	9,7
Últimos 12 meses	3	9,7
Mais de 1 ano: 2	10	32,3
3 anos	6	19,4
4 anos	1	3,2
6 anos	1	3,2
10 anos	1	3,2
12 anos	1	3,2
13 anos	1	3,2
20 anos	1	3,2
21 anos	1	3,2
46 anos	1	3,2
49 anos	1	3,2
Total	31	100

2.2- Distribuição dos entrevistados segundo a forma de utilização da área

Forma de utilização	Número de entrevistados	Percentual (%)
Estágios(agroindústria)	1	3,2
Pesquisa agropecuária	1	3,2
Geografia	1	3,2
Plantações	5	16,1
Criações	3	9,7
Moradia	8	25,8
Trabalho	6	19,4
Estudo	19	61,3
Lazer ^o	25	80,6
Total	31*	100*

* No caso, foram tabuladas todas as formas de utilização da área, onde alguns entrevistados se utilizavam de diversas formas.

^o Lazer: banho de açude, churrasquinho, caminhadas nas trilhas, esporte.

2.3- Distribuição dos entrevistados segundo os principais atrativos do CAJ

Atrativos	Número de entrevistados	Percentual (%)
Qualidade do ensino	3	9,7
Setor zootécnico	6	19,4
Horticultura	5	16,1
Piscina	2	6,5
Ginásio	2	6,5
Esportes em geral	3	9,7
Aulas práticas	3	9,7
Açudes	18	58,1
Mata atlântica	13	41,9
Várzea	1	3,2

Olheiro(nascente)	1	3,2
Baobá	4	12,9
Cachoeira(cheia)	3	9,7
Acampamento	1	3,2
Caça esportiva	1	3,2
Pesca	1	3,2
Casarão antigo	5	16,1
Arquitetura dos prédios	6	19,4
Emprego	3	9,7
Tranquilidade do local	1	3,2
Bom para morar	2	6,5
Total	31*	100*

* No caso, foram tabulados todos os atrativos da área, onde alguns entrevistados citaram mais de um atrativo.

3- Interesse por programas de lazer sistemáticos na área

3.1- Distribuição dos entrevistados segundo o interesse em se desenvolver atividades de lazer de forma sistemática na área do CAJ

Interesse em atividades de lazer sistematizadas	Número de entrevistados	Percentual (%)
Neutro	1	3,2
Sim.	30	96,8
Porque? Aproveitar o tempo	2	6,5
Promover educação ambiental	2	6,5
Tirar o stress do dia-a-dia	9	29
Precisa de organização	4	12,9

Maior participação dos estudantes	1	3,2
Melhorar os esportes	6	19,4
O colégio ficaria melhor e se desenvolveria mais	3	9,7
Poderia organizar a pesca	1	3,2
Organizar acampamentos	3	9,7
Evitar que os jovens se envolvam com drogas	1	3,2
Total	31	100

3.2- Distribuição dos entrevistados segundo o interesse em usufruir do programa

Interesse	Número de entrevistados	Percentual (%)
Não	2	6,5
Porque? Não gosta de lazer	1	3,2
Mora longe	1	3,2
Sim	29	93,6
Como? Somente usuário	26	83,9
Contribuir na conscientização ecológica	1	3,2
Vivenciar as qualidades do CAJ	1	3,2
Total	31	100

3.3- Distribuição dos entrevistados segundo o interesse ajudar na administração do programa

Interesse	Número de entrevistados	Percentual (%)
Não	7	22,6
Sim	24	77,4
Experiência anterior	13	41,9

em administração : não		
Sim: Elaboração de projetos agropecuários	1	3,2
Presidente do Conselho de Proteção ao Trabalhador de Parelhas/RN	1	3,2
Organização de trilhas e competições esportivas	2	6,5
Administração de obras	1	3,2
Presidente do grêmio estudantil	1	3,2
Integrante da cooperativa agrícola	1	3,2
Secretariado	1	3,2
Vice-Presidente da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Jundiá	1	3,2
Total	31	100

3.4- Distribuição dos entrevistados segundo sugestões de atividades de lazer para a área

Sugestões de atividades	Número de entrevistados	Percentual (%)
Esportes em geral	17	54,8
Trilhas em mata	15	48,4
Acampamento	7	22,6
Pesca	4	12,9
Piscina maior	4	12,9

Passeios à pequenas indústrias da região	1	3,2
Pracinha para reunir alunos	1	3,2
Gincanas ecológicas	4	12,9
Turismo rural	4	12,9
Caça	2	6,5
Passeio de bicicleta e cavalo	1	3,2
Clube de dança e teatro	5	16,1
Academia moderna	1	3,2
Filmes	2	6,5
Campo de futebol aberto à comunidade	1	3,2
Natação no açude	3	9,7
Lazer para 3ª idade e crianças	1	3,2
Pista de vaquejada	2	6,5
Descoberta de talentos no desenho e canto	2	6,5
Passeios de lancha	2	6,5
Pique-nique	1	3,2
Hípismo	1	3,2
Não tem sugestões	2	6,5
Total	31	100

Anexo 4

Levantamento de Flora e Fauna do CAJ

Flora do Colégio Agrícola de Jundiá, Macaíba / RN

A vegetação é misturada, com elementos de floresta semi-caducifolia, característica da caatinga hipoxerófila que já se avizinha da região costeira, bem como de representantes da mata atlântica e do tabuleiro. Apesar de ser predominantemente arbóreo-arbustiva, há trechos com denso arvoredo, trechos equivalentes a um “campo sujo” com árvores e arvoretas esparsas e trechos com densa cobertura de gramíneas. A área já está, em grande parte, degradada, pela ação antrópica predatória, como o consumo de madeira para carvoaria. Os resquícios de mata vêm sofrendo não só por essa razão, mas também pelo uso de uma agricultura ainda baseada na limpeza pelo fogo.

As entrevistas, em números de onze, revelaram os nomes populares de 57 espécies de plantas, listadas abaixo, com as suas respectivas famílias e os seus (prováveis) nomes científicos. Na maior parte deles, há uma certa segurança porque foram confrontados com espécies do agreste subúmido e do Parque das Dunas. Um * indica nomes dúbios. Faltam alguns, em decorrência da precariedade dos nomes vulgares e sua correspondência nas listagens taxonômicas:

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Ameixa-do-mato	<u>Ximenia americana</u>	Olacaceae
Angico	<u>Anadenanthera macrocarpa</u>	Mimosaceae
Aroeira	<u>Astronium urundeuva</u>	Anacardiaceae
Araçá-do-mato	<u>Psidium araca</u>	Myrtaceae
Bom-nome	<u>Maytenus rigida</u>	Celastraceae
Cajarana	<u>Simaba ferruginea</u>	Simarubaceae
	<u>Spondias lutea</u> *	Anacardiaceae *
Cajueiro	<u>Anacardium occidentale</u>	Anacardiaceae
Cambuim	<u>Myrciaria tenella</u>	Myrtaceae
	<u>Eugenia crenata</u>	Myrtaceae
Caraua	<u>Tabebuia caraiba</u> *	Bignoniaceae *
Carnaubeira	<u>Copernicia cerifera</u>	Palmae
Cardeiro	<u>Cereus jamacaru</u>	Cactaceae

Catanduva	<u>Piptadenia obliqua</u>	Mimosaceae
	<u>Piptadenia moniliformes</u>	Mimomaceae
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Catingueira	<u>Caesalpinia pyramidalis</u>	Caesalpinaceae
Catolé	<u>Siagrus comosa</u>	Palmae
Espinheiro	<u>Acacia piauhyensis</u>	Mimosaceae
Gameleira	<u>Ficus catappaefolia</u>	Moraceae
Barriguda	<u>Cavanillesia arborea</u>	Bombacaceae
Genipapo	<u>Genipa americana</u>	Rubiaceae
Guabiraba	<u>Hexaclamys itatiaiae</u>	Myrtaceae
	<u>Campomanesia dichotoma</u>	Myrtaceae
Imburana	<u>Bursera leptophloeos</u>	Burseraceae
Ingazeira	<u>Pithecolobium filamentosum</u>	Mimosaceae
	<u>Sclerobium densiflorum</u>	Mimosaceae
Ipecacuanha (pepaconha)	<u>Hybanthus poaya</u>	Violaceae
Jatobá	<u>Hymenaea courbaril</u>	Caesalpinaceae
	<u>Hymenaea martiana</u>	Caesalpinaceae
Juazeiro	<u>Zizyphus joazeiro</u>	Rhamnaceae
Jurema-branca	<u>Pithecolobium dumosum</u>	Mimosaceae
Jurema-preta	<u>Mimosa cf. acustitipula</u>	Mimosaceae
Mangabeira	<u>Hancornia speciosa</u>	Apocynaceae
Marmeleiro	<u>Croton hemiargyreus</u>	Euphorbiaceae
Massaranduba	<u>Manilkara salzmanii</u>	Sapotaceae
Mororó	<u>Bauhinia forficata</u>	Fabaceae
	<u>Bauhinia cheilantha</u>	Fabaceae
Murici	<u>Byrsonima gardneriana</u>	Malpighiaceae
	<u>Byrsonima crassiflora</u>	Malpighiaceae
Oitica	<u>Licania rigida</u>	Chrysobalanaceae
Pau-candeia	<u>Alseis pickelii</u>	Rubiaceae
Pau-darco-amarelo	<u>Tabebuia chrysotricha</u>	Bignoniaceae
Pau-darco-roxo	<u>Tabebuia impetiginosa</u>	Bignoniaceae

	<u>Tabebuia avellaneda</u>	Bignoniaceae
Pau-mulato	<u>Myrcia multiflora</u>	Myrtaceae
Pau-ferro, jucá	<u>Caesalpinia ferrea</u>	Caesalpinaceae
Pereiro	<u>Aspidosperma pyriforme</u>	Apocynaceae
Peroba	<u>Paratecoma peroba</u>	Bignoniaceae
	<u>Tabebuia roseo-alba</u>	Bignoniaceae
Pitanga	<u>Eugenia uniflora</u>	Myrtaceae
Pitombeira	<u>Talisia esculenta</u>	Sapindaceae
Sapucaia-de-pilão	<u>Lecythis</u> sp.	Lecythidaceae
Sabiá	<u>Mimosa caesalpiniaefolia</u>	Mimosaceae
Sucupira	<u>Bowdichia virgilioides</u>	Fabaceae
Ubaia	<u>Eugenia uvalia</u>	Myrtaceae
	<u>Eugenia speciosa</u>	Myrtaceae
Urtiga-branca	<u>Jatropha urens</u>	Euphorbiaceae
Vassourinha	<u>Scoparia dulcis</u>	Scrophulariaceae

Obs:

1. Há uma tendência moderna de se usar *Arecaceae* em vez de *Palmae* para as palmeiras;
2. *Fabaceae* = *Papilionaceae*
3. *Jatropha urens* = *Cnidoscolus urens* (ambos são aceitos)
4. A presença de plantas como o cardeiro, a imburana, o pereiro, a jurema-preta e o espinheiro, típicas da caatinga, já é o indicativo de floresta semi-caducifólia, a principal feição do agreste subúmido, com isoietas pouco ultrapassando os 1.000 mm anuais de precipitações pluviométricas .

ENTOMOFAUNA

Os meses de fevereiro e março, na região, são usualmente de poucas chuvas, daí os resultados das três coletas realizadas com armadilhas luminosa BL . Um dos açudes estava com o limite extremo de água. Assim mesmo, os resultados foram os seguintes:

Ordem Orthoptera (grilos, gafanhotos, esperanças): Famílias Tridactylidae, Tettigoniidae, Gryllotalpidae, Gryllidae

Ordem Blattodea (baratas): Famílias Blattellidae, Blattidae

Ordem Mantodea (louva-deuses): Famílias Mantoididae, Hymenopodidae

Ordem Homoptera: Famílias Cicadidae, Cicadellidae, Lophophidae

Ordem Heteroptera = Hemiptera : Famílias Cydnidae, Reduviidae, Pentatomidae, Notonectidae, Coreidae

Ordem Neuroptera: Famílias Ascalaphidae, Mymeleontidae (Formigas-Leões)

Ordem Diptera (moscas, mosquitos e mutucas): Famílias Asilidae, Tabanidae, Tachinidae, Muscidae, Tephritidae

Ordem Coleoptera (besouros): Famílias Elateridae, Cerambycidae, Tenebrionidae, Scarabaeidae, Phengodidae, Chrysomelidae, Scolytidae, Curculionidae, Carabidae, Staphylinidae, Dytiscidae, Hydrophilidae

Ordem Hymenoptera (abelhas, vespas, formigas, marimbondos): Famílias Formicidae (Ecitoninae (Eciton sp.), Formicinae e Ponerinae (formas aladas)

Apidae (Meliponinae do gênero Trigona), Andrenidae, Vespidae (Polistinae do gênero Apoica), Ichneumonidae.

Obs.: Os Coleoptera da Família Scarabaeidae (rola-bostas ou escaravelhos) foram os mais numerosos, indicando uma quantidade grande de material vegetal e animal (esterco de gado) em decomposição. A segunda família mais numerosa foi a dos Vespidae, especialmente do gênero Apoica (Apoica pallens), chamados de “marimbondo-chapéu”, por conta do formato de seus ninhos, sendo muito agressivos. A diversidade de insetos deve ser muito grande pois os alunos do Colégio Agrícola fazem caixa-insetárias com praticamente todas as famílias de insetos conhecidas de áreas abertas e fechadas do Brasil, com exclusão daquelas que ocorrem a ambientes restritos como grandes rios.

BIODIVERSIDADE DE VERTEBRADOS TERRESTRES DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ, MACAÍBA / RN

Os dados sobre a fauna de vertebrados fornecidos pelos 11 entrevistados foram os seguintes:

1. Anfíbios

Família Bufonidae: o sapo-cururu, Bufo sp.

Família Leptodactylidae, que compreende as jias, especialmente do gênero Leptodactylus, com duas espécies, Leptodactylus pentadactylus e L. ocellatus, também chamadas de rã-pimenta, por conta de um ligeiro ardor produzido por suas peles, quando manuseadas. São usadas como alimento em todo o estado.

Família Hylidae – apesar de serem chamadas de “rãs”, os exemplares desta família não têm nada a haver com a família Ranidae, que não tem representantes conhecidos no Rio Grande do Norte. Os Hylidae, também chamados de “caçotes” e “pererecas” possuem dedos com baquetas adesivas, ocorrem em locais úmidos, na vegetação e dentro das casas, mormente nos banheiros, e saltam facilmente a grandes distâncias se comparadas ao seu tamanho. Tomam várias cores, verde, amarela, cinzenta ou claro marchetado de listas de cores variadas.

2. Lepidossauros

2.1. Ordem Squamata, Subordem Sauria ou Lacertilia (Lagartos)

- a) Família Teiidae: Teju-assu, Tupinambis merrianae; o bico-doce, Ameiva ameiva; o calanguinho, Cnemidophorus ocellifer
- b) Família Iguanidade: o iguana ou camaleão, Iguana iguana
- c) Família Tropiduridae: lagartixa-comum, Tropidurus torquatus; a lagartixa-das-pedras, Tropidurus semitaeniatus
- d) Família Polychrotidae: o calango-cego, Polychrus acutirostris
- e) Família Gekkonidae: a víbora ou osga, Gymnodactylus geckoides

Mais raramente, a osga-da-casca-das-árvores, que também ocorre em mourões de cerca, Hemidactylus agrius, que também pode ocorrer em montões de lenha.

2.2. Ordem Squamata, Subordem Amphisbaenia (cobras-de-duas-cabeças)

Não se sabe evidentemente qual espécie da família Amphisbaenidae e do gênero Amphisbaena deva ocorrer na área do Colégio Agrícola de Jundiá. Talvez, Amphisbaena alba, que é mais comumente encontrada e a maior delas. Pode ser também a Amphisbaena heathi, tendo em vista que Macaíba já bordeja áreas de semi-árido.

2.3. Ordem Squamata, Subordem Serpentes

Foram citadas duas Boidae: a jibóia ou cobra-de-veado, Boa constrictor; e a salamanta ou saramanta, Epicrates cenchria, que é tida, em todo o estado, como peçonhenta, o que é impossível, tendo em vista que ela não possui aparelho inoculador de peçonha. Ela mata suas presas por constrição.

Como serpentes peçonhentas mesmo, foram mencionadas: a cascavel, Crotalus durissus cascavella, e a jararaca, Bothrops erythromelas, ambas pertencentes à família Viperidae. A menção das corais deixa dúvidas, se a falsa ou a verdadeira. Ambas existem por todo o estado. Se for a coral-verdadeira, poderá ser a Micrurus ibiboboca e a Micrurus lemniscatus cavalhoi, ambas da família Elapidae. Se for falsa-coral, poderá ser especialmente Oxyrhopus trigeminus, que é a mais comum. Há uma falsa-coral toda vermelha, com a cabeça-preta e a uma mancha branca no focinho, Apostolepis cearensis. Tanto uma como a outra são serpentes pertencentes à família Colubridae.

São todas colubridae as demais citadas pelos entrevistados:

- Corre-campo ou taboleiro, Philodryas nattereri
- Papa-ovo, Drymarchon corais
- Caninana, Splotes pullatus
- Goipeba, jararaca-malha-de-cascavel, Waglerophis merremii
- Surucucu: pode ser a Clelia occipitolutea, como também Pseudoboa nigra. São ambas chamadas de “cobras-pretas”.
- Cobra-verde: Philodryas olfersii e Philodryas viridissimus
- Cobra-de-cipó ou cobra-cipó, Oxybelis aeneus (“bicuda”), Leptophis ahaetulla e Chironius carinatus

Surucucu-traira, jericóá, cobra-de-leite (possivelmente um albino de uma das “cobras-pretas”) não tiveram correspondentes nomes científicos. Talvez a surucucu-traira seja a Liophis miliaris, encontradas em todo o Brasil e que vive em áreas próximas à coleções d’água.

3. Ornitofauna

Ordem 1. Tinamiformes

Família Tinamidae

- Nambu-pé-roxo, Crypturellus tataupa
- Nambu-pé-vermelho, Crypturellus parvirostris
- Nambu-pé-amarelo, Nothura maculosa

Ordem 2. Ciconiiformes

Família 2.1. Ardeidae

- Garça-branca-grande, Casmerodius albus
- Garça-branca-pequena, Egretta thula
- Garça-azul ou cinzenta, Egretta caerulea (muito rara)
- Garça-boeira ou garça-vaqueira, Bubulcus ibis
- Socó-boi, Tigrisoma lineatum
- Socozinho, Butorides striatus

Família 2.2. Cathartidae

- Urubu-rei, Sarcorhamphus papa (referência duvidosa; mencionado como raro)
- Urubu-de-cabeça-preta, Coragyps atratus
- Urubu-de-cabeça-vermelha, Cathartes aura

Ordem 3. Anseriformes

Família Anatidae

- Marreca-irerê, Dendrocygna viduata
- Marreca-toucinho, Anas bahamensis
- Paturi, tururu, Oxyura dominica
- Pato-do-mato, Cairina moschata
- Putrião, Sarkidiornis melanotos

Ordem 4. Falconiformes

Família 4.1. Accipitridae

- Gavião-vermelho ou gavião-caboclo, Buteogallus meridionalis
- Gavião-ripina ou pega-pinto, Rupornis magnirostris
- Gavião-peneira, Elanus leucurus
- Gavião-azul ou pernilongo, Geranospiza caerulescens

Família 4.2. Falconidae

- Carcará, Polyborus plancus
- Gaviãozinho, cauré, Falco sparverius

Ordem 5. Galliformes

Família Cracidae

- Aracuã, Ortalis sp.
- Jacu, Penelope sp.

Ordem 6. Gruiformes

Família 6.1. Aramidae

- Carão, Aramus guarauna

Família 6.2. Rallidae

- Siricóia, sericóia, Aramides cajanea
- Galinha-d'água-azul, Porphyryla martinica

Ordem 7. Columbiformes

Família columbidae

- Rolinha-branca, Comlubina picui
- Rolinha-cinzenta, Columbina passerina
- Fogo-apagou, cascavelinha, Scardafella squamata
- Juriti, Leptotila verreauxi
- Asa-branca, Columba picazuro
- Rolinha-cabocla, Columbina talpacoti
- Rolinha-azul, rolinha vermelha, Claravis pretiosa

Ordem 8. Psittaciformes

Família Psittacidae

- Papagaio-verdadeiro, Amazona aestiva (menção duvidosa, talvez porque criado em cativeiro)
- Tapacu ou tuim, Forpus xanthopterygius
- Periquito-grande, Aratinga solstitialis (possivelmente)

Ordem 9. Cuculiformes

Família Cuculidae

- Anum-branco, Guira guira
- Anum-preto, Crotophaga ani
- Papa-lagartas, Coccyzus melacoryphus
- Saci, sem-fim, peitica, Tapera naevia

Embora não mencionado, deve existir o alma-de-gato, Piaya cayana

Ordem 10. Strigiformes

Família 10.1. Tytonidae

- Rasga-mortalha, Tyto alba

Família 10.2. Strigidae

- Corujinha, caboré, Otus choliba; Glaucidium brasilianum

Ordem 11. Caprimulgiformes

Família 11.1. Nyctibiidae

- Mãe-da-lua, urutau, Nyctibius griseus

Família 11.2. Caprimulgidae

- Curiango, bacurau, Nyctidromus albicollis
- João-corta-pau, haja-pau, Caprimulgus rufus

Ordem 12. Apodiformes

Família Trochilidae (beija-flores). Pelo menos, três espécies devem ocorrer: Eupetomena macroura (beija-flor-rabo-de-tesoura), Chlorostilbon aureoventris (beija-flor-verde) e Heliomaster squamosus (beija-flor-de-bico-reto)

Ordem 13. Coraciiformes

Família Alcedinidae (fura-barreiras ou martins-pescadores)

- Fura-barreira-grande, Ceryle torquata
- Fura-barreira-verde, Chloroceryle amazona
- Fura-barreira-pequeno, Chloroceryle americana

Ordem 14. Piciformes

Família 14.1. Bucconidae

Talvez, o João-bobo, Nystalus maculatus, ocorrendo em todo o estado, embora não tenha sido mencionado. Talvez conhecido por outro nome.

Família 14.2. Picidae

Impossível saber qual pica-pau, ou quais deles ocorrem ali. Os conhecidos da literatura vivem principalmente na caatinga.

Ordem 15. Passeriformes

Família 15.1. Formicariidae. São as chocas ou papa-formigas, devendo existir ali os gêneros Batara e Thamnophilus. Não foram citados.

Família 15.2. Furnariidae

- João-de-barro, Furnarius rufus

Família 15.3. Tyrannidae

- Bem-te-vi-grande, Pitangus sulphuratus
- Bem-te-vi-pequeno, Myiozetetes cayanensis
- Suiriri ou severina, Tyrannus melancholicus
- Lavandeira, Fluvicola nengeta
- Padre ou freirinha, Arundinicola leucocephala

Família 15.4. Hirundinidae (andorinhas)

Possivelmente, Phaeoprogne tapera, andorinha-do-campo, Progne chalybea, andorinha-grande, e Notichelidon cyanoleuca, andorinha pequena

Família 15.5. Corvidae

Deve existir o canção, Cyanocorax cyanopogon , que não foi mencionado na entrevista.

Família 15.6. Troglodytidae

- Rouxinol, Troglodytes aedon

Família 15.7. Muscicapidae

- Talvez, Turdus rufiventris, sabiá-laranjeira

Família 15.8. Mimidae

- Sabiá-do-campo, Mimus saturninus

Família 15.9. Vireonidae

Deve existir o gente-de-fora-vem, mas com o nome de pitiguari, Cyclarhis gujanensis

Família 15.10. Emberizidae

- Sibite, Coereba flaveola
- Os sanhaços, Thraupis palmarum e Thraupis sayaca
- Vivi, vem-vem, Euphonia chlorotica
- Canário-da-terra, Sicalis flaveola (muito raro)
- Papa-arroz, Sporophila leucoptera
- Papa-capim, Sporophila albogularis
- Golinha, mesmo que papa-capim
- Bigodinho, Sporophila lineola
- Curió, Oryzoborus angolensis
- Azulão, Passerina brissonii
- Galo-de-campina, Paroaria dominicana
- Xexéu-bico-de-osso, Cacicus solitarius
- Xexéu, Cacicus cela
- Encontro-de-ouro, Icterus cayanensis
- Concriz, Icterus icterus
- Papa-arroz, polícia-ingleza, Sturnella militaris

Família 15.11. Fringillidae

- Pintassilgo, Carduelis yarrellii

Família 15.12. Passeridae (= Ploceidae)

- Pardal, pardoca, Passer domesticus

4. Mastofauna

Ordem 1. Carnivora

Família 1. Felidae

- Gato-maracajá-assu, Felis pardalis (muito raro, talvez já extinto)
- Gato-maracajá-mirim, Felis tigrina
- Gato-vermelho, Felis (Herpailurus) yaguaroundi eira
- Gato-azul, Felis (Herpailurus) yaguaroundi yaguaroundi

Também chamado gato-mourisco.

Todos considerados muitos raros.

Família 2. Canidae

- Raposa, Cerdocyon thous

Família 3. Mustelidae

- Ticaca, tacaca, maritacaca, Conepatus (= Mephitis) chilensis (?)
- Irara ou papel-mel, Eira barbara
- Furão, Calctis cuja

Família 4. Procyonidae

- Guaxinim, Procyon nigripes (?) Procyon cancrivorus (?)

Ordem 2. Artiodactyla

Família 1. Cervidae

- Veado, Mazama simplicicornis

Família 2. Tayassuidae

- Caititu, Tayassu tajacu (informação duvidosa)

Ordem 3. Chiroptera

Família Desmodontidae

- Morcego-vampiro, Desmodus rotundus

Deve haver todas as famílias de morcegos ocorrentes no Rio Grande do Norte e Brasil.

Ordem 4. Cingulata

Família Dasypodidae

- Peba, Euphractus sexcinctus
- Verdadeiro, Dasyus novemcinctus

Ordem 5. Pilosa

Família Myrmecophagidae (tamanduás)

Possivelmente, Cyclopes didactylus, o tamanduá-mirim.

Ordem 6. Rodentia

Família Caviidae

- Preá, Cavia aperea e Galea spixii

Família Echimyidae

- Punaré, Cercomys cunicularius(?)

Ordem 7. Primates

Família Callithrichidae

- Sagui, soim, Callithrix jacchus

Ordem 8. Marsupialia (= Polyprodonia)

Família Didelphidae

- Timbu, Didelphis sp.
- Rato-cachorro, Marmosa sp.

As onças, vermelha e pintada, bem como a capivara e a anta são consideradas como extintas.

Possivelmente, todas as espécies de aves e mamíferos estão rarefeitas, por conta da caça e da destruição da mata original, que quase mais não existe.

Bibliografia Consultada (principal)

- BUZZI, Z.J. & MIYAZAKI, R.D. Entomologia Didática. Curitiba, Editora UFPR, 1999. 308 p.
- COSTA, C.C.C. da; LIMA, J.P. de; CARDOSO, L.D. & HENRIQUE, V.Q. Fauna do Cerrado. Lista Preliminar de Aves, Mamíferos e Répteis. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. 224 p.
- FONSECA, G.A.B. da; RYLANDS, A.B.; COSTA, C.M.R.; MACHADO, R.B. & LEITE, Y.L.R. Livro Vermelho dos Mamíferos Brasileiros Ameaçados de Extinção. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas, 1994. 479 p.
- JOLY, A.B. Botânica. Chaves de Identificação das Famílias de Plantas Vasculares que ocorrem no Brasil, baseados em Chaves de Franz Thonner. 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1977. 159 p.
- LUETZELBURG, P. von. Estudo Botânico do Nordeste. 2ª ed., Mossoró, ESAM/Fundação Guimarães Duque / CNPq (Facsimile: Rio de Janeiro, Ministério da Viação e Obras Públicas, 1922-1923). Coleção Mossoroense – Volume CLXVI (Volumes I e II)
- VARELA-FREIRE, A.A.; SILVEIRA, A.G. da; SOUZA, D.L. de; IRUSTA, J.B.; SILVA, M.M.M.P. da; LIMA, M.L. de; ASSIS, M.O.C. de & MACIEL, R.A. de M. Lista Atualizada das Aves do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, IDEMA, 1999. 20 p.